

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JAINA RAQUELI PEDERSEN

**O CORPO COMO MERCADORIA: EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE ADOLESCENTES E VULNERABILIDADE
SOCIAL DAS FAMÍLIAS**

PORTO ALEGRE, 2014

JAINA RAQUELI PEDERSEN

**O CORPO COMO MERCADORIA: EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
ADOLESCENTES E VULNERABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre, 2014

JAINA RAQUELI PEDERSEN

**O CORPO COMO MERCADORIA: EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
ADOLESCENTES E VULNERABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS**

Esta Tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de Título de:

Doutora em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em 27 de Fevereiro de 2014 atendendo às normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Dra. Jane Cruz Prates
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Professora Doutora Patrícia Krieger Grossi (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Maria Isabel Barros Bellini
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Maria Regina Fay de Azambuja
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Stela Nazareth Meneghel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico este trabalho a todas as famílias de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual, na esperança de que possamos continuar avançando no campo das políticas públicas para enfrentar esta forma de violação de direitos.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma etapa de minha formação acadêmica e profissional, gostaria de fazer alguns agradecimentos.

A CAPES, pela bolsa de estudo, sem a qual esta etapa não teria sido possível;
Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, por partilhar seus conhecimentos e saberes;

Às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação, Juliana e Andrea, pela atenção nos atendimentos;

À minha professora e orientadora Dra. Patrícia K. Grossi, por me acompanhar desde o ingresso do Mestrado em Serviço Social. Agradeço pelos momentos de aprendizado, pela orientação realizada durante a construção desta tese e pela parceria sempre demonstrada;

A banca examinadora, agradeço pelas importantes contribuições trazidas no momento de qualificação da tese;

Aos profissionais dos CREAS de São Borja e Itaqui que se disponibilizaram a participar deste estudo;

Aos colegas e alunos(as) da Unipampa, campus São Borja, por compartilharem momentos de alegria, trabalho e busca pelo conhecimento;

Às bolsistas e voluntárias do projeto, Raphaela, Clenair e Lauren (alunas do Curso de Serviço Social da Unipampa), agradeço por terem me auxiliado na realização da pesquisa;

À professora Lizandra, que assim como na Dissertação de Mestrado, de forma competente e dedicada realizou a correção ortográfica do trabalho;

Aos meus pais Hermes e Ilani e à vovó Iria - trabalhadores incansáveis e exemplos de dedicação a família e a comunidade de Bela Vista, agradeço pelo carinho e apoio dedicados durante todo esse processo.

Ao meu irmão Gustavo, pelo carinho e amizade. Agradeço pela torcida de sempre, pelo apoio e incentivo que sempre nutriram nossa relação!

De maneira especial, agradeço ao meu companheiro Jorge (também colega de trabalho e de doutorado) pelo amor, carinho e parceria durante esses quatro anos de Doutorado. Sua presença e companheirismo foram fundamentais durante este processo, especialmente na construção e finalização desta tese.

RESUMO

O tema e a delimitação deste estudo compreendem a exploração sexual de adolescentes nos municípios de São Borja e Itaqui/RS e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A relevância dessa investigação reside no fato de dar visibilidade as particularidades da exploração sexual enquanto temática que carece de maior apropriação e debate pelos (as) profissionais que atuam nas políticas sociais e no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. O objetivo da pesquisa é identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias e de que forma o PAEFI contribui para o enfrentamento deste fenômeno, a fim de oferecer subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a esta forma de violência. Nesse sentido, o estudo busca respostas para o seguinte problema: Quais as dimensões de vulnerabilidade social que os (as) adolescentes em situação de exploração sexual estão expostos e como essas vulnerabilidades são reconhecidas e enfrentadas pelos profissionais vinculados ao PAEFI? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, construída a partir do referencial dialético crítico. Em relação aos procedimentos e técnicas utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com aplicação de formulários contendo questões abertas e fechadas para sete (07) profissionais que trabalham junto ao CREAS dos municípios de São Borja e Itaqui, bem como para uma (01) adolescente, maior de 14 anos de idade atendida pelo PAEFI. Também foi realizada análise documental de documentos profissionais, elaborados a partir do atendimento e acompanhamento prestados a quatorze (14) adolescentes vítimas de exploração sexual. A observação livre também compôs os procedimentos e técnicas, fazendo-se presente durante a realização de toda a pesquisa. Dentre os resultados, destaca-se que a prostituição foi a modalidade de exploração sexual mais atendida pelo PAEFI; a totalidade das vítimas compreende o sexo feminino; as principais situações de vulnerabilidade social presentes no cotidiano das famílias referem-se ao analfabetismo e baixa escolaridade dos pais, desemprego e inserção precária no mercado de trabalho, baixa remuneração, precárias condições de moradia, fragilização e rompimento de vínculos familiares, histórico de abuso sexual, drogadição, envolvimento de adolescentes com homens mais velhos em troca de dinheiro e acesso a bens e serviços. Pode-se perceber também que o PAEFI carece de investimentos na infraestrutura material e humana. Dentre os desafios apresentados para a qualificação das políticas sociais no que se refere ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes destaca-se a necessidade de capacitação e qualificação dos profissionais do PAEFI, bem como daqueles que trabalham em diferentes serviços e políticas públicas que compõem a rede de proteção às crianças e adolescentes; incorporação das diferentes modalidades de exploração sexual (prostituição infantil, turismo sexual, pornografia infantil, tráfico para fins de exploração sexual) nos documentos e relatórios utilizados pelos profissionais do PAEFI para caracterizar as demandas de atendimento no que se refere a esse tipo de violência sexual; a realização de um trabalho interinstitucional e intersetorial que tenha como foco as situações sociais de vulnerabilidade e as necessidades sociais que dão margem para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Com base nos resultados e problematizações desenvolvidas, confirma-se a tese de que as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias contribuem para a produção e reprodução das relações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Estas situações possuem diversas

determinações, destacando-se a desigualdade de gênero e de classe, consumo como forma de inserção social, as diferentes formas de manifestação da pobreza, a precarização no mundo do trabalho a desagregação familiar em face da reprodução das relações sociais e políticas sociais que de forma insuficiente buscam dar respostas às demandas e necessidades sociais das famílias. Tais determinações não se manifestam de forma isolada, pelo contrário, estabelecem mútua relação entre si, ao passo que atingem de forma particular as famílias das adolescentes em situação de exploração sexual. Em outras palavras, constituem-se como expressões do conflito entre capital e trabalho.

Palavras-chave: Exploração sexual de adolescentes. Vulnerabilidade Social. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

ABSTRACT

The theme and delimitation of this study comprises the sexual exploitation of adolescents in the municipalities of San Borja and Itaqui/ RS and its relationship with the social vulnerability of families assisted at the Specialized Protection and Assistance to Families and Individuals (PAEFI). The relevance of this research lies in the fact of giving visibility to the particularities of sexual exploration as a theme that needs further debate and appropriation by professionals who work in social policies and in the adolescent's system for the guarantee of the rights of children and adolescents. The objective is to identify the relationship of sexual exploitation of adolescents with social vulnerability of families and how the PAEFI contributes to confront this phenomenon in order to provide insight to enhance public policies to address this form of violence. In this sense, the study seeks to answer the following problem: What are the dimensions of social vulnerability that adolescents in sexual exploitation are exposed and how these vulnerabilities are recognized and addressed by professionals linked to PAEFI? This is a qualitative research constructed from the critical dialectical framework. Regarding the procedures and techniques we used semi-structured interviews with application forms containing open and closed questions at seven (07) professionals who work at CREAS in the municipalities of San Borja and Itaqui, as well as for (01) female teenager, over 14 years of age served by PAEFI. Documentary analysis of professional documents related to the care and monitoring provided to fourteen (14) adolescent victims of sexual exploitation was also carried out. The free observation also composed the procedures and techniques, making himself present during the conduct of all research. Among the results, it is emphasized that prostitution was the most prevalent form of sexual exploitation attended by PAEFI; and the totality of cases were comprised by female victims. The main situations of social vulnerability present in the everyday life of families refer to illiteracy and low educational level of their parents, unemployment and precarious insertion in the labor market, low pay, poor housing conditions, weakening and breaking of family ties, history of sexual abuse, drug addiction, involvement of adolescents with older men in exchange for money and access to goods and services. One can also notice that the PAEFI lacks investment in human and material infrastructure. Among the challenges presented to the qualification of social policies in regard to combating sexual exploitation of children and adolescents highlights the need for training and qualification of the PAEFI as well as those working in different public services and policies that make the safety net for children and adolescents; incorporation of different forms of sexual exploitation (child prostitution, sex tourism, child pornography, trafficking for sexual exploitation) in the documents and reports used by professionals of PAEFI to characterize the demands of care related to this type of sexual violence; conducting an interagency and intersectoral work that focuses on social vulnerability and social needs that give rise to the sexual exploitation of children and adolescents. Based on the results and problematizations developed, this study confirms the thesis that social vulnerability situations experienced by families contribute to the production and reproduction of the relations of sexual exploitation of children and adolescents . These situations have several determinations, highlighting gender inequality and class, consumption as a means of social inclusion, the different manifestations of poverty, precariousness in the labor, family breakdown in the face of the reproduction of social and political relations that insufficiently seek answers to the demands and social needs of families. Such determinations do not occur in isolation. On the

contrary, they are mutually related reaching a particular way the families of adolescents exposed to sexual exploitation. In other words, they constitute themselves as expressions of the conflict between capital and labor.

Keywords: Sexual exploitation of adolescents. Social vulnerability. Specialized Service for Protection and Support for Families and Individuals (PAEFI).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – Caracterização da equipe de profissionais do CREAS de São Borja...	87
Quadro 02 - Caracterização da equipe de profissionais do CREAS de Itaqui	89
Quadro 3 – Identificação dos casos de exploração sexual atendidos pelo CREAS de São Borja.....	93
Quadro 04 - Casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de defesa e responsabilização (2008-2009)	104
Quadro 05 - Casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de atendimento e prevenção (2008-2009)	105
Quadro 06 – Informações sobre escolaridade dos pais e/ou responsáveis das adolescentes em situação de exploração sexual	107
Quadro 07 – Informações sobre trabalho e/ou ocupação das mães das adolescentes em situação de exploração sexual	108
Quadro 08 – Informações sobre trabalho e/ou ocupação dos pais das adolescentes em situação de exploração sexual	109
Figura 01 - Fatores condicionantes ou determinantes da exploração sexual de crianças e adolescentes na visão dos/as profissionais	125
Quadro 09 – Modalidades de atendimento disponibilizadas pelo PAEFI	141

LISTA DE SIGLAS

AMFRO - Associação dos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA – Liberdade Assistida
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MPC – Modo de Produção Capitalista
NOB/RH – Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infante Juvenil no Território Brasileiro
PESTRAF - Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DETERMINAÇÕES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	18
2.1 As relações sociais na sociedade capitalista	19
2.1.1 Violência estrutural.....	29
2.1.2 Relações de gênero	32
2.2 A Vulnerabilidade Social e sua relação com a Exploração sexual.....	36
3 EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	44
3.1 Compreendendo a Exploração Sexual a partir de suas diferentes modalidades: marco conceitual e legal	44
3.2 O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um avanço na Política de Assistência Social.....	62
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	67
4.1 Método.....	69
4.2 Tipo de Pesquisa.....	72
4.3 População e Sujeitos pesquisados.....	73
4.4 Procedimentos e Técnicas	73
4.5 Técnica de Análise e Interpretação de Dados.....	75
4.6 Cuidados Éticos	77
5 A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	78
5.1 A coleta de dados: algumas considerações sobre esta etapa.....	81
5.2 Informações sobre os CREAS e suas equipes de trabalho.....	85
5.3 Caracterização das situações de exploração sexual: a prostituição como a principal forma de sua manifestação	91
5.4 A exploração sexual de adolescentes e sua compreensão por parte dos(as) profissionais	119
5.4.1 As situações de vulnerabilidade social presentes no cotidiano das famílias	126
5.4.2 A família e seus “problemas”: culpabilização e responsabilização.....	129
5.4.3 O Fetiche da mercadoria: consumo como forma de inserção social	133
5.4.4 As relações de coisificação.....	137
5.5 O trabalho realizado pelo PAEFI.....	140

5.6	Desafios para a qualificação das políticas públicas de enfrentamento a exploração sexual e a vulnerabilidade social das famílias	156
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	169
	APÊNDICES	190
	APÊNDICE 1	191
	APÊNDICE 2	193
	APÊNDICE 3	194
	APÊNDICE 4	197
	APÊNDICE 5	199

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo crianças e adolescentes não foram reconhecidos como sujeitos de direitos, mercedores de proteção por parte da família, Estado e Sociedade. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 e em seguida com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que este processo começou a ganhar novos rumos. As mais diversas situações de ameaça e violação de direitos de crianças e adolescentes, como por exemplo, as que decorrem da violência sexual começaram a ser enfrentadas por políticas públicas, que a partir de então passaram a ser implementadas.

Neste estudo, considerando as situações de violação de direitos que decorrem da violência sexual contra crianças e adolescentes, pretende-se aprofundar os conhecimentos sobre as relações de exploração sexual de adolescentes nos municípios de São Borja e Itaqui/RS. Esta forma de violência, assim como o abuso sexual, são fenômenos presentes na história da sociedade, não se caracterizando como manifestações emergentes na sociedade contemporânea. O que se tem de novo e que auxilia no processo de compreensão e intervenção junto a estas situações são as relações sociais da sociedade cada vez mais complexificadas, tendo em vista o acirramento das expressões da desigualdade social, num contexto marcado pela lógica do Capital. Diante de profundas desigualdades, em que uma maioria da população vivencia cotidianamente a privação e/ou a dificuldade de acessar e ter garantido seus direitos sociais básicos¹, têm-se as mais diversas formas de violação de direitos, neste caso em específico, a exploração sexual de adolescentes.

Tendo em vista as leituras e estudos realizados anteriormente sobre a temática da exploração sexual formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as dimensões de vulnerabilidade social que os (as) adolescentes em situação de exploração sexual estão expostos e como essas vulnerabilidades são reconhecidas e enfrentadas pelos profissionais vinculados ao PAEFI? A partir deste problema foram elaboradas três questões norteadoras, para auxiliar no processo pesquisa e

¹ Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 64, de 2010, constituem direitos sociais "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 2010).

análise dos dados: Quais as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias de adolescentes vitimizadas pelas relações de exploração sexual? Quais os fatores que contribuem para vitimização de adolescentes através das relações de exploração sexual? De que forma o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) contribui para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social das famílias de adolescentes exploradas sexualmente?

Quanto ao objetivo geral do estudo este visa identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias e de que forma o PAEFI contribui para o enfrentamento deste fenômeno, a fim de oferecer subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a esta forma de violência. Com relação aos objetivos específicos estes visam: compreender como se constituem as experiências sociais de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias de adolescentes vitimizadas (os) pelas relações de exploração sexual; identificar os fatores que contribuem para vitimização de adolescentes através das relações de exploração sexual; avaliar de que forma o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) contribui para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social das famílias de adolescentes exploradas sexualmente.

Destaca-se que o interesse em realizar uma pesquisa sobre esta forma particular de violência sexual contra adolescentes, não decorre de uma iniciativa e/ou decisão imediata, pelo contrário, a violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se no objeto de estudo da pesquisadora desde o período da graduação em Serviço Social. Na época, tal estudo esteve relacionado à experiência obtida através do desenvolvimento do estágio obrigatório e não obrigatório (2006 e 2007) realizado no Serviço Sentinela do município de Carazinho, como na época era denominado. Do processo de estágio, resultou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Os desafios do trabalho do Assistente Social no Serviço Sentinela do município de Carazinho” que foi publicado como capítulo no livro digital “Trajetórias acadêmicas: desafios locais e regionais” da ULBRA/Carazinho. Com o ingresso no Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, delimitou-se o objeto de estudo para abuso sexual intrafamiliar, sendo que a pesquisa foi realizada com famílias atendidas pelo Serviço de Enfrentamento à

Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes² do município de Carazinho. A dissertação que apresenta os resultados desse estudo tem como título “Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento”.

Nesse sentido, ao considerar a complexidade e a diversidade das situações que se caracterizam como violência sexual contra crianças e adolescentes, estudar a exploração sexual é de fundamental importância para desvendar as particularidades dessa forma de violação de direitos. Acredita-se que o estudo proposto poderá trazer contribuições para aqueles que buscam maiores informações para identificar e denunciar as situações de exploração sexual; para os(as) profissionais que trabalham junto ao PAEFI e que precisam construir estratégias para qualificar o seu trabalho diante das demandas atendidas; para os(as) gestores(as) e demais profissionais que trabalham nas políticas sociais e no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, tendo em vista que as respostas às situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias demandam a articulação de diferentes políticas. Além disso, o estudo também poderá oferecer informações para estudantes e profissionais de diversas áreas que se interessam pela temática, desafiando-os para a realização de novas pesquisas.

O trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução. No segundo capítulo são problematizadas as principais determinações da exploração sexual de crianças e adolescentes. Discutem-se as relações sociais considerando a sociabilidade capitalista, as relações de produção, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva e do regime de acumulação flexível. Logo em seguida, considerando as desigualdades sociais que decorrem da produção coletiva e da apropriação privada, analisa-se um tipo de violência inerente a estas desigualdades, ou seja, a violência estrutural. Questionam-se também as relações de gênero, ou seja, relações desiguais que viabilizam a violência de gênero e ao mesmo tempo encontram nela sua legitimação. Fazer essa discussão é de fundamental importância para a compreensão das diferenças existentes entre ser mulher e ser homem na vida em sociedade, visto que a identidade e os papéis assumidos por ambos não são determinados no nascimento.

² Nome este que substituiu a denominação anterior – Serviço Sentinela. Atualmente, a partir da resolução número 109, de 11 de novembro de 2009 que apresenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o referido serviço denomina-se Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Ainda nesse capítulo é problematizada a categoria vulnerabilidade social, que atualmente é utilizada pela política de assistência social para referir-se ao seu público usuário.

No terceiro capítulo aborda-se a categoria exploração sexual, sendo esta uma forma de manifestação particular da violência sexual contra crianças e adolescentes. Será evidenciado em que momento histórico esta problemática ganha maior visibilidade no Brasil bem como maior atenção por parte do Estado e das políticas públicas que passam a ser implementadas a partir de então. Também são contextualizadas as mudanças em relação à concepção e entendimento sobre esta forma de violência e as diferentes modalidades de sua manifestação. No segundo item do capítulo apresenta-se o PAEFI, serviço no qual foi realizada a pesquisa.

O quarto capítulo apresentará de forma mais detalhada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, as categorias do método dialético crítico e as categorias explicativas da realidade utilizadas no processo de investigação, o aprofundamento teórico sobre a pesquisa qualitativa, a população e seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, os procedimentos e técnicas de coleta e tratamento dos dados. Por fim, o quinto capítulo, apresentará a análise e problematização dos resultados da pesquisa, estabelecendo uma relação com o conteúdo anteriormente trabalhado e trazendo novos elementos para auxiliar na compreensão desta problemática. Também aponta alguns desafios a serem considerados por profissionais e instituições da rede de proteção social no que se refere ao enfrentamento da exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Nas considerações finais (capítulo seis), serão retomadas algumas reflexões em relação à temática estudada, principalmente a partir dos resultados da pesquisa, evidenciando os principais achados no que se refere aos objetivos e à problemática do estudo. Com base nisso, apresenta-se a tese do estudo, que a partir de novas dúvidas e questionamentos (antítese), demandará a investigação e elaboração de novas sínteses. É isso que torna a produção do conhecimento, um processo dialético e em permanente construção.

2 DETERMINAÇÕES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para identificar e compreender as dimensões de vulnerabilidade social que as famílias e os (as) adolescentes em situação de exploração sexual estão expostos (as) e como estas situações se inter-relacionam, faz-se necessário desvendar a complexidade das relações sociais produzidas e reproduzidas na sociabilidade capitalista. As situações vividas pelos sujeitos, na sua singularidade, não podem ser explicadas e/ou compreendidas na sua imediatez, pela sua aparência, mas sim a partir de suas determinações e mediações. Ou seja, se, por exemplo, uma situação de exploração sexual é justificada pela pobreza, faz-se necessário compreender quais as determinações da pobreza. Do contrário, restringindo-se à singularidade dos fatos, “as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias” (PONTES, 2013, p. 10).

Nesta perspectiva, o capítulo inicia fazendo uma contextualização das relações sociais na sociedade capitalista, indicando que estas são determinadas inicialmente pelas relações de produção. Já as relações de produção, considerando o modo de produção capitalista, caracterizam-se por relações de exploração, de apropriação do trabalho excedente. Assim, evidencia que as relações sociais na sociabilidade capitalista são historicamente marcadas pelas desigualdades sociais entre as classes. Também são problematizadas as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos de 1970 e que trazem sérias implicações na vida dos trabalhadores e das famílias.

Ao considerar as desigualdades sociais como a característica essencial da sociedade capitalista, problematiza-se a existência de um tipo de violência inerente a estas relações: a violência estrutural, que se articula com outras formas particulares de violência. Como refere Saffioti (2001) não se pode compreender as diversas formas de violência de forma fragmentada, separando relações interpessoais e estruturais, sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade.

Nesse sentido, considerando a complexidade das relações sociais e suas mediações, discutem-se as relações de gênero constituídas nesta sociedade. Relações estas, também marcadas pela desigualdade e que contribui para a

produção e reprodução da violência de gênero, constituindo-se em outra determinação da exploração sexual de adolescentes.

No último item do capítulo problematiza-se a categoria vulnerabilidade social, esta que atualmente é utilizada pela política de assistência social, nos diferentes níveis de proteção social, para referir-se ao público usuário da referida política, como é o caso do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), instituição na qual ocorreu a pesquisa de campo. Tal discussão é de fundamental importância para a compreensão das situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas adolescentes que participaram deste estudo.

2.1 As relações sociais na sociedade capitalista

Como referido na introdução, a temática central deste estudo é a exploração sexual de adolescentes, ou seja, uma delimitação empírica ao considerar as mais diversas formas de manifestação da violência na sociedade contemporânea. Para compreendê-la faz-se necessário reconhecê-la como um fenômeno complexo e multideterminado, ou seja, aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, psicossociais, entre outros contribuem para a sua manifestação.

Ao reconhecer a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma expressão da questão social³, resultado de diversas mediações e processos que a constituem, o ponto de partida desta discussão não pode ser a exploração sexual, mas sim a sociedade onde a mesma se constitui e se desenvolve, reconhecendo as principais determinações de sua produção e reprodução. Ou seja, faz-se necessário apreender o movimento do objeto, desvendar as mediações que o constituem, negando sua aparência. “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade. São elas que possibilitam

³“A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. [...] Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais” (IAMAMOTO, 2012, p. 47-48). As expressões da questão social, sejam elas de desigualdade ou de resistência, constituem o objeto de trabalho do Serviço Social.

conceber-se a realidade como totalidade” (PONTES, 2009, p. 181). Como ressalta Silva (s/d, p. 2) a violência

possui uma lógica que não é criada abstratamente pela razão humana ainda que possa e deva ser compreendida, descrita e analisada com o apoio do pensamento humano. Portanto, a razão não é absoluta e não constrói isoladamente a realidade, mas a reconstrói com o auxílio do pensamento crítico.

Nesse sentido, pensar a sociedade em que se vive, requer entendê-la como “produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações” (YAZBEK, 2009, p. 144). Como ressalta Lefebvre (2009) os indivíduos humanos, por meio de suas atividades entram em relacionamentos determinados, aos quais refere-se como relacionamentos sociais. Estes não são determinados pela consciência, mas ao contrário disso, as relações sociais determinam a consciência.

Ao mencionar a diversidade e complexidade das relações sociais, Lefebvre (2009), considerando a afirmação de Marx e dos marxistas, sinaliza que existem relacionamentos fundamentais, ou seja, relacionamentos que determinam outros relacionamentos. Nesse sentido evidencia que os relacionamentos basilares são aqueles estabelecidos com a natureza por meio do trabalho, e durante este as relações estabelecidas pelos homens uns com os outros. É o trabalho que permite a vida e a reprodução social dos sujeitos. Com base nisso, tem-se que “as relações fundamentais de toda sociedade humana são, portanto, as relações de produção” (LEFEBVRE, 2009, p. 65).

Para melhor compreender as relações de produção da sociedade contemporânea, é necessário inicialmente afirmar que estas estão voltadas ao modo de produção capitalista, pois tais relações são determinadas pelo modo de produção⁴ e este é determinado pelas forças produtivas⁵. Atualmente o capitalismo é o modo de produção dominante no mundo, configurando-se como um sistema

⁴ “A estrutura social, não mais encarada em seu relacionamento com a natureza (forças produtivas), mas como a organização da propriedade, das funções sociais e das classes sociais, foi denominado por Marx modo de produção” (LEFEBVRE, 2009, p. 70). “O modo de produção não é senão o modo de organização, em um momento dado, das forças de produção” (LEFEBVRE, 2009, p. 75).

⁵ As forças produtivas, em cada momento de seu crescimento, fornecem a base sobre a qual se estabelecem os relacionamentos de produção e se elabora a superestrutura (LEFEBVRE, 2009, p. 76).

planetário que sucedeu o modo de produção feudal. Seu fundamento reside na exploração do trabalho, processo este que também caracterizava os outros modos de produção. No entanto, a particularidade desta exploração constitui-se da apropriação do trabalho excedente⁶, de onde resulta o mais valia (BRAZ; NETTO, 2007).

A exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista tem origem na relação de compra e venda da força de trabalho enquanto mercadoria, ou seja, mercadoria que possui valor de uso⁷ e valor de troca⁸. “Esta é a condição fundamental (e fundante) do modo de produção capitalista. Não existiria sociedade capitalista sem a mercadorização da força de trabalho” (ALVES, 2007, p. 95). Por não dispor dos meios de produção, aos trabalhadores resta vender sua força de trabalho em troca de um salário para poder sobreviver.

Os trabalhadores que vendem sua força de trabalho constituem a classe dos trabalhadores assalariados, ou como denomina Alves (2007), salariato. No entanto, há também um conjunto de trabalhadores que não se encontram inseridos nesta relação, visto que o capitalismo não emprega toda a força de trabalho existente como estratégia de desvalorização do trabalho vivo. “Cria-se assim, uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. É uma população excedente e sobranse às necessidades de acumulação do capital, mas que possui uma funcionalidade sistêmica: contribuir para a produção (e reprodução) da acumulação de valor” (ALVES, 2007, p. 98).

Com base no exposto até aqui, tem-se que as relações sociais na sociedade capitalista, caracterizam-se por relações de desigualdade entre as classes sociais, que decorrem da produção coletiva e da apropriação privada, da exploração de uma classe sobre a outra, visto que para garantir o acúmulo do capital, a classe dominante tem, necessariamente, que explorar a força de trabalho. Esta relação contraditória dá origem à questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Como refere lamamoto,

⁶O trabalho excedente compreende “o segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada” (MARX, 1996, p. 331).

⁷“A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1996, p. 166).

⁸“[...] quando falamos do valor, do valor de troca de uma mercadoria, entendemos as quantidades proporcionais nas quais é trocada por todas as demais mercadorias” (MARX, 1996, p. 91).

Na atualidade, a “questão social” diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2013, p. 17).

O desemprego, a pobreza, a fome e a violência são alguns exemplos de expressões da questão social. Com relação ao termo “expressões”, este se refere às situações concretas vividas pelos sujeitos e inicialmente compreendidas na sua aparência. Contudo, todas estas expressões possuem uma essência⁹, que na sociedade capitalista em que se vive pode ser localizada nos processos de produção e reprodução da desigualdade social.

As expressões da questão social exemplificadas acima, mesmo que assumindo características particulares em determinadas conjuntas históricas, renovando-se nas suas formas aparentes de manifestação, não resultam de uma nova questão social como defendem alguns autores (Robert Castel, por exemplo). Pelo contrário, produzem-se e reproduzem-se pelos elementos estruturais que fundam a essência da sociedade burguesa, ou seja, o conflito entre capital e trabalho.

Atualmente, as novas configurações assumidas pelas mais diversas expressões da questão social decorrem da era do capital financeiro¹⁰, do capital que rende juros, bem como do processo de reestruturação produtiva do capital, ou seja, das novas formas de gestão dos processos produtivos do modo de produção

⁹ Para compreender a categoria essência faz-se necessário também a compreensão da categoria aparência. “A aparência, manifestação ou “fenômeno”, portanto, é apenas um aspecto da coisa, não a coisa inteira. Com relação à essência, o fenômeno é em si mesmo apenas uma abstração, um lado menos rico e menos complexo do que a coisa, um momento abstrato negado pela coisa. A coisa difere da aparência; e, com relação à aparência, a coisa é em si mesma diferença, negação, contradição. Ela não é a aparência, mas sua negação. E, não obstante, a aparência está na coisa. A essência não existe fora de sua conexão com o universo, de suas interações com os outros seres. Cada uma dessas interações é um fenômeno, uma aparência. Em si, a essência é apenas a totalidade das aparências; e a coisa é apenas a totalidade dos fenômenos” (LEFEBVRE, 1991, p. 218-219)

¹⁰ A expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e bancário, dando origem ao domínio do capital financeiro (IAMAMOTO, 2008, p. 100).

capitalista. Tempo em que “os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. [...] o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana” (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender a conjuntura atual das relações de produção mediadas pela exploração. Observa-se que a situação dos trabalhadores assalariados, bem como daqueles que constituem o exército de reserva agravou-se com a crise estrutural do capital, ocorrida em meados da década de 1970 e justificada pelos limites do regime de acumulação fordista/taylorista. Para o enfrentamento desta crise, ou como refere Braga (1996) restauração do capital ocorre o processo de reestruturação produtiva do capital, ou seja, são adotadas novas formas de gestão dos processos produtivos do modo de produção capitalista que acabam atingindo o mundo do trabalho. Neste caso, o Fordismo/Taylorismo é substituído pelo Toyotismo (ALVES, 2007).

Com relação ao Toyotismo, este teve sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950 e a partir da mundialização do capital, isto é, no decorrer da década de 1980, que o mesmo adquiriu dimensão universal, articulando em si um complexo de particularidades, considerando a realidade de diferentes países, regiões, setores e empresas (ALVES, 2007).

No que se refere à realidade brasileira, foi a partir da década de 1990 que o processo de reestruturação produtiva atingiu, com mais vigor o empreendimento capitalista, período este também marcado pelo ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso (ALVES, 2007).

A reestruturação produtiva introduziu o regime de acumulação flexível, que de acordo com Harvey (1993, p. 140),

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Com relação a esta alteração e/ou substituição de um padrão de produção e acumulação por outro, mudanças significativas ocorrem no cotidiano dos

trabalhadores: os regimes e contratos de trabalho tornam-se mais flexíveis, como por exemplo, o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Conseqüentemente ocorre o processo de desregulamentação¹¹ do trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis e fazendo crescer o número de trabalhadores terceirizados e trabalhadores informais (ALVES; ANTUNES, 2004).

No caso do Brasil, principalmente a partir de 1990, ocorreu uma verdadeira reestruturação de coletivos de trabalho vivo nas empresas, que “expulsaram”, através do Programa de Demissão Voluntária (PDV), ou simplesmente demissões sem justa causa, um grande contingente de operários e empregados herdeiros das experiências vividas e percebidas da luta de classes da década anterior. Enfim, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos das empresas (ALVES, 2007, p. 198-199).

Como referem Alves e Antunes (2004, p. 339) o atual mundo do trabalho tem requerido trabalhadores polivalentes e multifuncionais, ‘recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”’. Além disso, considerando a sociedade do desemprego estrutural, os autores também evidenciam a crescente exclusão dos jovens no mercado de trabalho “e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho”. Pior do que isso, nas mais diversas partes do mundo, “tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas”.

Em decorrência desse processo de reestruturação produtiva “surge o que podemos considerar um salariato precário, decorrente da precarização intensa das condições de contratação salarial do proletariado. É um momento de perda de direitos e de busca de recomposição das margens de acumulação do valor” (ALVES, 2007, p. 91).

¹¹ “Desde 1993 aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituída dos direitos trabalhistas: 13º salário, férias, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria. [...] O grupo de trabalhadores por conta própria, na sua absoluta maioria, encontra-se envolvido em atividades precárias, o que é atestado pelo não acesso aos benefícios da previdência: 81,9% não contribuem para a previdência social na média nacional (IAMAMOTO, 2008, p. 153).

O novo mundo da precariedade salarial é constituído não apenas pelo trabalhador assalariado empregado, do setor formal e do setor informal, mas pelo trabalhador imerso no desemprego de longa duração, com destaque para os estratos de jovens trabalhadores que têm imensa dificuldade de conseguir o primeiro emprego e que pressionam o mercado de trabalho (ALVES, 2007, p. 259).

Com relação a estes jovens que encontram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho ou mesmo aqueles que estão inseridos, porém de forma precária, Alves (2013a, s/p) os identifica como pertencentes ao precariado, ou seja, “camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social”. Ressalta ainda que o precariado constituiu “a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras que ocorreram em junho de 2013”.

Todo este cenário de precarização do mundo do trabalho agravou e exponenciou a questão social, além de continuar sendo naturalizada e criminalizada. “A precarização e ‘informalização’ das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semiescravo ou escravo)” (BRAZ; NETTO, 2007, p. 220-221). Neste contexto de manifestação de novas e renovadas expressões da questão social pode ser identificada também as relações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Em tempos de dificuldades, tudo vira negócio: “Todo mundo estará constantemente ocupado fazendo business com tudo: sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, ideias, etc.” (LÉVY, apud ALVES, 2007, p. 172).

Paralelo à expansão e mundialização do capitalismo, crescem também diversas formas de comércio ilegal, como por exemplo, o mercado do sexo, também chamado de mercado negro, constituindo-se num “negócio” bastante lucrativo, para pessoas ou grupos que querem ganhar dinheiro e que se organizam a nível nacional e internacional. Mesmo não sendo a exploração sexual um tipo de trabalho, mas sim uma das formas de manifestação da violência contra crianças e adolescentes, “empresas” lucram oferecendo momentos de prazer e diversão para pessoas que pagam para se satisfazer seja pelo acesso à pornografia infantil ou para ter relações

sexuais com crianças e/ou adolescentes, como evidenciado no filme *Tráfico Humano* dirigido por Christian Duguay. Como ressaltam Braz e Netto (2007, p. 235) “está longe do exagero afirmar que atualmente tudo é efetivamente passível de transação mercantil, dos cuidados aos idosos ao passeio matinal de animais domésticos – em “serviços” (inclusive os sexuais) que se inserem na industrialização generalizada antes mencionada”.

O relatório da pesquisa nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes (PESTRAF), realizada em 2002, chama atenção para o fato de que a globalização influencia a questão do tráfico para fins sexuais:

Facilitado pela tecnologia, pela migração, pelos avanços dos sistemas de transporte, pela internacionalização da economia e pela desregulamentação dos mercados, o tráfico, no contexto da globalização, articula-se com redes de colaboração global, interconectando-se a mercados e a atividades criminosas, movimentando enormes somas de dinheiro. Os mercados locais e globais do crime organizado, das drogas e do tráfico para fins sexuais, como por exemplo, a Yakusa, as Triades Chinesas, a Máfia Russa e os Snake Heads, são responsáveis pela transação de quase um bilhão de dólares no mercado internacional de tráfico humano (LEAL; LEAL, 2002, p. 23).

Concomitante às transformações que ocorreram e ainda ocorrem no mundo do trabalho, os trabalhadores e suas respectivas famílias também foram afetados pelo receituário/ideologia neoliberal¹², que juntamente com a reestruturação produtiva e a financeirização constituem-se nas principais estratégias de restauração do capital, ou seja, de enfrentamento à sua crise estrutural. A adoção do receituário neoliberal por parte do Estado resultou num

amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2008, p. 144).

¹² “No Brasil, na década de 1990, a frente política do neoliberalismo vitoriosa nas eleições de 1989 (com Fernando Collor de Mello) e depois, em 1993 (com Fernando Henrique Cardoso), adequou o capitalismo brasileiro à nova ordem burguesa global, constituindo os pilares do Estado neoliberal no Brasil, o Estado político do capital adequado à nova temporalidade histórica do capitalismo global ou bloco histórico da acumulação flexível de cariz predominantemente financerizado” (ALVES, 2013, s/p.)

O projeto neoliberal representou um retrocesso para as políticas sociais, para os direitos sociais da população, especialmente para a classe trabalhadora. “A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação” (IAMAMOTO, 2008, p. 147). Direitos sociais, como por exemplo, saúde e educação passaram a ser ofertados, ou melhor, comercializados por empresas privadas como mercadoria. “Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir” (CHESNAIS, 1996, p. 186).

Além da lógica financeira do capital, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, processos estes que estão interligados, Iamamoto evidencia outra mediação histórica que implica na reconfiguração das expressões da questão social: “a subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital-mercadoria” (IAMAMOTO, 2008, p. 125). Na sociedade capitalista, as diversas relações sociais estabelecidas por homens e mulheres aparecem como relações em que estes se reconhecem através de suas mercadorias. “Os produtos do trabalho e as coisas adquirem vida própria, representando-se como poderes diante dos quais os homens não têm controle” (BARROCO, 2008, p. 45). A autora ainda acrescenta:

[...] a sociedade capitalista avançada caracteriza-se pela reprodução do fetiche da forma mercadoria em todas as relações sociais e dimensões da vida social. Isso significa a universalização da coisificação e da mercantilização das relações sociais, ou seja, o fetiche da forma mercadoria não se restringe à esfera da produção, mas passa a dominar todas as esferas da vida social, penetrando a totalidade das atividades e dimensões sociais, subjetiva e objetivamente (BARROCO, 2008, p. 46).

Para compreender esse modo de ser capitalista, “um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado” (BARROCO, 2008, p. 157) faz-se necessário compreender em que consiste o fetiche da mercadoria. “Na sociedade do estranhamento social, os produtos-mercadoria tendem a ocultar sua

própria natureza social. Assim, o fetichismo da mercadoria é a ocultação da natureza da forma-mercadoria, a ocultação do produto-mercadoria como produto da atividade do trabalho social” (ALVES, 2007, p. 21). Como evidencia Marx (1996, p. 34) “as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam”. O domínio do produtor sobre o produto do seu trabalho ocorre apenas durante a produção de um objeto útil (valor de uso). A partir do momento em que este objeto transforma-se em mercadoria e entra no processo de circulação enquanto valor de troca, este passa a dominar o seu criador.

Nesse sentido o fetiche da mercadoria está na sua aparência, na imediatividade da relação entre o sujeito e a mercadoria, sendo que esta passa a ser o senhor do sujeito. “A mercadoria já é, então, um fetiche e os homens estão subordinados a ela por meio do mercado. Essa subordinação é cada vez maior: quanto mais desenvolvido for o mercado, quanto mais dependentes forem os produtores da existência das relações mercantis” (CARCANHOLO, 2011, p. 93).

Na sociedade de mercado, o consumidor – adulto, adolescente, criança, idoso – passa a associar a capacidade de consumo com a possibilidade de obtenção da felicidade presente – segundo os meios de comunicação de massa e segundo os padrões de sociabilidade que vão se constituindo – nas prateleiras do supermercado, da farmácia, nas vitrines das lojas, na academia de ginástica, no novo método de rejuvenescimento ou emagrecimento, nos esportes radicais ou novo celular novo ou ... (MALVASI; TRASSI, 2010, p. 56).

Com relação a esta reflexão, Braz e Netto (2007) ressaltam que no capitalismo contemporâneo o que se desenvolve é uma ideologia consumista. Ou seja, para que este sistema possa se reproduzir, o mesmo precisa criar novas necessidades e, portanto, novas mercadorias que possam ser desejadas por homens e mulheres, crianças e adolescentes, através da manipulação exercida pelo mercado capitalista. Numa sociedade que valoriza o ter, a posse, acessar determinadas mercadorias representa para os sujeitos, status, poder e inserção social. Consequentemente, competição e individualismo passam a ser valor dominante nestas relações sociais coisificadas.

É importante destacar também que mesmo havendo uma ideologia consumista, o acesso às mercadorias socialmente produzidas ocorre de forma

desigual e por isso, Braz e Netto (2007) discordam da caracterização do capitalismo contemporâneo como uma “sociedade de consumo”, visto que centenas de milhões de pessoas vivem em condições infra-humanas. Não se pode negar, no entanto, que a partir desta ideologia, muitas pessoas ou grupos sociais, visualizam no consumo uma possibilidade de inclusão social, mas que se torna algo bastante difícil e complexo num cenário de desemprego estrutural e de formas de inserção precárias no mercado de trabalho, reduzindo o poder de consumo das pessoas.

Considerando esta realidade contraditória, destaca-se que para compreender as relações de exploração sexual de adolescentes, faz-se necessário “desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm”, visto que nos indivíduos sociais está condensada a vida social (IAMAMOTO, 2012, p. 53). Complementando, não se pode atribuir

unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas, o que deriva na análise dos “problemas sociais” como problemas do indivíduo isolado e da família, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

Com base no exposto, o próximo item irá problematizar um tipo de violência que decorre das desigualdades sociais e da forma como o Estado tem respondido ou não às diversas expressões que resultam dessas desigualdades.

2.1.1 Violência estrutural

Com base nas reflexões desenvolvidas anteriormente, sobre as relações sociais capitalistas, que na sua essência caracterizam-se pelas desigualdades sociais e exploração de uma classe sobre a outra, é possível evidenciar que existe um tipo de violência inerente a estas relações: a violência estrutural. Esta se fundamenta na estrutura e na superestrutura da sociedade burguesa. Como refere Silva (s/d, p. 3)

Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura).

Tonet (2011) também corrobora com a ideia de que a violência faz parte da sociedade capitalista. Argumenta que esta forma de sociabilidade tem a violência na sua própria raiz.

Trata-se do ato fundante dessa sociedade: a compra e venda de força de trabalho, gerador da propriedade privada de tipo capitalista. Esse é um ato que, por sua própria natureza, implica a submissão violenta – embora “livremente” aceita – do trabalho ao capital. Somente na aparência este é um ato livre. (...) Este ato violento gera, necessariamente, uma sociedade permeada pela violência, nas suas formas mais diversas. Dele derivam a oposição dos homens entre si, o individualismo, a competição e a guerra de todos contra todos. Todas as outras formas de violência, ainda que não oriundas diretamente desse ato fundamental, se veem marcadas, potencializadas e ampliadas por ele (TONET, 2011, p. 6).

A violência estrutural, embora sentida pelas pessoas, na grande maioria das vezes não é percebida e/ou reconhecida como tal, pois não se resume a um ato isolado, mas caracteriza-se por um elemento constituinte da lógica reprodutiva do capital (SILVA, s/d). O mesmo autor refere que a violência estrutural está “implícita no próprio metabolismo do capitalismo contemporâneo, que é objetivada, com certa independência, por meio de ações violenta, também potencializadas por individualidades e suas respectivas subjetividades” (SILVA, 2008, p. 267).

Como exemplos de situações que decorrem da violência estrutural destacam-se o desemprego e as formas de inserção precária no mercado de trabalho e a desigualdade no acesso aos direitos sociais. Isso tudo muito perceptível em relação ao trabalho, saúde, educação e assistência social, entre outras manifestações que para serem compreendidas deve-se considerar a desigualdade social, a exploração, as relações de poder e a precariedade de condições do capitalismo moderno. Determinações estas que constituem a violência estrutural que paira em nossa sociedade e articulam-se às formas particulares de violência (GROSSI; PEDERSEN, 2011).

A violência estrutural recebe definições e conceitos de vários autores, cabendo aqui destacar alguns. Maldonado (1997) faz referência à violência estrutural como sendo aquela caracterizada por condições extremamente adversas de vida, que geram uma imensa população de pessoas vivendo na miséria, com fome, habitação precária ou até mesmo deficiente, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, sofrendo no cotidiano a violação sistemática dos direitos humanos. Para Minayo (1994a) a violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento, pois se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinados grupos e pessoas aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis.

Nesse sentido, não se pode dissociar qualquer forma de violência da estrutura em que ela está inserida. “Longe de qualquer tentativa de fragmentar ou de generalizar mecanicamente a explicação da violência [...], é preciso partir das demandas imediatas [...] e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados” (SILVA, 2008, p. 269).

Explicar a violência para além de sua expressão imediata requer que suas particularidades e inúmeras mediações sejam reconstruídas com o auxílio da razão (SILVA, 2008). A exploração sexual de crianças e adolescentes, mesmo quando considerada em sua singularidade, desconectada de outras formas de violência, está saturada por características universais e particularidades. O mesmo autor destaca: “se limitar a sua face singular e imediata, inviabiliza qualquer iniciativa comprometida com a reconstrução da violência como categoria sócio-histórica que se objetiva como complexo social” (SILVA, 2008, p. 268).

Com base nas discussões de Azevedo e Guerra (2007, p. 26), a violência estrutural pode ser entendida como um processo de vitimação, do qual resultam as “crianças de alto risco”.

A denominação alto-risco refere-se ao fato de que essas crianças têm uma alta probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos humanos mais elementares: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer etc.

Estas situações de violação de direitos, que decorrem da violência estrutural não podem ser confundidas com negligência, ou seja, um desleixo propositadamente infligido em que a criança ou o adolescente são mal cuidados, ou mesmo, não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional. Quando decorrente da violência estrutural é preciso considerar que as famílias também são vítimas desse processo e enfrentam dificuldades para suprir as necessidades básicas de seus membros. Em situações como estas, é o Estado quem deve intervir, garantindo as condições para que a família possa cuidar e proteger crianças e adolescentes. No entanto, sabe-se que o Estado não está aquém da reprodução das desigualdades sociais.

2.1.2 Relações de gênero

Considerando a sociedade de classes e nesta a produção e reprodução das desigualdades sociais, pode-se localizar outra determinação fundamental das relações de exploração sexual de adolescentes. Esta determinação consiste nas relações sociais de gênero, ou seja, relações desiguais que viabilizam a violência de gênero e ao mesmo tempo encontram nela sua legitimação, embora esta, como salienta Saffioti (2004) não decorre apenas das relações de gênero, mas também das ligações de classe e etnia¹³, pois todas compõem a estrutura social, a totalidade das relações. “As relações de gênero ou relações sociais de sexo constituem categorias fundamentais para compreender a sociedade ampliando o debate de classes” (SEGNINI, 2010, p. 01).

Por gênero entende-se “a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45), que ocorre no processo histórico¹⁴. Tem relação direta e primeira com as diferenças de sexo e por isso, embora seja uma categoria ontológica, está inscrita na natureza. Como refere a autora,

¹³ “Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes na sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 78).

¹⁴ Compreende-se, [...] que são construídos historicamente os papéis, as qualidades e as características, ou ainda, as atividades ditas femininas ou masculinas, e não determinadas fisiológica ou naturalmente. Há assim uma construção sócio-histórica do gênero. São, portanto, os homens e as mulheres, na construção de suas relações sociais, que irão determinar a sua forma de ser, agir e pensar. Enfim, determinar a ideologia e o modo de produção e reprodução da sociedade (CISNE, 2012, p. 50-51).

há [...] um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, ainda que cada uma delas não possa ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico (SAFFIOTI, 2004, p. 135).

Nesse sentido, compreender o gênero enquanto uma construção social é de fundamental importância para perceber e analisar as diferenças existentes entre ser mulher e ser homem na vida em sociedade, visto que a identidade e os papéis assumidos por ambos não são determinados no nascimento. Como refere Chanter (2011, p. 53) “o gênero [...] é a maneira como organizamos o sexo”.

Tendo em vista a construção histórico-cultural do conceito gênero, destaca-se que este

[...] refere-se às regras colocadas pela sociedade para mediar, impor e reprimir determinados comportamentos considerados nas relações postas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Tais regras expressam as relações desiguais de poder estabelecidas entre homens e mulheres. E, visto que são relações construídas socialmente, são tidas como verdades, as quais se legitimam, se naturalizam e quase não são questionadas (AMARAL; FERREIRA; PEREIRA, 2013, p. 3).

Historicamente, as relações estabelecidas entre homens e mulheres foram permeadas pela desigualdade. O contrário disso podia ser observado no período anterior ao desenvolvimento da agricultura. Como refere Stearns (2007, p. 31) “o deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes”. Com o desenvolvimento da agricultura, os homens passaram a ser os principais responsáveis pela plantação, suprindo a maior parte dos alimentos e as mulheres passaram a se dedicar mais a gravidez e aos cuidados com as crianças.

Além disso, há que se destacar que o desenvolvimento da agricultura possibilitou a produção do excedente e com isso a preocupação dos homens em controlar a herança de gerações futuras. Conseqüentemente, mudanças ocorreram no casamento, surgindo assim a família patriarcal.

Denominamos família patriarcal, genericamente, a família na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre o público e o privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem (GUEIROS, 2002, p. 107).

Como refere Engels (2002, p. 75) “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Dessa forma, com a preocupação em proteger as propriedades, garantindo-lhe a linha de herança, a mulher foi afastada da participação na produção social, restando-lhe o trabalho doméstico e o cuidado para com os filhos. Conseqüentemente, o homem passou a ser o principal responsável pelo sustento da família sendo-lhe atribuído um poder e uma posição de dominador. Como refere Saffioti (2004, p. 44) em relação ao patriarcado, este “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

Com base no exposto, percebe-se que as relações desiguais de gênero, ou seja, o poder e/ou o domínio do homem sobre a mulher teve como uma de suas principais determinações históricas a constituição da propriedade privada. Dali para frente, o poder masculino atravessou todas as relações sociais. Como bem ressalta Saffioti (2001) o gênero masculino tem hegemonia nas relações. Este, no exercício da função patriarcal, detém o poder de determinar a conduta dos demais.

Para exemplificar o quanto o poder masculino atravessa as relações sociais, Saffioti (2004, p. 62) compara a sociedade a um galinheiro, argumentando que quando uma galinha abre uma fresta na tela do galinheiro e escapa, “o galo continua dominando as galinhas que restaram em seu território geográfico”. No entanto, como ressalta a autora, “a ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa”, ou seja, não resulta apenas das relações de gênero, nas quais o homem é o dominador, mas também das relações de raça/etnia, em que o branco se afirma diante do negro e também das relações de classe, em que o rico domina e explora o trabalhador (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Ainda com base nesse processo histórico, Saffioti (2001, p. 126) reforça que a mulher não pode ser responsabilizada pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, como por exemplo, a violência. Sobre violência de gênero, a autora destaca que esta “engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de

mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto” (SAFFIOTI, 2004, p. 44). Sabe-se, porém, que os maiores índices de violência de gênero são os praticados pelos homens contra as mulheres, pois “os homens estão, permanentemente, autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isto, precisem utilizar-se de sua força física” (SAFFIOTI, 2001, p. 121).

Nesse sentido, quando a violência de homens contra mulheres, sejam elas crianças, adolescentes ou adultas é compreendida sob a perspectiva de gênero, está se considerando a violência não na sua imediatez, mas a partir das diversas mediações históricas que atribuíram ao homem o poder de dominação e exploração e à mulher a subordinação e opressão. Vale lembrar novamente que a violência também está relacionada às desigualdades de raça/etnia e classe social.

Para que a violência, na perspectiva de gênero possa ser enfrentada,

há que se construir novas masculinidades e feminilidades baseadas em relações equitativas, horizontais e respeitadas. Mudar as relações no interior da família, dar às mulheres maior controle sobre os recursos materiais e simbólicos e sobre seu próprio corpo e oferecer-lhe recursos de apoio (MENEGHEL, 2009, p. 23).

Destaca-se também, que diante de um quadro histórico marcado por relações desiguais entre homens e mulheres, e principalmente por relações de violência, movimentos feministas tem contribuído para denunciar as diversas situações de subalternidade e de violação de direitos das mulheres. No que diz respeito à realidade brasileira, este movimento ganha maior força na década de 1970, período de Ditadura Militar, sobre o qual o movimento também resistiu.

A pretensão aqui não é esgotar a discussão sobre as relações de gênero, nem mesmo sobre a importância do movimento feminista no que diz respeito às diferentes estratégias de resistência empreendidas para enfrentar a realidade histórica de desigualdades entre homens e mulheres e da violência dela decorrente. No entanto, o enfrentamento desta dura realidade não pode se dar de forma isolada, localizada. É preciso enfrentar sim, a base da estrutura social, ou seja, a sociabilidade capitalista, pois esta tem a desigualdade na sua essência, enquanto que as demais expressões de desigualdades, produzidas e reproduzidas na vida em

sociedade, dela decorrem. “A luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista foram e são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas secularmente pelas mulheres. Assim, trata-se de um caminho estratégico que pode favorecer a construção de uma nova sociabilidade” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 18).

Considerando esse processo de produção e reprodução das desigualdades sociais nas diversas dimensões da vida social, o próximo item irá discutir a categoria vulnerabilidade social, visto que todas as determinações da exploração sexual problematizadas até aqui, constituem-se em processos que aumentam a vulnerabilidade social dos sujeitos e por isso contribuem para a manifestação de diferentes situações de violação de direitos.

2.2 A Vulnerabilidade Social e sua relação com a Exploração sexual

A exploração sexual, assim como outras formas de violência que tornam vítimas crianças e adolescentes, possui fortes vínculos com as situações de vulnerabilidade social, vivenciadas por uma parcela significativa de cidadãos e famílias, diante de uma sociedade extremamente desigual¹⁵. Neste estudo buscam-se evidenciar algumas destas situações, compreendendo-as como resultado das relações sociais capitalistas, portanto produto das desigualdades sociais que decorrem da produção social da riqueza e de sua apropriação privada.

Não há um significado único para o termo vulnerabilidade. É um conceito complexo e todos os autores, que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Por esse motivo, diversas teorias, amparadas em diferentes percepções do mundo social e, portanto, com objetivos analíticos diferentes, foram desenvolvidas. Assim, torna-se indispensável elucidar com qual concepção se dialoga (BRASIL, 2012b, p. 12).

Problematizar a relação existente entre exploração sexual e vulnerabilidade social é de fundamental importância tendo em vista que atualmente, a segunda categoria é utilizada pela Política Nacional de Assistência social quando se refere ao

¹⁵ Para evidenciar isto, Sarmento (2008, p. 2) refere que "as sociedades contemporâneas tornam-se cada vez mais complexas e contraditórias; convive-se cotidianamente com a sensação de crise e, concretamente, tem-se, por todo lado, situações paradoxais, onde a mais avançada tecnologia está ao lado da pior situação humana, a da miséria".

público usuário desta política. Além disso, o fato da pesquisa ser realizada numa instituição vinculada a esta política, o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) também reforça a necessidade desta discussão.

Além disso, identificar e compreender como se constituem as situações denominadas de vulnerabilidade social torna-se relevante para o planejamento, execução e monitoramento das políticas sociais desenvolvidas e comprometidas com a garantia dos direitos sociais da população, como é o caso do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O conceito de vulnerabilidade tem origem na área dos Direitos Humanos¹⁶ e com o surgimento da AIDS é “incorporado e explorado pelo campo da saúde” (BELLINI, s/d, p. 03), como forma de ampliar a compreensão da suscetibilidade aos agravos de saúde.

A referência da vulnerabilidade surge de um intenso debate social, resultante da marcante experiência social que foi a eclosão da epidemia de AIDS (Ayres e col, 1999). Essa epidemia mostrou muito claramente, pela urgência e pelo caráter de seus determinantes, as limitações dos saberes tradicionais da saúde pública isolados e a necessidade desses saberes mediadores. A vulnerabilidade aparece, então, como uma possibilidade de buscar novas sínteses teóricas, de fazer a Epidemiologia dialogar com outras ciências e com outros saberes não científicos, uma possibilidade de construir saberes compreensivo-interpretativos, produtores de sínteses aplicadas (AYRES, 2009, p. 16).

Incorporado ao repertório teórico-metodológico em saúde, o conceito de vulnerabilidade pode ser resumido como “o movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos [e] contextuais” (AYRES et al, 2003, p. 123). “As diferentes situações de vulnerabilidade dos sujeitos (individuais e/ou coletivos) podem ser particularizadas pelo re-conhecimento de três componentes interligados – o individual¹⁷, o social¹⁸ e o programático ou

¹⁶ Para “designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania” (MIOTO, 2000, p. 217).

¹⁷ “[...] no plano individual, considera-se que a vulnerabilidade a algum agravo está relacionada, basicamente, aos comportamentos que criam oportunidades para que as pessoas venham a contrair doenças. Esses comportamentos associados à maior vulnerabilidade [...] estão relacionados tanto com condições objetivas do ambiente quanto com as condições culturais e sociais em que os comportamentos ocorrem, bem como com o grau de consciência que essas pessoas têm sobre tais

institucional¹⁹” (AYRES et al, 2006. p. 1339). Estes três componentes “priorizam análises e intervenções multidimensionais, que consideram que as pessoas não são, em si, vulneráveis, mas podem estar vulneráveis a alguns agravos e não a outros, sob determinadas condições, em diferentes momentos de suas vidas” (AYRES et al, 2006. p. 1339).

O documento Orientações Técnicas Sobre o PAIF (BRASILc, 2012) apresenta em seu texto algumas concepções sobre a categoria vulnerabilidade social, com intuito de subsidiar a reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade adotado pela PNAS/2004. A primeira delas refere-se à ideia de “ativos-vulnerabilidades”, elaborada por Kaztman²⁰ e utilizada pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). “Segundo essa compreensão, as vulnerabilidades resultam da relação entre duas variáveis: estrutura de oportunidades e capacidades dos lugares (territórios)” (BRASIL, 2012b, p. 13).

A segunda concepção é utilizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que considera a situação das pessoas e famílias a partir dos seguintes elementos: “a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social” (BRASIL, 2012b, p. 14).

Em 2007, o Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o DIEESE publicou o documento “Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social”, a fim de analisar os vários aspectos que envolvem a definição do termo vulnerabilidade social

comportamentos e ao efetivo poder que podem exercer para transformá-los” (AYRES et al, 2006, p. 1339).

¹⁸ “[...] envolve o acesso às informações, as possibilidades de metabolizá-las e o poder de incorporá-las a mudanças práticas na vida cotidiana, condições estas diretamente associadas ao acesso a recursos materiais, a instituições sociais como escola e serviços de saúde, ao poder de influenciar decisões políticas, à possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas de todas as ordens, dentre outras, que precisam então ser incorporadas às análises de vulnerabilidade e aos projetos educativos às quais elas dão sustentação” (AYRES et al, 2006, p. 1340).

¹⁹ “[...] conecta os componentes individual e social. Envolve o grau e a qualidade de compromisso, recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais ou locais de prevenção e cuidado, os quais são importantes para identificar necessidades, canalizar os recursos sociais existentes e otimizar seu uso” (AYRES et al, 2006, p. 1340).

²⁰ KAZTMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Disponível em: http://biblioteca.cepal.org/search~S0*spi?/akaztman/akaztman/1%2C2%2C60%2CZ/l856&FF=akaztm+an+ruben&1%2C%2C59%2C1%2C0. Acesso em: 29 set. 2010.

no mundo do trabalho, considerando as profundas transformações que, nas últimas décadas, afetaram negativamente o mundo do trabalho (BRASIL, 2007).

A terceira concepção apresentada é de autoria de Eduardo Marandola Jr. e Daniel Joseph Hogan²¹, sendo esta utilizada pela Fundação Seade. Para estes autores e instituição,

o termo vulnerabilidade é chamado para compor estudos sobre a pobreza enquanto um novo conceito forte, na esteira dos utilizados no passado, tais como: exclusão/inclusão, marginalidade, apartheid, periferização, segregação, dependência, entre outros. Enfatiza-se também que o termo vulnerabilidade tem sido empregado para tratar do cerceamento dos bens de cidadania – seja em função de uma diminuição de renda ou de perda de capital social (BRASIL, 2012b, p. 14).

Ao se referir ao público usuário da política de assistência social, a PNAS (2004) diz que este compreende:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

A partir desta descrição, é possível identificar que as pessoas e/ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, não são necessariamente sujeitos em situação de pobreza ou que apresentam carências materiais. Podem estar nesta situação, sujeitos que vivenciaram ou vivenciam diferentes interferências nas mais diversas dimensões da vida.

Como refere Almeida (2005), os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas de ordem econômica, aliam-se à fragilização de vínculos afetivo-relacionais e à ausência de referências de pertencimento social, devido a discriminações etárias, étnicas ou por deficiência.

²¹ MARANDOLA JR; HOGAN, D. J. **As Dimensões da Vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar 2006.

Além disso, o termo vem sendo empregado diante das limitações dos estudos sobre a pobreza que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas. A perspectiva de utilização da categoria vulnerabilidade social é motivada pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social, já que as configurações de vulnerabilidade não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a população em geral (ABRAMOVAY, 2002).

Para Aginsky, Tejedas e Fernandes (2009) a vulnerabilidade tem relação com a esfera da reprodução da vida humana, ou seja, com o trabalho. Este precisa ser considerado a partir de seu processo de precarização, pois uma parcela significativa da sociedade brasileira não tem acesso ao trabalho formal. A partir desta perspectiva de análise e compreensão da vulnerabilidade social as autoras dialogam com outro autor que refere que:

[...] as pessoas submetidas a essas formas de trabalho tornam-se mais vulneráveis socialmente porque seu ritmo de trabalho tende a ser mais intenso, seu descanso, menos regular e qualquer acontecimento que impeça a pessoa de trabalhar implica suspensão imediata de sua renda. A sobrecarga de trabalho, numa situação de instabilidade permanente e de impossibilidade de previsibilidade e organização da vida em projetos de médio e longo prazos, torna frágil a saúde do trabalhador e as suas condições morais no controle da própria vida (VALLA, 2005, p. 50).

A vulnerabilidade social pode ser entendida como uma combinação de fatores que podem produzir uma deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades, em consequência de sua exposição a determinados tipos de riscos. "Nesse sentido, vulnerabilidade é uma noção multidimensional, uma vez que afeta indivíduos, grupos e comunidades, em planos distintos de seu bem-estar, em diferentes formas e intensidades" (FERREIRA; DINI; FERREIRA, 2006, p. 7).

Para exemplificar isto, os autores anteriormente citados apresentam um exemplo:

a mera condição de família monoparental, com crianças pequenas e chefiadas por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação dessa situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos acumulados por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem-estar, expondo-a a riscos variados como agravos à saúde, violência e pobreza (FERREIRA; DINI; FERREIRA, 2006, p. 7).

Diante do exposto, tem-se que a vulnerabilidade social não pode ser apenas compreendida pela dimensão material, embora seja central quando analisada à luz do referencial dialético, que reconhece a inter-relação dos fenômenos. Com base nas três concepções anteriormente evidenciadas, a política de assistência social reconhece que:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias;
- b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco (BRASIL, 2012b, p. 15).

Se a vulnerabilidade social não se limita à dimensão material, as respostas dadas a ela também não se resumem a recursos materiais, como destaca Sposati, ao se referir à política de assistência social:

A proteção social na assistência social inscreve-se, portanto, no campo de riscos e vulnerabilidades sociais que, além de provisões materiais, deve aprofundar meios para o reforço da autoestima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência aos conflitos, estímulo à participação, equidade, protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista da cidadania (SPOSATI, 2004, p. 43).

No que se refere às demandas atendidas pelo PAEFI, que compreendem violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência;

violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, entre outras, percebe-se que de fato, as respostas às situações vivenciadas pelos sujeitos devem ir muito além das provisões materiais. Mioto (2004) ressalta que são importantes e diferentes as ações de cunho socioeducativas, ações socioterapêuticas, ações periciais, ações socioassistenciais, ações de acolhimento e apoio socioinstitucional. Como em muitas destas situações os vínculos familiares estão fragilizados, faz-se necessário o planejamento e desenvolvimento de programas, ações e serviços destinados, ao fortalecimento desses vínculos e à prevenção da ruptura dos mesmos.

Por fim, é importante ressaltar novamente que as situações de vulnerabilidade social resultam das desigualdades sociais. Como evidenciam Silva; Yazbek e Giovanni (2011, p. 50),

[...] os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re) produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de 'equipar' os sujeitos, nem de descobrir suas 'potencialidades' como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de reconhecer que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que trabalhá-las como direitos da cidadania rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz.

Não responsabilizar os sujeitos e suas famílias pelas situações de vulnerabilidade social que se manifestam no cotidiano destes, constitui-se num grande desafio para os profissionais que trabalham nas diferentes políticas públicas. Como evidencia Fraga (2011, p. 184) “percebo que comumente optamos por lançar nossos olhares para práticas que punem famílias empobrecidas e perdendo de vista que este Estado que pune é o mesmo que não executa o que lhe é devido”.

Tendo em vista a problematização até aqui desenvolvida, que possibilitou a reflexão sobre algumas das principais determinações da exploração sexual, segue o

próximo capítulo com a discussão sobre esta forma de manifestação particular da violência sexual contra crianças e adolescentes.

3 EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A partir do reconhecimento de algumas das principais determinações da exploração sexual contra crianças e adolescentes, o terceiro capítulo evidencia em que período histórico a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil ganhou maior visibilidade e atenção por parte do Estado e das políticas públicas que desde então passaram a ser implementadas. Além disso, faz-se uma revisão conceitual que apresenta as mudanças que historicamente ocorreram no que diz respeito especialmente à concepção e entendimento sobre esta forma particular de manifestação da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ao evidenciar este processo apresentam-se as diferentes modalidades que compreendem a exploração sexual bem como a forma como a legislação tem tratado esta questão.

No mesmo capítulo apresenta-se uma breve contextualização da política de Assistência Social, especialmente a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Evidenciar este processo é de fundamental importância para identificar e compreender em que consiste o PAEFI, serviço no qual foi realizada a pesquisa.

3.1 Compreendendo a Exploração Sexual a partir de suas diferentes modalidades: marco conceitual e legal

A violência²², seja ela qual for, faz parte do cotidiano. Em todas as classes sociais, ela permanece e se desenvolve, roubando a vida de milhares de pessoas, especialmente crianças e adolescentes, que por vezes, ainda são considerados à margem de qualquer poder na vida familiar e social. Não é um estigma da sociedade contemporânea, pelo contrário, a violência acompanha o homem desde tempos

²² “A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto” (ROCHA, 1996. p. 10).

imemoriais, no entanto, a cada novo tempo, ela se manifesta em diferentes circunstâncias e formas.

Não há quem não identifique uma ação ou situação violenta, porém conceituar violência é muito difícil visto que a ação geradora ou sentimento relativo à violência pode ter significados múltiplos e diferentes dependentes da cultura, momento e condições nas quais elas ocorrem (LEVISKY, 2010, p. 6).

Ao buscar compreender a violência entre os seres humanos, Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 13) afirmam que “homens não são violentos por serem também animais. Homens são violentos por serem tão-somente humanos”. Como evidencia Tonet (2011), há uma tendência a se considerar a violência como um defeito da sociedade que resultaria em última análise, de uma natureza humana potencialmente violenta. No entanto, como o próprio autor afirma, a violência é resultado de inúmeras mediações e determinações.

Na sociedade capitalista, a violência tornou-se uma forma de legitimar as desigualdades sociais e, embora os jornais, a televisão, a internet, o rádio e outros meios de comunicação a cada dia apresentem uma variedade de situações que se remetem à violência e à criminalidade, tais acontecimentos têm provocado pouca indignação na população devido a sua naturalização e banalização. Tampouco, a violência é associada diretamente ao processo histórico da luta de classes, sobretudo, a manutenção do sistema econômico capitalista. Em outras palavras, dissocia-se o debate da violência do debate da questão social.

Velho (2000) ressalta que a violência, nas suas mais variadas formas de manifestação, foi elemento fundamental na constituição da sociedade brasileira. Exemplifica isso ao se referir à destruição de centenas de culturas indígenas e da morte de milhões de ameríndios a partir da ocupação européia no Brasil. Além disso, a instituição da escravidão implicou uma dominação violenta, física e simbólica, que inicialmente atingiu os índios e depois, por quase 4 séculos de tráfico, a população africana.

As distintas formas de manifestação da violência perpassam todas as classes sociais requerendo uma abordagem histórica da questão, oriunda de toda uma estrutura desigual da sociedade brasileira, pautada não só pela dominação de

classes, como também pela imperante dominação de gênero e raça e, ainda, nas relações de autoritarismo, estabelecidas entre adulto/criança. Nas suas diferentes formas de manifestação, a violência é, pois, uma articulação de relações sociais gerais e específicas, ou seja, de exploração e de forças desiguais nas situações concretas, não podendo, assim, ser vista como se fosse resultante de forças da natureza humana ou extranaturais, ou um mecanismo autônomo e independente de determinadas relações sociais. A violência manifesta uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou mesmo não adulto, porém mais forte, sobre a criança e o adolescente, ou mesmo adulto, num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de suas pessoas enquanto outro (LEAL; CÉSAR, 1998).

É importante destacar que as diferentes tipologias de violência não podem ser consideradas como algo que dão conta da totalidade dos processos de reprodução da violência nas diferentes realidades em que vivem as famílias. Cada tipologia de violência não pode despolitizar nem tirar de cena as discussões sobre a forma como a violência se materializa na vida dos sujeitos. Ou seja, o conhecimento sobre a violência não pode se limitar apenas a conceitos pré-estabelecidos, nem partir de uma consideração a priori da realidade. Constitui-se por sua vez, num processo dinâmico e histórico no qual a luta de classes promove, constantemente, a necessidade de repensar os saberes elaborados para a construção de novas reflexões, que não esgotam e nem podem esgotar as temáticas, principalmente a violência.

Mesmo que neste item sejam evidenciados diferentes conceitos sobre violência, mais especificamente sobre exploração sexual, o que não deixa de ser importante, admite-se que querer engessar a expressão em uma definição fixa e simples significa reduzi-la e deixar de compreender suas singularidades (BONAMIGO, 2008, p. 205).

Com relação à violência contra crianças e adolescentes, a história social da infância, revela que no Brasil, desde o período colonial, crianças não eram consideradas sujeitos de direitos e por isso, eram vítimas das mais variadas formas de violência.

Contam os historiadores que as primeiras embarcações que Portugal lançou ao mar, mesmo antes do descobrimento, foram povoadas com as crianças órfãs do rei. Nas embarcações vinham apenas homens e as crianças recebiam a incumbência de prestar serviços na viagem, que era longa e trabalhosa, além de se submeter aos abusos sexuais praticados pelos marujos rudes e violentos. Em caso de tempestade, era a primeira carga a ser lançada ao mar (AZAMBUJA, 2006, p. 4).

Com relação aos escravos, Carvalho (2004, p. 20) destaca que

os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda das viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar.

O exercício da violência, ao contrário do que possa parecer, não é estranho à população infanto-juvenil. Historicamente, punições, castigos, espancamentos, entre outras formas de violência foram utilizados tanto nas relações de trabalho como no sentido de proporcionar uma educação que não permitisse a transgressão das normas, ou seja, era institucionalizada enquanto instrumento educativo. Muito recentemente, a violência, como forma de disciplina passou a ser refutada e contestada pela família, pelo Estado e pela sociedade civil, visto ser uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, que por estarem em uma condição peculiar de crescimento e desenvolvimento precisam ser cuidadas e protegidas (PEDERSEN, 2010).

Compreender a exploração sexual, assim como as demais expressões da violência que vitimizam crianças e adolescentes, requer entender que a violência que determina as demais formas de sua manifestação, é a violência causada pelas mutações da sociedade e que, no presente, trazem a marca do individualismo moderno (LEAL; CÉSAR, 1998).

Além disso, há que se considerar que

o aparecimento e o desenvolvimento da violência nas relações sociais estão vinculadas a fatores objetivos – o império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes – que tornaram impossível até agora a solução das contradições fundamentais por um caminho pacífico. A luta de classes se desenvolve historicamente com um coeficiente maior ou menor de violência, mas a experiência histórica demonstra que quando a existência da classe dominante se encontra em perigo, essa não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas, inclusive ao terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história (VÁSQUEZ, 2011, p. 379).

Ao fazer esta aproximação do conceito de violência, tem-se que são ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos, principalmente quando esta violência for praticada contra crianças e adolescentes, que, por estarem em uma condição peculiar de desenvolvimento, precisam de cuidado e proteção.

Sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes é importante ressaltar que a mesma não pode ser entendida como um fenômeno monolítico, ou seja, é preciso considerar o complexo de atos e de classificações que o constituem (LOWENKRON, 2010).

O termo “exploração sexual” parece ter origem na vertente do movimento feminista influenciada pelo marxismo, que passou a utilizar a categoria “exploração sexual” para falar, indistintamente, do fenômeno da prostituição adulta e infanto-juvenil, especialmente, de “mulheres” e de “meninas”, entendendo ambas a partir da articulação das noções de mercantilização do corpo e de alienação da pessoa (LOWENKRON, 2010, p. 16-17).

Referindo-se à questão da exploração sexual contra crianças e adolescentes, é possível defini-la como uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, sejam as grandes redes de comercialização local e global, pais/responsáveis ou os consumidores de serviços sexuais pagos (FALEIROS, 2000, 2004).

Outra definição é a de que

a exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil (LEAL; CÉSAR, 1998, p. 72-73).

A violência sexual é um tipo de ocorrência presente na vida de muitas crianças e adolescentes vítimas desta exploração. Embora nem toda criança, adolescente ou mulher sexualmente agredida venha a se prostituir no futuro, pesquisas indicam a violência sexual como uma constante na vida destas pessoas, ou seja, vender o corpo, prostituir-se, é uma realidade muito presente, quando anteriormente, criança, adolescente e/ou mesmo adultos tiveram a vivência do abuso sexual.

O jornalista Gilberto Dimenstein evidencia esta realidade ao investigar, no ano de 1991, o tráfico e aprisionamento de meninas, forçadas à prostituição²³. Durante sete meses de investigação em vários pontos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o pesquisador foi identificando, entre os mais variados elementos desta realidade, as principais causas e/ou motivações da exploração sexual. Com relação a isso, percebe em vários casos estudados a presença do abuso sexual na vida de crianças e adolescentes, como é o caso de uma adolescente, que quando tinha dezesseis anos, conheceu o sexo ao ser estuprada pelo filho do patrão (DIMENSTEIN, 1992). Outra também, ainda criança (10 anos), foi abusada pelo tio que residia na mesma casa. Ser abusada pelo padrasto toda vez que a mãe saia para trabalhar, foi o que ocorreu com uma adolescente de catorze anos de idade.

Este fato também é evidenciado por Faleiros, argumentando que

²³ Termo utilizado pelo pesquisador.

a violência intrafamiliar não é, em si, determinante do ingresso da criança e da adolescente na rede de prostituição, mas é uma das mais importantes dimensões de vulnerabilização. A rede de exploração comercial está articulada à rede familiar fragilizada pela pobreza e pela violência e por outras formas diferentes de “ruptura da trajetória familiar e social” como desemprego, separação, migração, mortes, disputas. A exploração sexual é uma violência sistemática que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como autônomo sem intermediários, o uso (abuso) do corpo em troca de dinheiro se configura uma mercantilização do sexo e reforço dos processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios, autoritários aqui analisados (FALEIROS, 1998, p. 12).

Diante disso, é fundamental contextualizar a exploração sexual nas relações capitalistas, onde o sexo é ao mesmo tempo um valor de uso e um valor de troca, pois passa a ser um bem mercantilizado, um intercâmbio comercial.

Na sociedade capitalista há uma grande oferta de crianças para esse tipo de demanda, pelas condições sociais desiguais, pelo acesso desigual às políticas sociais, pelo fracasso da escolarização, e condições especiais das relações familiares e/ou negligência para com crianças e adolescentes. Ou seja, esta questão não deve ser vista apenas sob o ângulo do mercado, sem levar-se em conta outros aspectos do fenômeno (LEAL; CÉSAR, 1998, p. 73).

No Brasil, o fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ganhou visibilidade no início da década de 1990, com a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)²⁴ que investigou os casos de prostituição infantil, ocorridos no País. A referida CPI apontou a impossibilidade de apresentar o número de jovens prostituídos no Brasil “em virtude da inexistência de pesquisas sobre o tema e pela dificuldade da própria CPI em obter dados mais confiáveis” (ROSÁRIO, 2004, p. 29). Foi também a partir deste inquérito que este fenômeno passou a ser concebido como “exploração sexual infanto-juvenil” e a ser tratado com base nas diretrizes do ECA, que estabelece em seu artigo 5º:

²⁴ “[...] fruto da preocupação com o crescimento visível da exploração sexual de meninas e meninos, em 1993, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, título que expressava um conceito utilizado na época. Seus trabalhos foram desenvolvidos entre maio de 1993 e junho de 1994, e seu Relatório Final foi publicado no Diário do Congresso Nacional em 21 de outubro de 1994. A CPI foi presidida pela Deputada Marilu Guimarães, tendo como relator o Deputado Moroni Torgan” (ROSÁRIO, 2004, p. 29).

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Esta mudança de conceito, de prostituição infantil para exploração sexual, deveu-se ao fato de o primeiro termo referir-se à situação de vida de certos segmentos sociais adultos, implicando na possibilidade de haver a ação de optar por tal modo de vida, ocultando a natureza do comportamento sexualmente abusado. Desta forma, mais do que uma mudança de nomenclatura, essa alterou o enfoque que deveria ser dado a crianças e adolescentes envolvidos nesta situação. “A palavra prostituição deve ser vista como uma opção do mundo adulto e não associada à população infanto-juvenil” (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 21).

Ainda sobre esta mudança de nomenclatura, Faleiros (2000) ressalta que o termo prostituição não é adequado quando se refere a crianças e adolescentes, pois o mesmo relaciona-se a uma parcela de adultos que “escolheu” o comércio do sexo como uma profissão, o que não é o caso de crianças e adolescentes. Opta-se, assim, pela expressão “prostituídas” e “exploradas” a fim de romper com o estereótipo e culpabilização dos menores envolvidos nesse comércio sexual, pois os estudiosos da área reconhecem que há na exploração sexual infantil, uma relação de violência que visa a obtenção de proveito por parte dos adultos, causando danos biopsicosociais às crianças e adolescentes explorados.

Lowenkron (2010, p. 12) destaca que “até o final dos anos 1980, a “violência sexual contra crianças” não era particularizada”. A partir daí, considerando a passagem dos Códigos de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que significou a substituição da doutrina da “situação irregular” pela doutrina da “proteção integral”, “a crítica à violência contra eles ganha força, transformando o crime cometido contra a criança no principal modelo de atrocidade” (p. 13).

Na sequência destas mudanças e avanços, ocorreu em agosto do ano de 1996, em Estocolmo – Suécia, o I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, representando um momento histórico no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Do evento resultou a Declaração de Estocolmo e uma Agenda de Ação, que apresentavam recomendações e diretrizes sobre o tema, sendo adotadas pelos 112

países participantes que se comprometeram a desenvolver estratégias e planos de ação com tais diretrizes (CAMPELO; CARVALHO; SOUZA, 2008). De acordo com Leal (1999), nesse congresso e mais especificamente na Agenda de Ação foi definido o conceito de exploração sexual comercial infantil²⁵.

Com relação à Declaração de Estocolmo, é importante evidenciar que esta apresenta alguns dos principais fatores que contribuem para a exploração sexual comercial de crianças, a saber:

[...] as disparidades econômicas; as estruturas sócio-econômicas injustas; a desintegração familiar; a questão da educação; consumismo; a migração rural-urbana; a discriminação de gênero; a conduta sexual masculina irresponsável; as práticas tradicionais nocivas e o tráfico de crianças. [...] Todos esses fatores aumentam a vulnerabilidade de meninas e meninos, frente àqueles que buscam utilizá-los para fins de exploração sexual comercial (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1996, p. 1).

Além desses, a Declaração apresenta fatores adicionais que conduzem direta ou indiretamente a exploração sexual comercial de crianças, como: "corrupção, ausência de leis ou a existência de leis inadequadas, o descumprimento da lei e a limitada sensibilidade da pessoa encarregada da aplicação dessas leis sobre os efeitos nocivos nas crianças" (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1996, p. 1).

O II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes aconteceu em dezembro de 2001 em Yokohama – Japão. Neste, considerando os acordos estabelecidos no I Congresso Mundial, o Brasil apresentou como um dos resultados de suas ações, a elaboração e publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil²⁶, aprovado em 2000 pelo CONANDA. O referido evento contou com a adesão e compromisso de 161 Estados. Ali também, conforme salienta Libório (2004), foi ratificada a definição das 4 modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes

²⁵ "A exploração sexual comercial infantil é todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo de um menino, menina ou de adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial e poder e declara que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um crime contra a humanidade" (LEAL, 1999, p. 10).

²⁶ "A partir da instituição desse Plano Nacional, o País vivencia uma série de avanços importantes na área do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse Instrumento tornou-se referência e ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual" (BRASIL, 2013b, p. 03).

estipuladas em 1998 pelo Instituto Interamericano Del Nino, a saber: prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico, pois "tanto em nível nacional como internacional, considera-se que a prostituição não é o único fenômeno caracterizado como exploração sexual" (LIBÓRIO, 2004, p. 23).

Em 2002 é divulgado o Relatório da Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – PESTRAF, que indica que o crime organizado no Brasil utiliza 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para levar mulheres, jovens e crianças brasileiras para o exterior (ROSÁRIO, 2004).

Em 2003, o Governo Brasileiro assume o compromisso de priorizar ações para a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes e de implementar ações articuladas nesse sentido, por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes, criada pelo então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva e coordenada pelo Ministério da Justiça até 2006, quando foi integrada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013b, p. 08).

Em novembro de 2008, foi a vez do Brasil sediar o III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes. Este teve como tema central "Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a sua Proteção contra a Exploração Sexual – Por uma Visão Sistêmica". Num dos painéis realizados durante o Congresso, foi discutido e apresentado formas de Exploração Sexual Comercial e Seus Novos Cenários. Com relação às suas formas, estas compreenderam tráfico interno e internacional; pornografia infanto-juvenil na internet; exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo; exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de prostituição.

Diante do exposto, percebe-se que são quatro as modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes reconhecidas e problematizadas até então. O próprio Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil faz referência a estas formas, ou seja, tráfico²⁷, turismo

²⁷ "o tráfico consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com uso de extrema crueldade" (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 24).

sexual²⁸, pornografia²⁹ e prostituição³⁰. Estas quatro modalidades encontram-se relacionadas e influenciam-se mutuamente, formando, muitas vezes, um círculo “vicioso” complexo, difícil de ser rompido (LIBÓRIO, 2004).

No que diz respeito ao Código Penal Brasileiro, o capítulo II (Dos crimes sexuais contra vulnerável), apresenta como um desses crimes o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (Incluído no Código Penal pela Lei nº 12.015, de 2009). De acordo com o Art. 218-B, este é definido da seguinte forma:

Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone (BRASIL, 1940).

Com base no exposto, percebe-se que o Código Penal brasileiro também reconhece que existem outras formas de exploração sexual que não só a prostituição. No entanto, considerando as quatro modalidades de exploração sexual anteriormente detalhadas, verifica-se a manutenção da terminologia prostituição, em contraposição ao avanço conceitual obtido com a CPI de 1990. Como referem Mello e Francischini (2010), a exploração sexual de crianças e adolescentes vêm sofrendo várias transformações conceituais, não havendo apenas uma forma de defini-la.

As transformações conceituais, bem como legais, ocorrem porque a violência, e neste caso a exploração sexual, também vai assumindo novas características a partir de novos processos sociais que vão lhe constituindo. Exemplo disso é a pornografia infantil, que em virtude, por exemplo, de novas tecnologias e modalidades de comunicação, especialmente no que diz respeito ao acesso a internet, tem elevado a gravidade e os índices desta forma de violência.

²⁸ “é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças” (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 24).

²⁹ “é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material” (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 24).

³⁰ “é o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração” (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 24).

O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking de material pornográfico, com pelo menos 1210 endereços na internet. Um dos nichos desse material refere-se à pornografia infantil, com o intuito de abastecer o mercado da pedofilia. Essa rede se organiza internacionalmente, de modo que existem facções em todos os lugares onde há pessoas interessadas em obter acesso a esse tipo de material (FELIPE, 2006, p. 210).

Ainda com relação à pornografia infantil destaca-se que em 25 de novembro de 2008 foi aprovada a lei número 11.829 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com objetivo de aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Assim como houve alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, frisa-se também que recentemente foi publicada a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (maio de 2013), que terá que implementar suas ações até 2020, mesmo prazo de vigência do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013b).

A Organização Mundial da Saúde ressalta ser a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes uma forma de abuso contra estes sujeitos, sendo o abuso sexual definido por esta organização da seguinte forma:

(...) todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. (...) Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais ilegais (WHO, 1999, p. 6).

Nesta perspectiva, a batalha à exploração sexual de crianças e adolescentes não pode estar, assim, dissociada, do combate da violência intrafamiliar que, na maioria das vezes, é praticada dentro dos lares.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não se configura, em geral, como uma relação individual de um agressor ou explorador. Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer. Ela desconstrói e destrói as relações de proteção, de direito e aprendizagem da autonomia, pela intermediação do corpo e mercantilização da infância. O corpo da criança e do adolescente se transforma em valor de uso e em valor de troca em âmbito nacional ou internacional (FALEIROS, 1998, p. 12).

Com relação à constituição de redes de exploração sexual é possível identificar a presença, dentre os vários atores, do aliciador. Este pode ser o motorista do táxi; dono de hotel, bar ou rádio, agência de modelos; camelôs; cáftens³¹; pais abusadores; policiais; políticos; autoridades públicas; e cidadãos oportunistas que enganam os pais com promessas de emprego (DIAS; RIBEIRO, 2009, p. 466).

O capitalismo brasileiro, com as profundas desigualdades sócio-econômicas, corrobora para essa exploração, muitas vezes, como uma alternativa de sobrevivência de uma população excluída dos mínimos sociais. Condições de miserabilidade material geram também sofrimento psíquico e pressionam também, por vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social no sentido da obtenção de qualquer recurso para minorar esse sofrimento. Neste sentido, a criança torna-se muitas vezes uma mercadoria, sendo alugada pelos próprios pais a alguém que a usa sexualmente, ou é explorada por terceiros, cujos lucros são auferidos através do lenocínio³² (SAFFIOTI, 2007, p. 75).

Dimenstein (1992) evidencia esta realidade a partir das entrevistas realizadas em seu estudo. O mesmo constata que em muitos casos os pais encaminham as filhas para a prostituição, exigindo que a menina leve dinheiro para casa, sob ameaças de violentas surras.

Com relação ao fato de crianças e adolescentes encontrarem na exploração sexual uma estratégia de sobrevivência, tanto sua, como dos demais membros de sua família, já que são os pais que muitas vezes "alugam" seus filhos para este fim, entende-se que estes sujeitos vivenciam um processo de exclusão social. Com essa exclusão, sem dúvida, não lhes sendo garantidas condições de vida digna e acesso aos direitos sociais através das políticas públicas. No entanto, Martins (2003) ratifica que não existe exclusão e sim contradição. Junto a isso, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.

³¹ Que vive à custa de prostitutas; rufião. Dono de bordel.

³² "Crime de prestar assistência à libidinagem alheia e/ou dela tirar proveito" (FERREIRA, 2006, p. 512).

Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 2003, p. 14).

Nesse sentido, a exclusão se traduz em privação: privação de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, de bem-estar, de direitos, de liberdade, de esperança. Esta privação é, portanto, pobreza entendida como exclusão (MARTINS, 2003).

Ainda sobre este processo de exclusão, o mesmo autor ressalta que as políticas econômicas atuais, que seguem o modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Portanto, o que se tem não são políticas de exclusão, mas sim, de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário para a mais eficiente (e barata) reprodução do capital.

Consequente a esta inclusão precária, surge o que Martins chama de “nova desigualdade”, que separa materialmente, mas unifica ideologicamente. Para este autor,

[...] a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos (MARTINS, 2003, p. 21-22).

Diante desse contexto, tanto o abuso como a exploração sexual emergem no cenário socioeconômico e político da sociedade, exacerbado por valores culturais, patriarcais, machistas e racistas³³. Como consequência, preconceitos

³³ Baierl (2004, p. 22) argumenta que "a violência, para ser pensada, deve ser situada em contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e territoriais, por onde ela é produzida".

relacionados ao gênero, à geração, à raça/etnia e às práticas discriminatórias acabam resultando na exclusão em massa de grande parte da população e, muitos acabam sendo mais vulneráveis à violência sexual.

Faleiros demonstra que

esse cenário atual da sociedade brasileira, (...) deve ser entendido pela perspectiva histórica. O desenvolvimento econômico, social e cultural pelo qual passou a América Latina foi marcado pela colonização e escravidão que gerou uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes, em cujo imaginário social foi impressa a ideia de que podiam dominar e explorar categorias sociais marginalizadas e/ou inferiorizadas pela raça/etnia, gênero e idade (FALEIROS, 2004, p. 29).

Durante muito tempo, negros, índios, mulheres e crianças pobres, constituíram e ainda constituem as categorias dominadas, foram excluídos da sociedade, por não terem acesso aos serviços sociais oferecidos pelo Estado, como educação, profissionalização, serviços de saúde, habitação, e excluídos ainda do mercado de trabalho e do consumo, devido às altas taxas de desemprego (LIBÓRIO; SOUSA, 2004).

Atualmente, esta violência está intimamente relacionada ao sistema capitalista de produção, em que os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência através da venda de sua mão de obra aos detentores dos meios de produção – os capitalistas como forma de satisfazer as suas necessidades.

Pelo fato de os trabalhadores não possuírem meios pelos quais possam produzir bens, e conseqüentemente dependem da venda de suas forças de trabalho, como forma de garantir sua existência, surge a contradição fundamental entre capital e trabalho que dá origem à luta de classes, burguesia e proletariado, pela posse dos meios de produção (SILVA, 1987).

Como evidencia Marx,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Cabe destacar ainda que as diferenças entre as classes sociais não são apenas diferenças de renda auferida ou dos costumes de um grupo. Essas diferenças decorrem da forma pela qual os indivíduos se inserem no mundo da produção, das relações que mantêm entre si e dos interesses que defendem.

Por tudo isso, é possível afirmar que a exploração sexual de crianças e adolescentes é inerente a um sistema regido pela desigualdade entre as classes, entre as categorias de sexo entre as diferentes etnias. Contudo, é a miséria extrema de certas camadas sociais que exacerba o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes. Como destaca o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, são as consequências da desigualdade social e da pobreza que têm como resultado

a produção de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por morar em habitações precárias, por falta de escolas, por doenças contagiosas, por inexistência de saneamento básico, que refletem diretamente na relação entre crianças, adolescentes e violência no cotidiano de famílias brasileiras. Essa situação de vulnerabilidade, denominada vitimação, pode desencadear a agressão física e/ou sexual contra crianças e adolescentes, haja vista que a cronificação da pobreza da família contribui para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais. Nesse sentido, pequenos espaços, pouca ou nenhuma privacidade, falta de alimentos e problemas econômicos acabam gerando situações estressantes que, direta ou indiretamente, acarretam danos ao desenvolvimento infantil (BRASIL, 2006c, p. 27).

Nessa perspectiva, ressalta-se, novamente, que não é possível compreender o fenômeno da violência sexual fora da estrutura econômica, política, social e cultural da sociedade. Desigualdade social, imposição de poder, redes exploradoras e violência são condições fundamentais para a vitimização de crianças e adolescentes.

Como argumenta Baierl (2004), as desigualdades sociais e as formas de exclusão, por si só, não explicam a violência, mas criam o clima propício para sua expansão. Acrescenta dizendo:

Não podemos reduzir a violência às condições de pobreza na sociedade. No entanto, numa sociedade onde o consumo se amplia, onde as diferenças entre ricos e pobres cada vez mais se afirmam, onde o acesso a direitos mínimos e básicos não é respeitado, onde os direitos sociais (moradia, saúde, educação, alimentação, lazer, segurança), promulgadas na Carta Magna de 1988, são negados, onde impera a impunidade e o desrespeito à legalidade constituída, sem dúvida, há que se pensar as várias dimensões que fazem emergir e reforçar as diversas facetas da violência (BAIERL, 2004, p. 25).

Com relação a algumas estatísticas de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, no período de maio de 2003 a fevereiro de 2005, foram contabilizados um mil, quinhentos e cinquenta e seis casos de exploração sexual. “Esses números estão longe de refletir a dimensão do fenômeno no país. Isso porque os crimes sexuais estão entre os menos notificados, não apenas no Brasil, mas no mundo todo” (FIGUEIREDO; BOCHI, s/d, p. 59-60). O indicativo numérico pode ser questionável, pois muitos casos ocorrem na clandestinidade sendo difícil obter números precisos a respeito desta forma de violência (DIAS; RIBEIRO, 2009, p. 466).

Diante do exposto e buscando compreender a vitimização de adolescentes através das relações de exploração sexual há que se buscar algumas explicações acerca do que Marx chamou de fetichismo da mercadoria. Nesta perspectiva, tem-se que nas sociedades em que impera o modo de produção capitalista³⁴, a mercadoria produzida pelos homens tem um poder maior que o seu criador, ela aparece como algo que lhes é alheio e os domina, tornando o criador um sujeito subordinado à mercadoria por ele criada. As relações sociais, as relações entre os diferentes sujeitos sociais, caracterizam-se por relações entre coisas.

³⁴ Cabe aqui destacar que o modo de produção capitalista (MPC) sustenta-se na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho.

A essa forma fantasmagórica, a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria. É no modo de produção que universaliza a lógica mercantil – isto é, no modo de produção capitalista – que o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, as relações sociais tornam-se a aparência de relações entre coisas³⁵. Por isso mesmo, o fenômeno da reificação (em latim, res=coisa; reificação, pois, é sinônimo de coisificação) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. O fetichismo daquela mercadoria especial que é o dinheiro, nessas sociedades, é talvez a expressão mais flagrante de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado (BRAZ; NETTO, 2007, p. 92-93).

Assim como a exploração sexual pode ser considerada uma fonte de renda e de sobrevivência a uma população refém das mais diversas expressões da desigualdade social, também representa a constituição de um mercado, que a partir da venda de serviços sexuais, possibilita lucro aos que exploram.

A partir desse entendimento é possível evidenciar que as relações de exploração sexual de crianças e adolescentes, além de constituir-se numa relação de coisificação dos sujeitos, tanto de quem vende o sexo como de quem compra, é também uma forma de alienação social. Essa insanidade se desenvolve na medida em que os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e efeito de sua ação.

Diante do exposto, tem-se que a exploração sexual, representa uma das formas de manifestação da violência contra crianças e adolescentes, não podendo ser compreendida sem se considerar as motivações e determinações históricas de sua ocorrência, que se reapresentam na cena contemporânea com novas roupagens. Além disso, é preciso considerar que existem motivações e determinações mais recentes que precisam ser compreendidas e enfrentadas, tendo em vista a crise capitalista na atualidade. Estas podem ser identificadas especialmente no campo das desigualdades sociais engendradas por esta sociedade, expressando-se nas mais diversas formas no cotidiano das famílias, colocando-as em situações, muitas vezes, de extrema vulnerabilidade social, como por exemplo, famílias em condição de pobreza, desemprego ou inserção precária no

³⁵ E, por via de consequência, os indivíduos não são valorizados (e nem se valoram a si mesmos) pelo que são, mas sim pelo que têm – nessas sociedades, o ter subordina o ser (BRAZ; NETTO, 2007, p. 93).

mercado de trabalho, problemas habitacionais e de saneamento e não acesso às políticas sociais públicas, entre outras.

3.2 O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um avanço na Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social, a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado em 2005, vem buscando em suas ações a centralidade da família, entendendo que a busca por soluções emergenciais e focalizadas para suprir demandas instantâneas não são suficientes. Intervir no contexto familiar implica buscar mudanças significativas nas formas de olhar, de compreender e de trabalhar com as expressões da questão social, vivenciadas por essas famílias.

É nesta perspectiva então, que a política de assistência social vem buscando sua efetivação, considerando a família, independente de seu “formato”, uma das mediadoras das relações entre sujeitos e a coletividade. Esta política, ao considerar as situações de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias, principalmente por pressões geradas pelos processos de exclusão social e cultural, entende que as mesmas precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, pois para prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, a mesma precisa ter condições de sustentabilidade para tal.

De acordo com a nova política de assistência social, os objetivos da política pública de assistência social são traçados da seguinte forma:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para família, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 27).

Também de acordo com a PNAS, são estabelecidas as funções da política de assistência social, e que, portanto, dizem respeito à inserção³⁶, prevenção³⁷, promoção³⁸ e proteção³⁹ de seus usuários⁴⁰. Como evidenciado nos objetivos da política pública de assistência social, suas ações são executadas de acordo com o nível de proteção, ou seja, proteção social básica e proteção social especial, dividida em média complexidade e alta complexidade.

A proteção social básica visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Seu público alvo constitui-se de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da “pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 27).

Os serviços de proteção social básica são oferecidos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que “[...] é a unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, [...] atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (BRASIL, 2004, p. 29).

A proteção social especial destina-se a famílias e indivíduos “que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas,

³⁶ “Inclusão dos destinatários nas políticas sociais básicas proporcionando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população” (COUTO 2006, p. 32)..

³⁷ “Criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que já possui aos bens e serviços, mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de Pobreza” (COUTO 2006, p. 32).

³⁸ “Promover a cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários” (COUTO, 2006, p. 32).

³⁹ “Atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizadas por meio de ações de redistribuição de renda direta e indireta” (COUTO, 2006, p. 32).

⁴⁰ Como já evidenciado anteriormente, estes compreendem "cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social" (BRASIL, 2004, p. 27).

cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004, p. 31).

Com relação à proteção social especial de média complexidade, esta dispõe de serviços “que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 31). Tais serviços são oferecidos nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). A oferta de atenção especializada e continuada deve ter como foco a família e a situação vivenciada. Essa atenção especializada tem como foco o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção. O CREAS deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada. Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida. Os CREAS podem ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios, de modo a assegurar maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento (BRASIL, 2011a, s/p.).

Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade “são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário” (BRASIL, 2004, p. 32).

Atualmente, de acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade), estão previstos, no âmbito do CREAS, os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e

Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

No que se refere ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é importante evidenciar como este foi se constituindo historicamente. Considerando que a violência, o abuso e a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes representa para estas, uma situação de risco pessoal e social, o Governo Federal também procurou uma alternativa para amenizar tal situação. Dessa forma, buscando cumprir com o compromisso político assumido no I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, capital da Suécia (1996), de construir políticas públicas que garantam os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, elaborou-se, no ano de 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. A prioridade estabelecida neste plano foi a implantação do Serviço Sentinela, que ocorreu em 2001, dentro do âmbito da Política de Assistência Social. Em 2005, o Serviço Sentinela foi inserido no Sistema Único de Assistência Social/SUAS como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Portanto, o “locus” de execução do Serviço Sentinela passou a ser o CREAS. Ressalta-se, portanto, que a partir do desenvolvimento das ações do Serviço Sentinela no âmbito do CREAS, o mesmo passou a ser chamado de Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, substituindo a terminologia Serviço Sentinela.

Mais recentemente, a partir da resolução anteriormente citada, o nome do serviço foi novamente alterado, passando a denominar-se Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que oferta:

[...] apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Nessa direção, o PAEFI oferece atendimento a indivíduos e famílias em diversas situações de violação de direitos, como violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões (BRASIL, 2011b, s/p.).

Com relação ao exposto, percebe-se que várias conquistas e avanços foram obtidos recentemente no âmbito da política de assistência social com vistas a melhorar a qualidade do atendimento prestado aos seus usuários, seja na forma de programas, projetos, serviços e benefícios, todos visando, cada vez mais, o exercício e a garantia de direitos.

Com relação ao PAEFI, destaca-se que o estudo aqui proposto poderá dar subsídios para maior qualificação do mesmo, já que se propõe a identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias – instituição esta que é central para a política de assistência social.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No exercício profissional, os Assistentes Sociais deparam-se com diversas expressões da questão social que cotidianamente interferem na vida dos usuários. Estas expressões, a exemplo da fome, da pobreza, do desemprego e da violência exigem das diferentes políticas sociais públicas e dos profissionais que nelas atuam respostas, soluções e/ou formas para o seu enfrentamento. No entanto, para que respostas sejam planejadas e executadas faz-se necessário o conhecimento da realidade vivida pelos sujeitos. Dentre as possibilidades de se conhecer esta realidade, está aquela que decorre da pesquisa, que emprega procedimentos científicos.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 1994b, p. 17-18).

A pesquisa é "[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos" (GIL, 1999, p. 42). Constitui-se, portanto, no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, o que, por hora, diz respeito a uma de suas finalidades.

No que se refere à pesquisa social, tem-se que a mesma possui uma carga histórica, “reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados” (MINAYO, 2000, p. 23). Caracteriza-se por ser mais abrangente, pois a realidade se expressa como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência.

Nesta perspectiva, o tema e delimitação deste estudo compreende a exploração sexual de adolescentes nos municípios de São Borja e Itaqui/RS e sua

relação com a vulnerabilidade social das famílias atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O estudo representa a possibilidade de ampliar os conhecimentos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, já que esta tem como principais formas de sua manifestação o abuso sexual e a exploração sexual. Com relação ao abuso sexual, este se constituiu em objeto de estudo da autora, na pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social.

A realização da pesquisa nos municípios anteriormente mencionados justifica-se pelo fato de haver uma relação e implicação da pesquisadora com os mesmos. Atualmente a autora desta tese é docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)⁴¹, que está situada em dez (10) municípios da região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo São Borja (campus onde a pesquisadora desenvolve o seu trabalho como docente) e Itaqui (município vizinho de São Borja). Quando realizou o concurso para ingressar nesta universidade apresentou no Memorial Descritivo de Trajetória Acadêmica uma proposta de trabalho que incluía atividades de ensino, pesquisa e extensão. No que se refere à pesquisa, propôs um estudo que contemplasse municípios da região da fronteira oeste e que tivessem implantado o CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, buscando assim analisar de que forma o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) vem contribuindo para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A partir da aprovação no referido concurso (em 18 de junho de 2010) e considerando o recente ingresso no Doutorado em Serviço Social (março de 2010), a pesquisadora legitimou o compromisso firmado com a UNIPAMPA. Elaborou o projeto de pesquisa do Doutorado de acordo com a proposta de trabalho apresentada à UNIPAMPA. Além disso, registrou o referido projeto junto a Comissão Local de Pesquisa da UNIPAMPA, campus São Borja, o que possibilitou a

⁴¹ “A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina” (UNIPAMPA, 2009, p. 3).

participação de alunos (as) bolsistas e voluntários (as) no desenvolvimento da pesquisa.

Com base no exposto, a pesquisa realizada para a elaboração e apresentação desta tese de doutorado, teve como problema de estudo Quais as dimensões de vulnerabilidade social que os (as) adolescentes em situação de exploração sexual estão expostos e como essas vulnerabilidades são reconhecidas e enfrentadas pelos profissionais vinculados ao PAEFI?

Quanto aos objetivos, destaca-se inicialmente o geral e na sequência os específicos: Identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias e de que forma o PAEFI contribui para o enfrentamento deste fenômeno, a fim de oferecer subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a esta forma de violência; Compreender como se constituem as experiências sociais de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias de adolescentes vitimizadas(os) pelas relações de exploração sexual; Identificar os fatores que contribuem para vitimização de adolescentes através das relações de exploração sexual; Avaliar de que forma o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) contribui para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social das famílias de adolescentes exploradas sexualmente.

A seguir são apresentados os demais elementos da metodologia.

4.1 Método

A realização desse estudo baseou-se no método dialético-crítico, fundamentado pelo materialismo histórico que trabalha basicamente com as categorias da contradição, historicidade e totalidade.

Damos o nome de dialética ao movimento mais elevado da razão, no qual essas aparências separadas passam umas nas outras e se superam. A discussão estéril conduz ao ceticismo. O ceticismo, decerto, contém um lado bom, isto é, o espírito crítico, que não admite nenhuma verdade sem exame; que só se submete livremente à verdade estabelecida de modo sólido; que desconfia das afirmações absolutas, definitivas, e as dissolve ao confrontá-las entre si (LEFEBVRE, 1991, p. 171-172).

O método dialético crítico contempla no processo investigativo o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade (PRATES, 2003).

Sobre o materialismo histórico, um dos princípios fundamentais utilizados por Marx para explicar o processo de desenvolvimento social, tem-se que o mesmo “representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na sociedade, a dialética⁴² refere-se ao método de abordagem deste real (MINAYO, 2000, p. 65). O materialismo dialético, segundo Triviños (1987, p. 51), “realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”.

Nesta perspectiva, verifica-se que o método dialético crítico não compreende e/ou não interpreta os fenômenos da realidade na forma como os mesmos se apresentam. Para entendê-los é necessário projetá-los num contexto maior, permeado de contradições, que tem uma história que o contextualiza e onde uma diversidade de aspectos, internos e externos, contribui para que o mesmo ocorra. “O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 1976, p. 14).

Além das categorias do método, deram sustentação a essa pesquisa as categorias teóricas explicativas da realidade, descritas a seguir, e que também foram e são problematizadas através de revisão bibliográfica, visando abranger algumas das múltiplas interfaces do objeto do estudo.

Exploração sexual: É um tipo de violência sexual que se apropria comercialmente do corpo de crianças e adolescentes como mercadoria para auferir lucro. É o comércio das relações sexuais. Faleiros (2000, p. 64) destaca que “a exploração sexual ocorre de diversas formas, tanto em nível da indústria pornográfica como em nível do comércio sexual”. Estas formas de exploração sexual

⁴² “A dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo” (GADOTTI, 1992, p. 19).

contra crianças e adolescentes compreendem a prostituição, a pornografia, o turismo sexual e o tráfico para fins de exploração sexual, cada qual com suas características particulares.

Vulnerabilidade Social: A vulnerabilidade social decorre das desigualdades sociais historicamente instaladas na sociedade brasileira e se expressa no modo e condição de vida dos sujeitos (AGUINSKY; TEJADAS; FERNANDES, 2009). Para as mesmas autoras, não há como compreender a vulnerabilidade social sem considerar sua relação com a esfera da reprodução da vida humana, ou seja, com o trabalho. Ao problematizar as vulnerabilidades sociais, Sposati (2007, p. 12) destaca que estas também “decorrem de contingências humanas, do próprio ciclo de vida, de contingências geradas por deficiências, como também, de fatores relacionais e do convívio humano desde o núcleo familiar até o societário”.

Trabalho: Para Marx (1996, p. 172) o trabalho é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. No modo de produção capitalista, “o trabalho não se volta à produção de objetos que satisfaçam a necessidades humanas, valores de uso, mas sim a produção de valores e, mais especificamente, mais-valia” (ALVES, 2007, p. 33). O autor acrescenta, que o trabalho “torna-se processo de valorização [...], voltado para a produção de mercadorias, valores de troca, visando a acumulação de mais-valia, a autovalorização do capital”. Além disso, por conta do desenvolvimento das forças produtivas e a incorporação de máquinas e tecnologias nos processos produtivos, o trabalhador deixa de ser elemento ativo no processo de trabalho e torna-se meramente elemento passivo, mero suporte do sistema de máquinas. Este processo que Marx denomina de passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, caracteriza a modernização do capital durante o século XX.

Violência estrutural: pano de fundo das demais, caracteriza-se pela desigualdade, pela exploração, pelas relações de poder, pela precariedade e condições do capitalismo moderno. Esta se articula com as formas particulares de violência, pois a estrutura das relações violentas é ao mesmo tempo econômica cultural e de poder. São relações que se encontram tanto nas relações familiares como nas condições de vida e na sociedade (LEAL; CÉSAR, 1998). “[...] deve ser entendida como a violência inerente à própria forma de organização socioeconômica

e política de uma determinada sociedade, em condições sociais e históricas definidas” (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 26).

Relações de gênero: “A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 12). Para Melo (2005), o uso do conceito de gênero procura dar conta da vivência diferenciada das mulheres e dos homens; das diversidades dos processos de socialização para homens e mulheres; dos padrões diferenciados de comportamento entre os sexos, dentre outras diferenças construídas culturalmente.

4.2 Tipo de Pesquisa

Diante do já exposto, evidencia-se que a pesquisa utilizada no presente estudo, caracterizou-se pela qualitativa⁴³, que recebe as seguintes definições:

A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que busca aprofundar a análise, tanto quanto possível e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, a partir de uma primeira aproximação. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, ou seja, com a expressão de sua cultura, o que inclui modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações, práticas sociais (PRATES, 2003).

A pesquisa qualitativa, mais do que reconhecer e dimensionar os problemas, permite atribuir significados aos grandes retratos da realidade, consente ouvir dos sujeitos pesquisados o que pensam de suas problemáticas, que significados atribuem às suas experiências e como vivem suas vidas. A pesquisa qualitativa permite que os sujeitos tragam à tona o que pensam a respeito do que está sendo pesquisado, que digam tudo o que pensam a respeito, fortalecendo a visão do pesquisador em relação ao problema que gerou a pesquisa.

⁴³ Conforme Minayo (2000, p. 37), “nenhuma pesquisa é neutra, seja ela qualitativa ou quantitativa. Pelo contrário, qualquer estudo da realidade, por mais objetivo que possa parecer, por mais “ingênuo” ou “simples” nas pretensões, tem a norteá-lo um arcabouço teórico que informa a escolha do objeto, todos os passos e resultados teóricos e práticos”.

4.3 População e Sujeitos pesquisados

A população pesquisada compreendeu os (as) profissionais do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) dos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) dos municípios de São Borja e Itaqui, que acompanham e prestam atendimento às vítimas e aos familiares. Abrangeu também adolescentes (de ambos os sexos), vítimas da exploração sexual, que receberam e/ou estavam recebendo atendimento e acompanhamento do referido serviço.

Quanto aos sujeitos que participaram do estudo, resumiu-se em sete (07) profissionais (Coordenadores, Assistentes Sociais e Psicólogos(as) que prestam atendimento às vítimas e aos familiares) e quinze (15) adolescentes, sendo quatorze (14) atendidos pelo PAEFI de São Borja e uma (01) atendida pelo PAEFI de Itaqui.

No que se refere à pesquisa com adolescentes envolvidos(as) nas relações de exploração sexual, o projeto previa acesso às informações por meio de pesquisa documental e entrevistas com os(as) adolescentes. Estavam inicialmente previstas quatro (04) entrevistas, duas (02) no PAEFI de São Borja e duas (02) no PAEFI de Itaqui, sendo que para a realização destas entrevistas era necessário que os(as) adolescentes estivessem recebendo atendimento e acompanhamento do PAEFI. Em virtude disso foi possível a realização de apenas uma entrevista.

Na apresentação e problematização dos resultados da pesquisa, os profissionais entrevistados serão identificados por números, ou seja, Profissional 1, Profissional 2 e assim sucessivamente. No que se refere aos adolescentes estes serão identificados por nomes fictícios.

4.4 Procedimentos e Técnicas

Quanto às técnicas⁴⁴ e instrumentos de coleta de dados/informações, foram utilizados os seguintes: entrevistas⁴⁵ semiestruturadas com aplicação de formulário⁴⁶

⁴⁴“Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 62).

contendo questões abertas e fechadas para os (as) profissionais do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) (ver formulário no apêndice 03) bem como para a adolescente entrevistada (apêndice 05). Destaca-se que as entrevistas foram gravadas para posterior análise das informações. Outra técnica utilizada foi a observação livre, que se deu durante todo o processo investigativo, utilizando para isso o diário de campo. Empregou-se também a análise documental dos documentos profissionais, como por exemplo, estudos sociais, laudos sociais, relatórios sociais, laudos psicológicos, prontuários sociais, fichas de anamnese a partir de um roteiro de análise documental (ver roteiro no apêndice 04). Estes documentos compreenderam o período de 2010⁴⁷ até o momento da realização da pesquisa nos municípios.

No que se refere à entrevista semiestruturada, tem-se que a mesma “[...] combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2000, p. 108).

Para Triviños (1987, p. 146), entrevista semiestruturada define-se como

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. [...] essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

⁴⁵“A entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (MINAYO, 2000, p. 114).

⁴⁶“O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. [...] o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 112).

⁴⁷ O ano de 2010 justifica-se por ter sido o período logo após a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009).

Quanto à observação, destaca-se ser “uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 53).

Observar, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais, etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho, etc.). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações, etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações, etc. (TRIVINÓS, 1987, p. 153).

Considerando o objeto de estudo – exploração sexual, destaca-se que a observação permitiu não só uma maior e melhor análise dos aspectos mais concretos e/ou aparentes que têm relação com exploração sexual, mas também de aspectos mais subjetivos, como sentimentos e significados, externalizados pelos sujeitos entrevistados.

4.5 Técnica de Análise e Interpretação de Dados

As informações coletadas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin, como

um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1977, p. 42).

A análise de conteúdo constitui-se de uma técnica qualitativa de análise e interpretação dos dados e favorece o estudo das atitudes, motivações, valores, crenças, tendências e

para o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 159-160).

No processo de análise dos dados a partir da técnica de análise de conteúdo, há que se destacar as diferentes fases para que esta seja realizada. Estas fases correspondem a três momentos, sendo eles: pré-análise; exploração do material e o tratamento dos resultados; inferência e interpretação (PRATES, 2003).

Para Moraes (1998), a análise de conteúdo também passa por etapas, sendo elas:

- 1) Preparação do material – identificação das diferentes amostras e estabelecimento de códigos para identificar cada amostra;
- 2) Unitarização do Corpus – reler os materiais para definir as unidades de análise ou unidades de registro ou unidades de significado, reler o material e identificar neles as unidades de análise, isolar cada uma das unidades de análise;
- 3) Categorização – agrupamento dos dados considerando a parte comum existente entre eles, classificar por semelhança ou analogia, utilizar o processo de comparação constante das unidades para poder categorizá-las, classificar em categorias iniciais, intermediárias e finais;
- 4) Descrição – no quantitativo apresentar as categorias, tabelas de frequência e percentuais, no qualitativo para cada categoria produzir um texto síntese para expressar o significado nas diversas unidades de análise;
- 5) Interpretação – aprofundar a compreensão do conteúdo manifesto do texto, relacionar de modo mais aprofundado o texto com o conteúdo baseando-se no referencial teórico.

4.6 Cuidados Éticos

Para a realização da pesquisa, destaca-se que inicialmente foram contatadas as instituições pesquisadas para apresentação da proposta do estudo, bem como para que os coordenadores assinassem uma carta de autorização para a coleta de dados. A partir dessa autorização, o projeto de pesquisa foi encaminhado para avaliação junto à Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social e posteriormente ao Comitê de Ética da PUCRS sendo aprovado sob o número do parecer 147.622.

Considerando que a pesquisa contou com a participação e colaboração de diversas pessoas, foi formulado um Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecimento para os profissionais (ver apêndice 02) e também um Termo de Assentimento Informado para Adolescente (ver apêndice 01), onde constam todos os objetivos da pesquisa bem como a metodologia adotada. Estes termos foram lidos e assinados pelos sujeitos que participaram da pesquisa.

Por fim, antes de socializar os resultados obtidos através da pesquisa realizada nos municípios de São Borja e Itaqui, ressalta-se mais uma vez que pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse o entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão (GATTI, 2002).

5 A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

A exploração sexual é uma problemática presente na realidade de todo o país, assumindo particularidades, similaridades e diferenças nas diferentes regiões, Estados e municípios. “Aparece tanto em cidades grandes, como em longínquos e pequenos municípios” (ROSÁRIO, 2004, p. 24).

No Norte e no Centro-Oeste, predomina o tráfico de escravas nas áreas do garimpo. No Nordeste destaca-se o turismo sexual. No Sudeste, a prostituição Infanto-Juvenil decorre da vivência na rua e do turismo sexual. No Sul, crianças e adolescentes do interior, e seus pais, são aliciados com informações falsas (DIAS; RIBEIRO, 2009, p. 466).

Com relação ao estudo aqui proposto buscar-se-á evidenciar as características e particularidades que essa expressão da violência sexual assume nos municípios de São Borja e Itaqui. Ambos os municípios ficam localizados na fronteira sul do Brasil (extremo oeste do Estado do Rio Grande do Sul), às margens do rio Uruguai, fazendo divisa com a Argentina. Também pertencem a Associação dos Municípios da Fronteira Oeste – RS (AMFRO)⁴⁸

São Borja é uma cidade histórica, possuindo atualmente 331 anos. Foi fundada em 10 de outubro de 1682 pelo jesuíta Francisco Garcia como o primeiro dos Sete Povos das Missões. Constitui-se como ponto estratégico na Guerra do Paraguai e ganhou dimensão nacional principalmente por ter sido o berço e por abrigar os túmulos de dois ex- presidentes, Getúlio Vargas e João Goulart (AMFRO, 2013). Sua população é de 64.869 habitantes (IBGE, 2010) e possui uma área de 3.616 km².

Em termos populacionais, Itaqui é menor que São Borja, possuindo 39.770 habitantes (IBGE, 2010). No entanto, considerando a área territorial são muito

⁴⁸ “A Associação dos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, ou seja: a Associação dos municípios gaúchos de: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, São Borja, Sant’Ana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana e, de acordo com seus Estatutos, é uma instituição que visa ampliar e fortalecer a capacidade administrativa dos municípios associados, pela integração econômica e social destes aos quais deve prestar assistência técnica relacionada aos seus interesses” (AMFRO, 2013, s/p).

parecidos, visto que esta compreende 3.404 km². A instalação do município ocorreu em 1858 e em maio de 1879 foi elevado à categoria de cidade (AMFRO, 2013). Como São Borja, suas terras foram campo de lutas durante a Guerra do Paraguai e durante a Revolução Farroupilha.

O fato de serem dois municípios gaúchos e fronteiriços, com forte expressão histórica e política, remete a determinadas particularidades em relação às formas de socialização de homens e mulheres, mais especificamente no que diz respeito às relações de gênero. As particularidades das relações de gênero nesta região possuem relevância no desvendamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, não são suficientes para explicar sua ocorrência, pois esta forma de manifestação da violência possui outras determinações mais universais, que podem ser reconhecidas em outras regiões do país.

A obra de Érico Veríssimo, “O tempo e o vento” que apresenta acontecimentos históricos do processo de formação do estado do Rio Grande do Sul, retrata a imagem do homem gaúcho forte, bravo e destemido, características que se afirmam nas vestimentas e na personalidade.

O personagem Rodrigo Cambará que exalta estas características também retrata a figura do homem viril, que tem legitimado na sociedade (pelo próprio machismo) o fato de poder se relacionar não apenas com sua esposa, mas com outras mulheres, buscando a satisfação de seus desejos e prazeres. Em contrapartida, às mulheres caberá a preocupação com a procriação, a educação dos filhos, o cuidado da casa e que aguardará ansiosa o retorno do companheiro ao lar.

Outra diferença percebida na socialização de homens e mulheres diz respeito à participação dos homens na vida social e política (TAVARES, 2012). A situação vivida pela personagem Ana Terra, de subordinação a relações sociais ditadas pelo machismo, não parece de um todo estranha ao que se pode observar nos casos de exploração sexuais pesquisados e que serão posteriormente apresentados. Não raro, encontramos adolescentes que estão subordinadas a relações análogas ao que descrevemos na história de Ana Terra. Persiste a realidade em que meninas, diante da manifestação de sua sexualidade, sofrem violência física dos pais e até mesmo são expulsas de casa. Fatos estes que geram uma cadeia de outras situações que permanecem muitas vezes, relacionadas à violência e a desigualdade de gênero.

Outra obra que retrata as desigualdades existentes nas relações de gênero e que põe em destaque a figura da mulher gaúcha é *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski. A obra também evidencia o movimento de resistência realizado por algumas mulheres, diante da ordem patriarcal, questionando os papéis atribuídos à mulher. Como refere Macedo (2013, s/p) “o romance revela perfis femininos que ora internalizam os estereótipos de gênero, ora se rebelam contra os papéis tradicionais direcionados à mulher”. Essa dialética de internalização e de resistência aos valores que permeiam as formas de socialização da mulher se reproduz atualmente, cada vez mais mediada pelos requisitos da reprodução ampliada do capital. Por um lado, novas legislações reconhecem a mulher como cidadã, com uma gama de direitos assegurados pela legislação. Por outro, no mercado de consumo de massas, no mercado de trabalho e/ou na vida social, verifica-se inúmeras formas de violação de direitos explícitas ou disfarçadas pelas relações sociais.

Após esta breve caracterização dos municípios de São Borja e Itaqui e da exposição de alguns elementos históricos e culturais que evidenciam alguns traços da desigualdade de gênero na região pesquisada, serão apresentados a seguir os resultados da pesquisa realizada nos CREAS dos municípios supracitados.

Considerando que a etapa de coleta de dados nos dois municípios assumiu características particulares, conforme será evidenciado a seguir, algumas informações e problematizações serão apresentadas com a identificação do CREAS ao qual se estará referindo e outras não. Nesta perspectiva, o primeiro item deste capítulo fará uma breve contextualização de como ocorreu o processo de coleta de dados nos municípios já referidos, evidenciando algumas dificuldades e/ou limites que se fizeram presentes. Os itens posteriores apresentarão a análise dos dados coletados, as discussões e reflexões desenvolvidas, visando assim contribuir com subsídios para qualificar as políticas públicas de enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes.

5.1 A coleta de dados: algumas considerações sobre esta etapa

O primeiro município pesquisado foi São Borja, sendo que o início desse processo se deu com a apresentação da proposta de estudo para os(as) profissionais do CREAS (coordenador(a), Assistente Social e psicólogos(as) no dia 18 de outubro de 2012. A partir daí, foram agendadas as primeiras visitas ao CREAS para a realização da pesquisa documental, ou seja, pesquisa nos documentos profissionais elaborados a partir do atendimento e acompanhamento dos casos de exploração sexual, como por exemplo: estudos sociais, relatórios de atendimento, relatórios psicológicos, prontuário social, ficha de anamnese, ofícios, boletins de ocorrência, relatórios do Conselho Tutelar, entre outros que se encontravam nas pastas das vítimas e familiares em atendimento ou que já haviam sido atendidas pelo CREAS desde o ano de 2010.

A leitura e registro das informações disponíveis nestes documentos, considerando o Roteiro de Análise documental iniciaram em 07 de novembro de 2012 e estendeu-se até março de 2013. A segunda etapa da coleta de dados consistiu na realização das entrevistas com os(as) profissionais do CREAS, sendo que estas ocorreram nos dias 19 de dezembro de 2012 e 25 e 26 de fevereiro de 2013. No que diz respeito à realização de entrevistas com adolescentes vítimas de exploração sexual, esta etapa não foi possível de realizar, tendo em vista que os/as adolescentes mantinham frequência irregular ou não compareciam nos atendimentos. Com relação ao não comparecimento de adolescentes nos atendimentos, profissionais destacam ser esta uma das dificuldades encontradas para a efetivação dos objetivos previstos pelo serviço, aspecto este que será melhor evidenciado posteriormente.

Como é possível observar, a coleta de dados no referido município levou praticamente quatro meses para ser concluída, o que não se justifica por dificuldades de agenda com a instituição. Esta, pelo contrário, sempre se demonstrou bastante disponível e interessada pela pesquisa. As dificuldades decorreram sim, dos limites encontrados pela pesquisadora no sentido de conciliar as demandas de trabalho junto a Universidade onde a mesma é docente com as demandas do processo de doutoramento.

Para a realização da pesquisa documental, os(as) profissionais do CREAS inicialmente separaram todos os documentos referentes às situações de exploração sexual de adolescentes considerando o período compreendido entre os anos de 2010 e 2012, totalizando 14 casos. Estes estavam guardados em envelopes, sendo que alguns estavam ainda separados em dois envelopes distintos: os que haviam sido elaborados pela(o) Assistente Social e os que haviam sido elaborados pela(o) psicóloga(o)⁴⁹. Com relação a isso, destaca-se a importância das instituições garantirem um espaço e condições adequadas para o arquivamento dos documentos profissionais elaborados a partir das demandas atendidas. Como é indicado nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, sobre as condições físicas e técnicas de exercício profissional, “alguns procedimentos exigem a garantia de espaço para atendimentos individuais e coletivos, bem como local adequado para a guarda de prontuários e documentos pertinentes ao atendimento aos/às usuários/as” (CFESS, 2011, p. 32).

No que se refere à coleta de dados no município de Itaquí, esta iniciou em julho de 2013 e encerrou-se em setembro de 2013. O primeiro contato com o CREAS ocorreu em 15 de julho, quando se apresentou para a instituição a proposta do estudo, seus objetivos e metodologia. Neste mesmo dia foi realizada a primeira entrevista com um(a) dos(as) profissionais da instituição. As outras duas entrevistas com profissionais ocorreram em 03 de agosto de 2013 e em 04 de setembro de 2013. Nesta última data também foi realizada a pesquisa documental e a entrevista com uma adolescente atendida pela instituição.

Com relação à pesquisa documental, foi disponibilizada a documentação de três (03) adolescentes. Destes, uma situação referia-se à adolescente que foi entrevistada nesse mesmo dia (as informações serão trazidas posteriormente), outro que se tratava de uma adolescente de 14 anos de idade e que estava abrigada há cerca de 5 anos, não sendo evidenciado nenhuma informação sobre suspeita ou confirmação de exploração sexual e por fim, o terceiro caso, de uma menina que também foi abrigada no período de seus 8 e 9 anos de idade. Nos documentos analisados não constava informações de sua idade, nem mesmo de sua família. As informações registradas nos documentos sinalizavam apenas as razões do

⁴⁹ Os documentos consistiram especialmente em Prontuários Sociais, Anamneses e relatórios encaminhados para o Judiciário e para o Conselho Tutelar.

abrigamento da adolescente, que consistiam em: infrequência escolar, sexualidade precoce e exploração sexual. Consta também histórico de abuso sexual sofrido por familiares e que a adolescente possui algum tipo de transtorno necessitando de tratamento psiquiátrico.

Diante do exposto, destaca-se que a pesquisa documental realizada no CREAS do município de Itaqui ficou comprometida e diante disso foi verificada a possibilidade de fazer a leitura dos relatórios mensais de atendimentos realizados pelo CREAS e enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com o objetivo de identificar se haviam casos de exploração sexual registrados nos mesmos. Neste relatório, dentre as várias informações solicitadas, consta um bloco que se refere às situações de violência ou violações atendidas no PAEFI. Em relação a crianças e adolescentes, são solicitadas informações quantitativas sobre: vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica), vítimas de abuso sexual, vítimas de exploração sexual, vítimas de negligência ou abandono. Tal consulta foi permitida e pode-se então identificar as seguintes informações considerando o período compreendido entre os anos de 2010 e 2013. Referente ao ano de 2010 não foi identificado nenhum relatório. No ano de 2011 foram localizados quatro (04) relatórios, no ano de 2012 oito (08) e em 2013 foram localizados seis (06) relatórios. Ao fazer a leitura dos dezoito (18) relatórios mensais, identificou-se que apenas no mês de maio de 2013 havia um caso de exploração sexual registrado, sendo a vítima do sexo feminino e com idade compreendida entre os 13 e 17 anos.

Com base nestas primeiras considerações acerca do processo de coleta de dados nos CREAS de São Borja e de Itaqui, pode-se destacar de um modo geral, especialmente em relação à pesquisa documental, que esta ficou um pouco prejudicada em virtude da inexistência de documentação e/ou de sua não localização, bem como da falta de maiores informações nos documentos disponibilizados para leitura e análise. Com relação à inexistência ou a não localização dos documentos elaborados a partir do atendimento das demandas de exploração sexual, esta informação resulta das observações realizadas quando da organização dos profissionais para disponibilizar a documentação para a pesquisa.

Sobre a falta de informações nos documentos analisados, observou-se, também de um modo geral, que não havia uma sistemática de registros dos

atendimentos realizados as vítimas e seus familiares que pudessem dar visibilidade a novas informações e percepções quanto à demanda atendida, como por exemplo, sua suspeita ou confirmação, o processo de revelação por parte da vítima e/ou de familiares sobre a violência ocorrida. Além disso, informações que permitissem uma melhor contextualização e caracterização das situações de exploração sexual eram limitadas ou inexistentes.

No que diz respeito ao cotidiano de trabalho de um profissional Assistente Social, “a documentação tem a importante tarefa de oferecer subsídios para a análise e a intervenção [...] na realidade. É parte da sistematização de dados para o desenvolvimento teórico-prático profissional” (MARCONSIN, 2013, p. 65). Para a mesma autora,

[...] documentar não é um “roteiro de papéis a serem preenchidos e organizados”, não é simplesmente o ato de obter, passar e registrar informações, é mais que isso, é relacionar e interpretar diversos dados e fatos, é refletir para agir, é relacionar-se com o conhecimento, é parte da produção do conhecimento. Quando a documentação, mesmo aquela mais rotineira, tiver um tratamento técnico, documentar torna-se um exercício reflexivo e interpretativo sistemático importante (MARCONSIN, 2013, p. 70).

Além disso, é preciso considerar que assim como os profissionais entram numa determinada instituição para realizar o seu trabalho, eles saem e são substituídos por outros. Estes minimamente precisam ter acesso às informações sobre os usuários atendidos, sobre o trabalho já desenvolvido, sobre encaminhamentos realizados, entre outros, que permitam a continuidade do trabalho.

Devido às limitações encontradas na pesquisa documental, criou-se a expectativa de que a entrevista com os/as profissionais poderia contribuir no sentido de evidenciar maiores informações sobre as situações analisadas a partir dos documentos disponibilizados. No entanto, isso também não foi possível, pois grande parte dos casos analisados tinha sido atendido e acompanhado por profissionais que não trabalhavam mais na instituição. Como poderá ser observado no próximo item, a maioria dos(das) profissionais que atualmente estão vinculadas ao CREAS, iniciaram o seu trabalho recentemente.

5.2 Informações sobre os CREAS e suas equipes de trabalho

Como já evidenciado neste trabalho, o CREAS resulta de um novo desenho da política de Assistência Social, que a partir da instituição do SUAS, passa a ofertar programas, projetos, serviços e benefícios de acordo com os níveis de proteção social, sendo estes a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade. Couto (2011, p. 60-61) chama atenção para o fato de que tanto o CRAS como o CREAS correspondem à esfera estatal, pública. “E este é o lugar do Estado, no presente. A responsabilidade pela política é do Estado. Isto significa que a Assistência Social, como diz a legislação brasileira, mesmo enquanto campo das políticas sociais articulado à rede privada deve permanecer pública”.

A partir das entrevistas realizadas com os/as profissionais que trabalham junto ao CREAS de São Borja e Itaqui pode-se conhecer um pouco da história desta instituição nos referidos municípios, bem como identificar a constituição de suas equipes de trabalho, que são elemento fundamental para a efetividade do trabalho previsto aos serviços de proteção social especial de média complexidade. Nesta perspectiva, tem-se que o CREAS do município de São Borja iniciou o seu trabalho em agosto/setembro de 2006, sendo na época denominado Serviço Sentinela. Em dezembro de 2007 mudou-se para o endereço atual e em 2009 passou a ser identificado como CREAS.

Quando os municípios brasileiros iniciaram os trabalhos dos CREAS, estes deveriam num primeiro momento prestar atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, bem como atendimento a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade) (BRASIL, 2013a). Na medida em que as possibilidades de atendimento aumentavam, os CREAS foram aos poucos ampliando os seus serviços para contemplar as situações de risco e violação de direitos de outros segmentos, como por exemplo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, população de rua, entre outras.

O CREAS do município de São Borja está localizado numa área urbana periférica, compartilhando do mesmo prédio onde também se situa um dos cinco

CRAS do município. Conforme resultados do Censo SUAS CREAS 2012, é possível observar que de um total de 2.114 unidades CREAS, 923 compartilham o imóvel com outras instituições, sendo que o CRAS aparece em terceiro lugar. Em primeiro e segundo lugar estão a Secretaria de Assistência Social ou Congênere e Conselho Tutelar respectivamente.

Em municípios onde há apenas uma unidade CREAS, realidade esta de São Borja e de Itaqui, orienta-se que o mesmo esteja preferencialmente localizado em área central, com facilidade de acesso e maior circulação da população, e/ou em localidade estratégica para facilitar a articulação com a rede (CRAS, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, etc.) e a própria circulação da família (BRASIL, 2011c).

Atualmente sua área de abrangência é municipal, no entanto, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2011, sua abrangência era regional atendendo também os municípios de Itacurubi, Garruchos e Maçambará. Com base no Censo SUAS CREAS 2012, o Brasil possui 2.167 Unidades CREAS, sendo que 2.114 unidades desenvolvem o seu trabalho em âmbito municipal e 53 unidades em âmbito regional. A abrangência regional de um CREAS justifica-se pelas seguintes situações:

- a) Nos casos em que a demanda do município não justificar a disponibilização, no seu âmbito, de serviços continuados no nível de proteção social especial de média complexidade, ou,
- b) Nos casos em que o município, devido ao seu porte ou nível de gestão, não tenha condições de gestão individual de um serviço em seu território (BRASIL, 2013a).

Na sequência apresenta-se um quadro com informações sobre a equipe de profissionais que atuam junto ao CREAS de São Borja (informações obtidas a partir das entrevistas com as profissionais):

Quadro 01 – Caracterização da equipe de profissionais do CREAS de São Borja

Profissional	Tipo de vínculo com a instituição	Tempo de trabalho junto à instituição	Experiência de trabalho anterior com a demanda da violência sexual
Psicólogo(a)	Contratado(a)	1 ano e 6 meses	Seis meses de estágio voluntário no Núcleo de Atendimento às vítimas de violência do Fórum de Canoas.
Psicólogo(a)	Cargo de Comissão	1 ano e 2 meses	Não
Assistente Social	Concursado(a)	8 meses	Não
Educadora Social	Concursada	-	-
Educadora Social	Concursada	-	-
Coordenador(a) (Advogado/a)	Cargo de Comissão	4 anos e 6 meses	Não
Receptionista	Estagiária	-	-
Motorista	Concursada	-	-
Cozinheira	Concursada	-	-
Servente	Concursada	-	-

Fonte: Pedersen (2013)

Antes de analisar o quadro é importante ressaltar que tanto o município de São Borja como o município de Itaqui estão no nível de gestão básica da assistência social. Por se enquadrar nesse nível de gestão, a equipe mínima de profissionais, conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos deve ser composta por: um coordenador com formação de nível superior, um assistente social, um psicólogo, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e um auxiliar administrativo (BRASIL, 2006b).

Considerando o total de 10 profissionais, percebe-se que em relação aos técnicos com formação superior (psicólogos(as), assistente social e advogado(a), apenas o(a) Assistente Social é concursado(a). De acordo com a NOB/RH, compete aos diferentes níveis de gestão do SUAS,

[...] contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente (BRASIL, 2006b, p. 12).

Outra observação em relação à composição da equipe é que o(a) profissional da área de Direito acaba acumulando as funções de coordenador(a) e de advogado(a) da instituição. Tal realidade se manifesta em outros CREAS, como evidencia o Censo SUAS CREAS 2012, ou seja, em 607 Unidades CREAS o coordenador acumula sua função com a de técnico da instituição (BRASIL, 2012). Já em relação a psicólogos, o CREAS dispõe de dois/duas profissionais, o que com certeza contribui significativamente para o atendimento das demandas. Destaca-se que após a realização da pesquisa, o CREAS de São Borja contratou mais um(a) psicólogo(a) e mais um(a) assistente social, ambos(as) concursados(as). “A equipe de referência [...] deve ser ampliada considerando a realidade do município e a capacidade de atendimento de cada Unidade” (BRASIL, 2011c, p. 42). Mesmo que não tenha sido evidenciado pelos(as) profissionais, é importante ressaltar que a instituição recebe alunos(as) de Serviço Social para o desenvolvimento dos estágios obrigatórios.

No Seminário Nacional sobre o trabalho do/a Assistente Social no SUAS, Albuquerque (2011, p. 81) apresentou alguns dados no que se refere a inserção dos trabalhadores no SUAS, evidenciando que

nos CREAS, temos 11.871 trabalhadores/as. Destes, 63% têm nível superior, dos 63%, 3% são assistentes sociais e 19% são psicólogos/as. Qual é a situação do vínculo dos/as trabalhadores/as da média complexidade que trabalham no CREAS? 56% não possuem vínculo permanente, 28% são estatutários/as.

Sobre o tempo que trabalham na instituição, percebe-se que a maioria (03) não passou de um ano e seis meses. Apenas um(a) profissional está na instituição há mais tempo, ou seja, quatro anos e seis meses. Com relação a experiências anteriores de trabalho com a demanda da violência sexual, apenas um(a) profissional disse ter tipo experiência durante a graduação, numa atividade de estágio.

Com relação ao CREAS de Itaquí, este iniciou seu trabalho em dezembro de 2007, sendo também denominado de Serviço Sentinela. Durante os anos de 2008 e 2009 também esteve localizado no mesmo endereço do CRAS da cidade. Em 2009 passou a ser denominado CREAS, bem como mudou de localização, desvinculando-se do CRAS. Atualmente sua unidade fica localizada numa região central da cidade e sua abrangência é municipal, no entanto quando iniciou o trabalho era regionalizado.

A seguir quadro com informações sobre a equipe de profissionais que atuam junto ao CREAS:

Quadro 02 - Caracterização da equipe de profissionais do CREAS de Itaquí

Profissional	Tipo de vínculo com a instituição	Tempo de trabalho junto à instituição	Experiência de trabalho anterior com a demanda da violência sexual
Coordenador(a) (Psicólogo/a).	Concursado(a)	5 anos e 6 meses	Atendimento clínico (atendeu casos de violência sexual)
Assistente Social	Concursado(a)	4 meses	Não
Recepcionista	Concursada	-	-
Recepcionista	Concursada	-	-
Secretária	-	-	-
Secretária	-	-	-
Estagiária Serviço Social	Estágio	-	-
Agente administrativo	Cargo de Comissão	-	-
Agente administrativo	Concursado	-	-
Agente administrativo	Concursado	-	-
Serviços gerais	Cargo de Comissão	-	-
Psicólogo(a)	Concursado(a)	1 mês	Atendimento de casos de violência sexual no CAPS.

Fonte: Pedersen (2013)

Assim como no CREAS do município de São Borja, o profissional técnico com maior tempo de trabalho na instituição é o(a) coordenador(a). Já o(a) Assistente Social e o(a) Psicólogo(a) recentemente iniciaram seus trabalhos junto ao CREAS. Outra característica em comum com o CREAS de São Borja é que o(a) profissional que desempenha a função de coordenador(a) também acumula outra função, neste caso como psicólogo(a), o que pode contribuir para a precarização do trabalho, além de não atender as orientações da NOB/RH. Dos três profissionais entrevistados, dois manifestaram já ter tido alguma experiência de trabalho com demandas de violência sexual.

Como se observa no quadro há um total de 11 trabalhadores e mais uma estagiária de Serviço Social. Chama atenção o fato de que deste total, apenas três referem-se a cargos técnicos necessários para o atendimento mais direto e objetivo aos usuários dos serviços e suas respectivas famílias. Destaca-se o número expressivo de Agentes Administrativos (03), Secretárias (02) e Recepcionistas (02), no entanto, estes não podem desempenhar as funções dos técnicos. Além disso, o CREAS não dispõe de um profissional da área do Direito, nem mesmo de educadores sociais para trabalhar com oficinas para os usuários.

Considerando a complexidade das demandas atendidas pelo CREAS, a inserção recente de alguns profissionais na instituição e também o impacto que este trabalho causa nos trabalhadores, faz-se necessário

assegurar momentos de integração em equipe, troca de experiências, reflexão e discussão de casos. Cabe ao órgão gestor, por sua vez, o planejamento e desenvolvimento de ações de capacitação continuada e educação permanente, incluindo até mesmo momentos com assessoria de profissional externo, além de medidas preventivas voltadas à saúde e segurança dos trabalhadores dos CREAS (BRASIL, 2011c, p. 43).

Identificar a equipe de trabalho, o tempo de trabalho de cada profissional junto ao CREAS, especialmente daqueles que foram entrevistados, bem como se estes já tinham experiências anteriores de trabalho com demandas de violência sexual contra crianças e adolescentes foram de fundamental importância na medida em que estas informações podem auxiliar na compreensão e no desvendamento de como se processa o trabalho no cotidiano das instituições, especialmente no que se refere aos limites e possibilidades de sua intervenção. Além disso, é preciso levar

em consideração a recente inserção de alguns profissionais quando da análise das informações que serão apresentadas e problematizadas nos próximos itens deste capítulo.

5.3 Caracterização das situações de exploração sexual: a prostituição como a principal forma de sua manifestação

Sabe-se que a violência se manifesta na vida das pessoas das mais diversas formas, de forma visível e oculta, com uso de força física e sem uso de força física, deixando marcas (físicas e/ou psicológicas) ou não, trazendo consequências das mais diversas que são sentidas e enfrentadas de forma única por cada sujeito. Com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, categoria esta que engloba os mais diversos atos e/ou ações que violam os direitos sexuais destes sujeitos em fase de crescimento e desenvolvimento, diversos autores e pesquisadores têm contribuído no sentido de avançarmos na compreensão e caracterização desta situação que prejudica imensuravelmente a vida de crianças e adolescentes. Como ressalta Azambuja (2011, p. 90) “no que tange à violência sexual, os autores divergem na denominação: para alguns, é violência sexual; para outros, abuso sexual ou ainda vitimização sexual”. É compreensível que existam divergências por se tratar de uma demanda complexa, multifacetada e multideterminada. Além dos mais, está se tratando de um problema, que recentemente, ou seja, na década de 1990 ganhou maior visibilidade e conseqüentemente estudos passaram a ser desenvolvidos e políticas foram criadas visando dar respostas a esta demanda. Destaca-se também que o conhecimento sobre a violência não pode se limitar apenas a conceitos pré-estabelecidos, nem de uma consideração a priori da realidade, ou seja, não se pode tirar de cena as discussões sobre a forma como a violência se materializa na vida dos sujeitos.

A exploração sexual é uma das formas particulares de objetivação da violência sexual, entendendo-se particular porque envolve uma relação comercial, de troca. Caracteriza-se, como já evidenciado anteriormente, “como uma relação de mercantilização (exploração e dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores) organizados em redes

de comercialização local e global (mercado), ou por pais e/ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda)” (LEAL, 2013c, s/p). Sabe-se também que a exploração sexual de crianças e adolescentes se materializa de diferentes formas e para a caracterização das situações pesquisadas nos CREAS de São Borja e Itaqui, serão consideradas as quatro modalidades de exploração sexual ratificadas no II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, a saber: prostituição, pornografia, tráfico para fins de exploração sexual e turismo sexual.

A caracterização e compreensão das situações de exploração sexual de adolescentes atendidas (os) pelo CREAS do município de São Borja foram possíveis por meio da pesquisa documental. Como já evidenciado anteriormente, as entrevistas com os/as adolescentes vítimas de exploração sexual, não foram realizadas.

Na pesquisa documental compreendida entre os anos de 2010 e 2012 foram identificados 14 casos de exploração sexual envolvendo adolescentes do sexo feminino. No quadro abaixo são apresentadas informações referentes ao ano que iniciaram atendimento junto ao CREAS, idade nesta época e ano que finalizaram e/ou foram desligadas do atendimento. Destaca-se que as adolescentes serão identificadas por nomes fictícios.

Quadro 3 – Identificação dos casos de exploração sexual atendidos pelo CREAS de São Borja

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	SEXO	INÍCIO DO ATENDIMENTO NO CREAS (mês e ano)	IDADE NO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO CREAS	TÉRMINO DO ATENDIMENTO NO CREAS
1	Ana	F	09/2010	14	2012
2	Íris	F	11/2010	11	2012
3	Carla	F	02/2011	16	05/2011
4	Bianca	F	02/2011	16	02/2011
5	Érica	F	07/2010	15	2010
6	Flávia	F	02/2011	16	06/2011
7	Maria	F	02/2011	14	06/2011
8	Lia	F	03/2011	10	06/2011
9	Isabel	F	03/2011	13	06/2011
10	Ruth	F	03/2011	15	06/2011
11	Keli	F	04/2011	13	06/2011
12	Lídia	F	04/2011	16	06/2011
13	Márcia	F	11/2012	14	-----
14	Luana	F	12/2012	15	-----

Fonte: Pedersen (2013)

Com base nas informações acima tem-se que a totalidade (14) dos casos compreendem vítimas do sexo feminino. A faixa etária compreende 10 a 16 anos de idade, sendo predominante as vítimas de 16 anos (4). Na sequência 15 anos (3), 14 anos (3), 13 anos (2), 11 anos (1) e 10 anos (1).

Embora se saiba que também meninos são vítimas de exploração sexual, há um predomínio de vítimas do sexo feminino. Como refere Araújo (2006, s/p) “além da exploração sexual de meninos ser proporcionalmente menor em relação a de meninas, a exploração sexual de meninos se dá em ambientes fechados ou via internet etc.” Além disso, a autora salienta que mesmo ao se tratar de um tipo de

violência cometida contra crianças e adolescentes, estas não estão livres das desigualdades de gênero. Relação de Gênero não é uma determinação do mundo adulto, pelo contrário, é gestado já nos primeiros dias de vida de uma criança.

Como refere o Dossiê Violência de Gênero contra meninas (2005, p. 13),

a pertinência de aplicar o enfoque de gênero à análise do sujeito público meninas é tida como inquestionável, visto o impacto da definição de papéis que, iniciada na infância, fundamenta a construção das identidades masculina ou feminina e alimenta as concepções culturais acerca do que devem ser e fazer homens e mulheres.

Nesta perspectiva, a exploração sexual que vitimizou estas 14 meninas pode ser compreendida a partir das relações de gênero e mais especificamente a partir da violência de gênero.

Quanto ao ano de início do atendimento, três (03) iniciaram em 2010, nove (09) em 2011 e duas (02) em 2012. Durante a realização da pesquisa documental apenas quatro (04) adolescentes permaneciam em atendimento: Ana e Íris, que no final do ano de 2012 foram desligadas e as adolescentes Márcia e Luana que recentemente haviam sido encaminhados para o CREAS. Com relação às demais, já haviam sido desligadas do atendimento.

Com relação aos 14 casos analisados, destaca-se que estes compreendiam um total de 11 famílias, visto que duas situações envolviam irmãs, a saber: Lia, Isabel e Ruth, bem como Keli e Lídia.

Conforme evidenciado no terceiro capítulo deste trabalho, atualmente a exploração sexual é caracterizada por uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, sejam de grandes redes de comercialização local e global, pais/responsáveis ou os consumidores de serviços sexuais pagos (FALEIROS, 2000, 2004) incluindo 4 modalidades de exploração sexual, ou seja: prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual.

A partir dos 14 casos analisados no município de São Borja, independente de não constar nos documentos elaborados pelos profissionais informações sobre a suspeita ou confirmação da exploração sexual, apresenta-se a seguir algumas

informações que caracterizam as situações ocorridas no intuito de identificar o tipo de exploração sexual que vitimizou as adolescentes.

Do total de quatorze (14) casos, doze (12) situações caracterizaram-se como prostituição, uma (01) como pornografia e uma (01) como abuso sexual por parte do padrasto. Este último foi indicado pelas profissionais por se caracterizar como exploração sexual, no entanto os documentos indicavam apenas informações sobre o abuso.

No que diz respeito aos doze (12) casos de prostituição, cinco (05) envolveram um membro familiar como o explorador. A primeira situação diz respeito à adolescente Ana, em que o pai ou o padrasto (não sabiam se era pai biológico ou não) a ofereceu para um homem desconhecido pelo valor de R\$ 200,00. Em outro caso (Érica), a mãe permitia que seu companheiro mantivesse relações sexuais com a filha em troca de pagamento das despesas da casa. O referido companheiro inclusive alugou uma casa para poder passar as noites com a adolescente. Com relação a este caso, é importante evidenciar o que Saffioti problematiza em relação à ideologia machista:

A ideologia machista confere ao homem um poder extraordinário que lhe permite estuprar sua esposa, quando esta não apresenta disposição para o ato sexual, assim como a esposa do amigo, a jovem, a adolescente, a púbere, a menina, o bebê, a velha, a bonita, a feia, a saudável, a doente (SAFFIOTI, 2007, p. 57).

Nesse sentido, não se pode culpar a mãe pelo fato desta, aparentemente “oferecer” a filha para o seu companheiro. Há que se considerar sim, que a mulher, seja ela criança, adolescente ou adulta historicamente tem sido reconhecida como objeto sexual. Além disso, muitas mulheres são vitimizadas por diferentes formas de violência pelos próprios companheiros. “O próprio gênero acaba por revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina” (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

A terceira situação diz respeito à adolescente Márcia, sendo que é a avó materna quem explora a neta. Segundo consta nos documentos, a mãe da adolescente havia informado que a filha estava se prostituindo, que já pegou a filha

em uma casa, onde se suspeitava que houvesse prostituição. Informou que Márcia se prostitui algumas vezes com alguns homens próximos de sua casa e, além disso, é assediada por homens através de telefone. Evidenciou também que sua filha ficou sob os cuidados da avó materna desde os 10 anos de idade, percebendo que a avó induzia a neta a se prostituir quando foi morar na casa da mãe, quando a filha ficou adolescente. A mãe ainda informou que quando era criança, sua mãe também lhe induzia a se prostituir e lhe ensinava como dormir com os homens, mas que nunca se prostituiu.

Nestas primeiras situações em que há o envolvimento de pelo menos três pessoas na relação de exploração sexual (vítima e dois exploradores, sendo o cliente direto e o outro o intermediário), o membro familiar caracteriza-se como o intermediário, sendo que nestes três casos seriam o pai, a mãe e a avó. “Crianças em situação de exploração sexual são duplamente vitimizadas: violentadas sexualmente pelos “clientes” e exploradas por quem tira proveito dessas relações, como o dono de boate ou, às vezes, os próprios pais” (HAZEU; FONSECA, 1998, p. 36). Fica clara a existência de uma relação de mercantilização, de troca do sexo por dinheiro ou favores. “De acordo com o IIN – Instituto Interamericano DelNiño, a prostituição infantil é um tipo específico de exploração sexual, de caráter sexual comercial, que se relaciona com o grupo familiar, com os “protetores” e os clientes” (LEAL, 1999, p. 12).

Ainda com base nestas três primeiras situações, percebe-se o quanto os adultos, no cotidiano, exercem um domínio além da autoridade de pais e professores, por exemplo. “A hegemonia do adulto sobre a criança é uma forma de autorização velada, sutil, que favorece a ocorrência de distintas manifestações da violência contra a criança, seja em âmbito familiar ou extrafamiliar” (DIAS; RIBEIRO, 2009, p. 466). Além disso, situações como essas das quais está se referindo rompem com a ideia de que a família, via de regra, é o lócus de proteção ao desenvolvimento da criança. Contraditoriamente, esta instituição pode se constituir num cenário de produção e reprodução da violência, não só no que diz respeito à violência de um membro familiar contra o outro, mas da violência a qual também a família é vítima.

Pela caracterização das situações, especialmente das adolescentes Ana e Érica, a exploração sexual pode ter se constituído numa alternativa diante das

dificuldades econômicas vivenciadas pela família. Em relação à família de Ana, a mãe é do lar, os pais estão separados, sendo que a filha está sob responsabilidade da mãe e a renda constitui-se do Bolsa Família (R\$ 101,00) e do salário mínimo recebido pela irmã. A família também recebe Aporte Nutricional do CRAS onde são referenciadas. Ainda com relação a este caso, evidencia-se a fala de uma das profissionais que acompanhou o caso: “o pai dela é paupérrimo, tem toda uma situação, não trabalha, não recebe benefício, não tem idade para receber benefício, então a menina é uma saída, não é?” (PROFISSIONAL 2).

Sobre a família de Érica, não há informações sobre a renda familiar, apenas que esta recebe o Bolsa Família (não constava o valor). Identificou-se que o pai biológico da vítima é falecido, a mãe é do lar e não alfabetizada. Com relação ao seu companheiro (depois a mãe teve outro companheiro), este é traficante de drogas e passou 8 anos na prisão (não aparecia o motivo). Érica é usuária de álcool e drogas. Com relação ao atendimento prestado à família, especialmente em relação a vítima, este ficou bastante prejudicado, pois a adolescente compareceu no atendimento uma única vez.

A quarta situação de prostituição com participação de familiares será evidenciada a seguir, ao contextualizar o envolvimento de duas amigas, as adolescentes Carla e Bianca, vítimas desta modalidade de exploração sexual. As mesmas foram ouvidas na Delegacia de Polícia a partir de instauração de inquérito policial para apuração de eventuais crimes de exploração de prostituição e/ou favorecimento da prostituição. Foram estes os casos que apresentaram um maior número de informações na documentação, pois junto aos documentos analisados constava o registro das informações relatadas pelas adolescentes em depoimento prestado à Delegacia durante o inquérito policial. Considerando o depoimento de ambas, foi possível perceber o possível envolvimento das adolescentes com a prostituição, especialmente quando são evidenciadas informações acerca de casas de prostituição que frequentavam, sendo que a avó de Bianca era a dona de uma dessas casas. Foi possível perceber também, a partir do depoimento de cada uma delas, uma grande negação em relação ao envolvimento com a prostituição, atribuindo esse envolvimento sempre a outra, a amiga. Ambas não residiam mais com os pais, sendo que Carla saiu de casa por desentendimento com a mãe e passou a conviver com a amiga Bianca na casa de uma tia, a qual explorava

sexualmente a sobrinha, recebendo dinheiro quando esta saia com homens mais velhos. Destaca-se que em relação ao caso de Bianca, que avó e tia estavam envolvidas com a exploração sexual da adolescente. Além disso, como ressaltam Farinha e Bruns, (2006), as amigas podem ser mediadoras no processo de aproximação das adolescentes com a exploração sexual ao darem ênfase aos aspectos positivos como o dinheiro.

Sobre o desentendimento de Carla com a mãe, Libório (2005) em pesquisa realizada com 14 adolescentes em situação de exploração sexual, na modalidade de prostituição, ao analisar a caracterização dos vínculos familiares, constata o predomínio de conflitos familiares desde a infância que se intensificaram na puberdade.

Dentre as várias informações evidenciadas no registro do depoimento das adolescentes para a Delegacia chama atenção o envolvimento de ambas com dois homens de 40 e 50 anos aproximadamente. Frequentaram o apartamento de um desses homens pelo menos umas cinco vezes e lá, conforme é relatado por Carla recebiam sorvete, refrigerante, xis, chocolate para comerem à vontade. Carla acusa a amiga Bianca de manter relacionamento com estes homens, sempre negando o seu envolvimento. Além disso, fala que um desses homens, o dono do apartamento dava para Bianca roupas novas e que o outro homem paga o tratamento dentário da amiga. Carla também evidencia no seu depoimento que é bastante comum que adolescentes saiam com homens mais velhos, mantenham relações sexuais e participem de festas, em troca de bebidas, lanches e alguns presentes. Disse também que a família da Bianca apoia o fato desta sair com homens mais velhos para ganhar presentes. A mãe da Carla, que também participou e/ou acompanhou a filha no depoimento, confirma que sua filha ia para a casa de um desses homens anteriormente referidos, onde recebiam presentes e lanches, mas que sua filha não mantinha relações sexuais com esses homens, apenas Bianca. Esta, rebatendo as acusações de Carla, negou seu envolvimento com um daqueles homens em troca de dinheiro. Também disse não saber do envolvimento da amiga com os homens já citados em troca de dinheiro ou presentes. No entanto, evidenciou que a amiga havia dito para um desses homens: “se me der dinheiro saio com você”. Também ressaltou que certa vez, tomando cerveja na casa de um amigo de seu vizinho, Carla teria dito que faria um strip-tease por 150,00 reais.

Considerando a caracterização desta situação, onde se evidencia o envolvimento das adolescentes com homens mais velhos, Moraes (1998) explica que os “convites sexuais” são uma iniciativa que parte de homens mais velhos, seja utilizando o dinheiro, roupas ou qualquer outro objeto de interesse da adolescente para a troca sexual.

Com relação às outras sete (07) adolescentes vítimas da prostituição (Flávia, Maria, Lia, Isabel, Ruth, Keli, Lídia), destaca-se que ocorreu uma situação envolvendo todas elas, sendo que são irmãs as adolescentes Lia, Isabel e Ruth, bem como as adolescentes Keli e Lídia. Conforme consta na documentação analisada⁵⁰, o Conselho tutelar recebeu uma denúncia anônima de que na casa de um senhor de aproximadamente 50 anos costumavam se reunir várias adolescentes, e que este senhor recebia as adolescentes e as conduzia para outros locais em seu veículo. Foi informado também que neste local havia movimentação de táxi.

Com base na denúncia, o Conselho Tutelar chamou os familiares e as adolescentes para uma entrevista. Ao analisar as informações registradas pelo Conselho Tutelar a partir das entrevistas, pode-se compreender o que segue: No dia em que foi feita a denúncia, as adolescentes estariam na casa de um senhor (chamado por elas pelo apelido e que aqui será identificado como João - nome fictício), para comemorar o aniversário da irmã das adolescentes Lia, Isabel e Ruth (não havia documentação específica da suposta aniversariante), pois a mãe não queria fazer a festinha em casa e então João, uma pessoa conhecida da família, segundo informações apresentadas pela mãe, havia se prontificado para fazer a festa em sua casa. Conforme relatos das adolescentes, estas frequentavam seguidamente a casa de João, especialmente nos finais de semana, para tomar banho de banheira.

Lia, no seu relato diz que outro homem também estava presente neste dia e que era o mesmo que fazia comida quando iam jantar na casa de João. Keli disse já ter recebido de João um colar com a letra inicial de seu nome. Disse também que as amigas Ruth e sua respectiva irmã (a aniversariante) já haviam viajado com ele,

⁵⁰ Em relação a estes sete casos, destaca-se não havia muita informação nos documentos analisados. As informações que mais evidenciaram e/ou caracterizaram a possível situação de exploração sexual constavam nos documentos elaborados pelo Conselho Tutelar, especialmente os Termos de Informação, onde registravam o relato e/ou as informações trazidas pelas pessoas entrevistadas, que neste caso foram as supostas vítimas e os seus respectivos pais ou responsáveis.

informação esta que é negada pela aniversariante e também pela mãe, que disse não ter conhecimento que suas filhas já tivessem viajado com João. Ressaltou que conhece o mesmo há bastante tempo, que este é separado e que quando necessário o mesmo leva e busca suas filhas dos bailes.

Dentre outras informações chama atenção o relato da mãe de Maria, que diz que a mãe de Lia, Isabel e Ruth as explora sexualmente há bastante tempo e que agora estaria tentando explorar as amigas de suas filhas. Outra informação importante é trazida pela mãe da Flávia, que diz que certo dia João teria vindo pegar sua filha em casa e que no carro havia mais duas adolescentes. Foram para a casa de João comer lasanha e este levou sua filha de volta para casa na madrugada. Esta mesma mãe disse nunca ter conversado com João, além de ressaltar que as amigas de sua filha (Lia, Isabel e Ruth), sempre convidam Flávia para ir às festinhas que acontecem em sua casa.

Considerando esta situação que envolve sete (07) adolescentes e quatro (04) famílias, chama atenção novamente o possível envolvimento de um familiar na situação apresentada, neste caso a mãe das adolescentes Lia, Isabel e Ruth. Além disso, percebe-se novamente a participação de um homem mais velho.

Com base nesta contextualização, destaca-se novamente que praticamente todas estas informações foram obtidas a partir da leitura dos Termos de Informações, elaborados pelo Conselho Tutelar a partir de entrevistas realizadas com as adolescentes e seus pais e/ou responsáveis. No que diz respeito à documentação elaborada pelos(as) profissionais do CREAS, em relação a estas sete adolescentes e suas respectivas famílias, destaca-se que haviam poucos registros e estes evidenciavam principalmente informações a respeito da escolaridade das adolescentes e seus familiares, composição e situação familiar, ocupação e renda dos membros da família, se recebiam algum tipo de benefício e se havia algum caso de doença na família. Não havia informações sobre o processo de conhecimento e/ou desvendamento das situações, o que dificulta e/ou limita a análise das informações aqui apresentadas.

O outro caso de exploração sexual caracterizou-se como pornografia. Conforme consta no Boletim de Ocorrência, a adolescente Íris num final de tarde, quando saía do colégio foi abordada numa esquina por um adolescente de 17 anos que estava acompanhado por mais 10 meninos. Foi conduzida pelo braço até uma

casa e lá um dos meninos abriu a porta para que a garota e o adolescente entrassem, permanecendo na casa apenas os dois. O adolescente fez a Íris “pagar um boquete” e depois abriu a porta para que ela pudesse ir embora. No outro dia, soube por amigas e colegas de aula que havia um vídeo na internet mostrando o ocorrido. A adolescente disse conhecer o agressor de vista, que o mesmo, no ano anterior estudava no mesmo colégio que ela.

Em relação a este caso, onde se percebe novamente a dominação masculina sobre a mulher, legitimando-se no exercício da violência, preocupa imediatamente as consequências que a exposição do vídeo pode ter acarretado para a vítima. Recentemente os jornais têm veiculado notícias de adolescentes que cometeram suicídio depois de terem sua intimidade exposta na rede. Perez (2013, s/p) ressalta que “o registro de cenas íntimas, seguido da divulgação nas redes sociais, tem causado sérias consequências para as vítimas, como o abandono da vida escolar, humilhações e, em situações mais extremas, o suicídio”.

Situações como a ocorrida com a adolescente Íris também pode ser denominada de sexting.

O Sexting é a palavra originada da união de duas palavras em inglês: "sex" (sexo) com "texting" (envio de mensagens). O Sexting é um fenômeno recente, no qual adolescentes e jovens usam celulares, e-mail, salas de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamento para enviar fotos sensuais de si nus ou seminus, mensagens de texto eróticas ou com convites sexuais para namorado(a), pretendentes e amigos(as). Infelizmente, não são apenas nossos amigos que podem ter acesso ao que divulgamos via online. [...] estranhos e até criminosos podem ver, copiar e manipular o que divulgamos no ciberespaço. Uma vez online, perdemos completamente o controle da foto, texto ou dado que publicamos (PAIVA, s/d, p. 38).

Sobre a pornografia infantil, destaca-se que recentemente houve uma modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. A alteração ocorreu com a aprovação da Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008. Anterior a esta legislação, o ECA não considerava crime e, portanto não previa pena para quem adquirisse ou consumisse pornografia envolvendo criança ou adolescente. Nesse sentido, os artigos 240 e 241

do ECA, ganharam nova redação com a aprovação da lei anteriormente referida, sendo importante destacar a inclusão do artigo 241-B:

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1o A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2o Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 3o As pessoas referidas no § 2o deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido (BRASIL, 2008).

Felipe (2012) chama atenção para a relação existente entre a pedofilia, especialmente aquela cometida através da internet, com a pornografia, uma vez que envolve a produção de material pornográfico utilizando imagens de crianças, ou seja, a produção de pornografia infantil abastece o mercado da pedofilia. “O Brasil ocupa um dos primeiros lugares no ranking de produção de material pornográfico, com mais de 1000 endereços na internet. Um dos nichos desse material refere-se à pornografia infantil, com o intuito de abastecer o mercado da pedofilia” (FELIPE, 2012, s/p). Sobre este mercado, a autora refere que o mesmo vem crescendo significativamente. “Apesar da pedofilia ter estado sempre presente na história da humanidade, com o advento da internet, ela passou a ter maior visibilidade e organização” (FELIPE, 2012, s/p).

Características semelhantes às identificadas por meio da pesquisa documental realizada no CREAS de São Borja foram evidenciadas através do Diagnóstico Rápido Participativo realizado pelo Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território

Brasileiro (PAIR)⁵¹. O diagnóstico ocorreu no período compreendido entre 20 de julho a 8 de agosto do ano de 2009 e envolveu os municípios de São Borja, Barra do Quaraí, Chuí, Jaguarão, Santana do Livramento e Uruguaiana.

A implantação do programa prevê algumas etapas, tais quais: a articulação política de cada município; a formação de um grupo intersetorial em cada cidade; a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo que revele maiores informações sobre a violência sexual; a realização de um grande Seminário Municipal para debater o problema e construir coletivamente um Plano Operativo Local – POL para o enfrentamento do problema; a escolha da Comissão Local que cuidará da efetivação do POL; a Capacitação da Rede e o Assessoramento Técnico (MOTTI; FARIA, s/d, p. 7-8).

Entre as várias informações apresentadas no Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo dos Municípios Fronteiriços do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, apresenta-se no quadro abaixo uma sistematização dos casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de defesa e responsabilização (2008-2009).

⁵¹ O referido programa foi elaborado em 2002 pela Secretaria de Estado de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. A época vinculada ao Ministério da Justiça, em articulação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio da Partners of the Americas e inicialmente foi implementado em seis municípios com diferentes características (Feira de Santana/BA, Campina Grande/PB, Manaus/AM, Rio Branco/AC, Pacaraima/RR e Corumbá/MS). A partir de 2005, a metodologia do PAIR vem se expandindo para outros municípios brasileiros (MOTTI; FARIA, s/d).

Quadro 04 - Casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de defesa e responsabilização (2008-2009).

Modalidade de exploração sexual	Instituição	Denunciados	Atendidos	Acompanhado	Desligados
Prostituição	Ministério Público	1	3	3	1
	Polícia Civil - Delegacia da 2º DP	3	3	3	1
	Total	4	6	6	2
Pornografia	Juizado da Infância e Juventude	1	0	0	0
	Polícia Civil - Delegacia da 2º DP	1	1	1	1
	Total	2	1	1	1
Turismo sexual	-	-	-	-	-
Tráfico sexual	-	-	-	-	-

Fonte: Paludo (2010)

Como é possível observar, a prostituição também se constituiu na modalidade de exploração sexual mais expressiva no diagnóstico. Até o momento da realização do referido diagnóstico não havia nenhum registro de tráfico para fins sexuais e de turismo sexual. O diagnóstico também revelou que os casos de exploração sexual, mais especificamente a prostituição, têm como principais vítimas adolescentes do sexo feminino com idades entre 13 e 17 anos. Homens de meia idade foram indicados como os autores de prostituição, sendo que a mãe e a avó foram citadas como agenciadoras ou intermediárias nos casos de prostituição (PALUDO, 2010).

No quadro abaixo, apresentam-se informações sobre casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de atendimento e prevenção (2008-2009).

Quadro 05 - Casos de exploração sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de atendimento e prevenção (2008-2009).

Modalidade de exploração sexual	Instituição	Denunciados	Atendidos	Acompanhado	Desligados
Prostituição	CAPS-ad	0	0	2	0
	Casa de Abrigo	2	2	2	2
	PSF 04	1	0	0	0
	PSF 07	1	1	0	0
	PSF 09	3	0	0	0
	PSF 02	3	3	0	0
	Sentinela (CREAS)	6	6	6	0
	Total	16	12	10	2
Pornografia	Centro de Atendimentos Múltiplos	1	0	0	0
	E.M.E.F. Duque de Caxias	1	0	0	0
	PSF 10	1	0	0	0
	PSF 04	1	0	0	0
	PSF 07	1	0	0	0
	PSF 09	1	0	0	0
	Sentinela (CREAS)	1	1	1	0
	Total	7	1	1	0
Turismo sexual	-	-	-	-	-
Tráfico sexual	-	-	-	-	-

Fonte: Paludo (2010)

Com base nas informações evidenciadas nestes dois quadros e considerando os demais registros no que se refere às demandas de Abuso sexual intrafamiliar e Abuso sexual extrafamiliar, a equipe que realizou o diagnóstico

verificou um desencontro de informações, mostrando que o fluxo da rede está sendo interrompido em algum momento.

A rede de defesa tem sido procurada com menor frequência, por exemplo, os serviços de atendimento receberam 16 denúncias de prostituição e atenderam 12, enquanto que os serviços de defesa receberam apenas quatro notificações. Sem dúvida, o trabalho do agente comunitário de saúde está muito mais próximo da vítima e a possibilidade de revelação é maior, no entanto, é preciso que a rede seja cooperativa e também ajude as vítimas e seus familiares na denúncia para que o agressor possa ser punido e receber o tratamento adequado. Talvez esse seja um ponto que mereça atenção para garantir a proteção integral da criança e do adolescente (PALUDO, 2010, p. 38).

A partir desta tentativa de caracterização e problematização dos casos de exploração sexual de adolescentes atendidas pelo CREAS de São Borja faz-se necessário evidenciar algumas características do contexto familiar destas adolescentes, pois algumas das determinações da exploração sexual podem se expressar no cotidiano das famílias, nas suas relações, no modo e condições de vida das mesmas. Nesse sentido, apresenta-se a seguir informações sobre a escolaridade dos pais e/ou responsáveis, ocupação e renda dos mesmos, se as famílias recebem algum benefício sócio-assistencial, situação conjugal dos pais. Importante destacar que sendo a exploração sexual resultado de diversas mediações, muitas destas podem não se expressar imediatamente nas relações familiares.

Com relação à escolaridade dos pais e/ou responsáveis apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 06 – Informações sobre escolaridade dos pais e/ou responsáveis das adolescentes em situação de exploração sexual

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	ESCOLARIDADE DO PAI	ESCOLARIDADE DA MÃE	ESCOLARIDADE DE OUTRO RESPONSÁVEL
1	Ana	-	4ª série	-
2	Íris	5ª série	5ª série	-
3	Carla	-	-	-
4	Bianca	-	-	-
5	Érica	-	Analfabeta	-
6	Flávia	3ª série	8ª série	-
7	Maria	2ª série	Analfabeta	-
8	Lia	-	4ª série	Padrasto = 7ª série
9	Isabel	-	4ª série	Padrasto = 7ª série
10	Ruth	-	4ª série	Padrasto = 7ª série
11	Keli	-	-	-
12	Lídia	-	-	-
13	Márcia	-	8ª série	-
14	Luana	-	-	-

Fonte: Pedersen (2013)

Vale recordar que embora sejam quatorze (14) adolescentes as quais se está referindo, o número total de famílias é onze (11). Nesse sentido, com relação à escolaridade do pai observa-se que em relação a oito (08) famílias não consta nenhuma informação; em relação aos três casos que há informação, um deles tem a 5ª série, o outro a 3ª série e o outro a 2ª série. Nenhum deles tem ensino fundamental completo. Sobre a escolaridade das mães, em quatro (04) casos não consta informação; duas (02) mães possuem a 4ª série; uma (1) tem a 5ª série, duas (02) possuem a 8ª série e duas (2) delas não são alfabetizadas. Como se observa

apenas duas (02) mães têm o ensino fundamental completo. Referente ao padrasto das adolescentes Lia, Isabel e Ruth, este possui a 7ª série.

A baixa escolaridade dos pais e responsáveis, não pode ser considerada isoladamente fator de vulnerabilidade. No entanto a este se associam outros, como por exemplo, a inserção precária no mercado de trabalho, e conseqüentemente a baixa remuneração. Abaixo seguem quadros com estas informações, a iniciar pela ocupação e renda das mães.

Quadro 07 – Informações sobre trabalho e/ou ocupação das mães das adolescentes em situação de exploração sexual

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	TRABALHO/ OCUPAÇÃO DA MÃE	RENDA (R\$)
1	Ana	Do lar	-
2	Íris	Funcionária pública (Atendente Social em município vizinho)	800,00 (está afastada e recebe auxílio doença)
3	Carla	-	-
4	Bianca	-	-
5	Érica	Do Lar	-
6	Flávia	Doméstica	250,00
7	Maria	Aposentada	510,00
8	Lia	Faxineira	-
9	Isabel	Faxineira	-
10	Ruth	Faxineira	-
11	Keli	Do Lar	-
12	Lídia	Do Lar	-
13	Márcia	Desempregada	-
14	Luana	-	-

Fonte: Pedersen (2013)

Sobre a ocupação e renda das mães, destaca-se que em relação a três (03) famílias não havia esta informação. Em relação as demais identificou-se que em três (03) famílias, a ocupação referida foi Do lar, não sendo declarada nenhuma renda. Em outra situação a ocupação referida foi doméstica, sendo a renda declarada R\$ 250,00. Por fim, a ocupação de outra mãe que é faxineira, não sendo informada a renda. No quadro abaixo seguem informações sobre a ocupação e renda dos pais.

Quadro 08 – Informações sobre trabalho e/ou ocupação dos pais das adolescentes em situação de exploração sexual

RELAÇÃO DE CASOS	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS	TRABALHO/ OCUPAÇÃO DO PAI	RENDA (R\$)
1	Ana	Pescador/autônomo	-
2	Íris	Taxista (recebe auxílio doença)	1.000,00
3	Carla	-	-
4	Bianca	-	-
5	Érica	-	-
6	Flávia	Aposentado/Recebe auxílio doença	545,00
7	Maria	Aposentado – trabalha para fora/fazenda-serviços gerais	1.000,00
8	Lia	-	-
9	Isabel	-	-
10	Ruth	-	-
11	Keli	Não é evidenciada a ocupação, apenas a empresa onde trabalha	-
12	Lídia	Não é evidenciada a ocupação, apenas a empresa onde trabalha	-
13	Márcia	-	-
14	Luana	-	-

Fonte: Pedersen (2013)

Como se observa, em seis (06) famílias não constam estas informações sobre a ocupação e renda. Nos demais, identificou-se as seguintes informações: um (01) é pescador e não consta a renda; um (01) é taxista e também recebe auxílio doença, sendo a renda no valor de R\$ 1.000,00; dois (02) são aposentados, sendo que um deles (que recebe auxílio doença) tem uma renda de R\$ 545,00 e o outro, mesmo aposentado trabalha para fora (interior), obtendo uma renda de R\$ 1.000,00 e por fim um (01) que trabalha numa empresa de beneficiamento de arroz, não sendo informado a ocupação nem mesmo a renda.

Mesmo não havendo informações completas sobre a ocupação e renda dos pais das adolescentes em situação de exploração sexual, destaca-se a reflexão realizada por Rodrigues no que diz respeito à desigualdade de gênero:

essa situação de desigualdade relacionada ao gênero faz com que nós mulheres sejamos o grupo populacional mais afetado pela pobreza. [...] Tanto a renda média como a mediana feminina são inferiores à masculina para todos os tipos de família. A desigualdade é uma realidade para todas as mulheres e pode-se afirmar que ser mulher é quase sempre sinônimo de ser pobre, sobretudo se for negra ou parda (RODRIGUES, 2011, p. 122).

Sarti (2010, p. 29) também ressalta que se a vulnerabilidade da mulher está “em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem”, este, por ocupar o lugar central na família, como trabalhador/provedor, também está vulnerável. “Depende de condições externas cujas determinações escapam a seu controle”.

Quanto ao recebimento de auxílios ou benefícios, considerando as 11 famílias, sete (7) recebem bolsa família, ou seja, mais da metade. Destas, uma (1) também recebe aporte nutricional e uma (1) recebe BPC. Com relação ao Bolsa família, Couto (2011, p. 63) apresenta uma reflexão a partir dos resultados de uma pesquisa feita pelo BPC que evidencia que

47% dos/as usuários/as do Bolsa Família têm trabalho protegido e carteira assinada. O que significa que, no fundo, se trata de trabalho precarizado e de salários aviltantes, que obrigam esses sujeitos, apesar de suas carteiras assinadas, a buscarem recursos no Bolsa Família e na Assistência Social.

Em relação à situação conjugal dos pais verificou-se que em 5 famílias os pais estão separados, em 5 famílias os pais são casados e em 1 família o pai é falecido, fazendo-se presente o padrasto.

As características das famílias anteriormente referidas, que se constituem em situações concretas e inter-relacionadas, precisam ser compreendidas considerando a totalidade das relações sociais, ou seja, situações como as evidenciadas, baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho e necessidade de proteção social por parte do Estado, expressam os conflitos da sociedade na qual a família está inserida. “Os problemas que eclodem no seu seio não dizem respeito somente a ela” (MIOTO, 2011, p. 115).

Mesmo que estes problemas não se objetivam apenas no contexto familiar é preciso chamar atenção para o fato de que

[...] há um grande descompasso no Brasil entre a importância atribuída ao papel da família no discurso e a falta de condições mínimas de vida digna que as famílias enfrentam, na prática, para que possam criar seus filhos. É fácil identificar de imediato a negligência cometida pelos pais ao se encontrar uma criança em “situação de risco”. É bem mais difícil acusar o Estado de negligente e omissivo (RIZZINI, et al, 2006, p. 32).

No município de Itaqui, como já evidenciado anteriormente, a caracterização e compreensão das situações de exploração sexual de adolescentes atendidas (os) pelo CREAS não foram possíveis por meio da pesquisa documental. Neste caso, foi possível a realização das entrevistas com os (as) profissionais e também com uma adolescente que recebe atendimento da instituição. Na sequência, apresenta-se e problematiza-se a situação vivida por esta adolescente que aqui será identificada pelo nome fictício Olga.

Olga é uma adolescente de 16 anos que se declara “morena-clara”. Em fevereiro de 2011 foi acolhida na Casa de Passagem devido negligência da família e conflito familiar (informações disponíveis nos documentos analisados). Quando foi acolhida Olga estava frequentando o sétimo ano do ensino fundamental. No entanto ao fugir da Casa de Passagem parou de estudar, porque segundo ela, quem foge de lá não pode ir à aula, pois senão é recapturado e precisa voltar. Quando questionada sobre os motivos do seu abrigo respondeu:

O começo de tudo foi porque minha mãe me bateu desde criança, e chegou certa idade e eu comecei a me revoltar, não queria apanhar e não gostava de apanhar, e teve um dia em que eu disse que ia chamar o Conselho, porque as professoras da escola onde eu estudava falavam quando eu ia machucada para o colégio, então minha mãe me bateu mais ainda e chamou o Conselho. A partir daí que fui parar no Conselho Tutelar e lá me encaminharam para o CREAS, para o psicólogo, que me encaminhou para a casa de passagem (OLGA).

Além de evidenciar que a mãe batia nela, também ressaltou que esta lhe dizia coisas que não gostava, palavras de baixo calão, como por exemplo, “praga do diabo porque você não morre, porque não se mete na frente de um carro”. Com base nesse contexto também evidencia seu sentimento em relação à mãe:

Eu não gosto dela sinceramente. Eu olho para ela e não sinto nada, porque eu não gosto dela, e ela me fez sentir isso desde criança. [...] Se minha mãe mudasse, minha vida seria muito melhor. Se ela fosse uma mãe amiga, me entendesse minha vida seria bem diferente. A maior culpada do meu sofrimento é ela (OLGA).

Sobre seu pai disse que na verdade é como se não tivesse, pois ele só registrou-a em seu nome, mesmo não sendo seu pai verdadeiro. Com relação a irmãos disse possuir 5, com ela são entre 6. São todos irmãos por parte de mãe, no entanto os pais são diferentes. “Todos são filhos de pais diferentes, só um que foi registrado com o nome do meu pai, mas filho de sangue ele não é” (OLGA). Disse não ter nenhum convívio com seus irmãos. Com relação aos irmãos mais velhos, de 22 e 16 anos, ressaltou que a mãe os deu para uma senhora cuidar. O de 13 anos foi o irmão que juntamente com ela, quando já tinha dois anos de idade foram registrados pelo mesmo pai, embora não sendo o pai biológico. Ao ser questionada porque o mesmo registrou ela e seu irmão respondeu: “Ele tirou ela do cabaré. [...] Minha mãe era mulher da vida, então eu nasci e ela conheceu meu pai de registro que queria ficar com ela, então ele me registrou e se casou com ela” (OLGA). Ao ser questionada se gostaria de conviver com seus irmãos, respondeu: “Não tenho interesse, mas eu queria ter nascido em outra família” (OLGA). Refere ser o seu namorado a única pessoa que mais gosta, que mais ama.

Sobre o histórico de prostituição da mãe, Olga evidenciou que esta começou a se prostituir quando tinha 14 anos de idade, pois seu pai (avô de Olga) havia lhe expulsado de casa “e ela não tinha o que fazer” (OLGA). Sobre os motivos da expulsão, conta, com base em relatos da mãe, que ela havia ido para um baile com a irmã mais velha e esta havia lhe apresentado um amigo. Disse que só lembrava que este homem havia lhe oferecido uma bebida e que no outro dia havia acordado cheia de sangue. Quando retornou para sua casa, foi expulsa, pois suas roupas com marcas de sangue haviam sido vistas pela madrasta e esta mostrou para o seu pai. Ao ser expulsa, sua mãe passou a viver na rua e para poder sobreviver começou a se prostituir.

Sobre seu namorado, que aqui será identificado como Mateus (nome fictício) disse ter conhecido o mesmo na rua. Quando fugia da Casa de Passagem ficava na rua com Mateus e seus amigos. Fez amizade e em seguida começou a ficar com ele, depois começou a namorar e frequentar a casa do mesmo (Mateus morava com os pais). Assim ela acabou ficando por definitivo na casa aproximadamente por um ano até que um dia brigaram e Olga ficou com um amigo de Mateus. Certo tempo depois voltaram a ficar juntos, mas as irmãs de Mateus não aprovavam mais o namoro em razão de que ela também se relacionava sexualmente com vários amigos dele. Além disso, Olga conta que certo dia, na casa de Mateus, o próprio companheiro da irmã de seu namorado também abusou sexualmente dela. Mateus havia ido para o centro da cidade e ela estava dormindo, e num determinado momento esse rapaz entrou no seu quarto, violentando-a. Quando Mateus retornou contou-lhe o que havia acontecido e este falou para as suas irmãs que não acreditaram. Com relação a outras possíveis situações de violência que tivesse vivido, Olga comentou que até seus tios haviam abusado sexualmente dela quando pequena, porém preferia não entrar em detalhes. Com relação, ainda, a sua vida sexual, disse ter iniciado logo que fugiu da Casa de Passagem, quando estava com algumas meninas. Também evidenciou seu sentimento e a razão dessa experiência, garantindo se arrepender em razão de que não teve nenhum valor ou sentimento para ela.

Com relação a isso, é importante chamar atenção para o fato de que a sociedade, em crescente transformação de valores e padrões culturais, está convivendo com a realidade de uma iniciação sexual cada vez mais precoce entre os

jovens. Segundo Rappaport (1995, p. 48), “por muitas razões (falta de comunicações, cobrança dos grupos, mensagens transmitidas e incentivadas pelos meios de comunicação de massa, falta de diálogo com os pais, solidão, etc.), é frequente o início de uma vida sexual precoce”. A autora ainda destaca que quando um jovem cede a essas pressões, as relações sexuais costumam trazer muito mais angústias do que prazer.

Comentou ter fugido da Casa de Passagem muitas vezes, no entanto realmente se arrependia tanto da fuga, quanto da sua rebeldia. Também ressaltou que certa vez, depois de uma briga com o namorado voltou a Casa de Passagem e não a receberam mais, mesmo sendo de menor. “Viraram as costas para mim. [...] eu sou menor, e não quero ficar com a minha mãe, então não posso ficar desabrigada” (OLGA). A resposta que obteve da instituição quando manifestou que gostaria de ficar novamente na Casa de Passagem foi de que deveria voltar para a casa da mãe, pois esta tinha sua guarda e seus papéis.

A manifestação da adolescente em não querer ficar com a mãe, mesmo esta possuindo a sua guarda, evidencia a permanência da fragilidade dos vínculos familiares. Além disso, percebe-se na fala do(a) profissional um descomprometimento por parte da instituição. O desconhecimento por parte do profissional, do trabalho essencial a ser desenvolvido por uma instituição de acolhimento⁵² e até mesmo a permanência de alguns valores, que dificultam o reconhecimento e entendimento das mais diversas situações vividas pelos sujeitos pode colocar em cheque a medida de proteção. O fato de a adolescente ter ido até a Casa de Passagem, manifestando o seu interesse em ficar lá, sinaliza que a mesma estava precisando de acolhimento. Sem dúvida evidencia também que a instituição constituiu-se para ela como uma referência e/ou espaço de proteção, tanto que já havia sido atendida por esta Casa de Passagem. Mesmo assim, a instituição negou o acolhimento para Olga, demonstrando-se omissa e negligente diante da situação.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária destaca que “todas as entidades que desenvolvem programas de abrigo devem prestar plena assistência à criança e

⁵² O uso da terminologia “acolhimento institucional” é novo e substitui o termo abrigamento (alteração feita pela Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009)

ao adolescente, ofertando-lhes acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento” (BRASIL, 2006c, p. 40).

Na proteção à infância, [...] a lei aponta as obrigações, responsabilidades... A diferença é reconhecer o lugar, escutar a diferença para que o sujeito possa se contar para além da identificação a um objeto ideal. É preciso considerar as implicações... de quem representa, quem está nesse lugar, por desejo ou obrigação, por culpa ou missão, com primeiras, segundas ou tantas outras intenções (CRUZ, 2009, p. 237, 241).

Ainda com relação a esta situação vivida por Olga, é possível aplicar o conceito de “rota-crítica”, que considera “a lógica das decisões, ações e reações das mulheres em situação de violência, assim como os fatores intervenientes”. Nesta rota, além das decisões tomadas pelas mulheres, há que se considerar as respostas encontradas na busca de soluções. “Esse é um processo repetitivo, constituído tanto pelos elementos relacionados às mulheres e às ações empreendidas por elas como pela resposta social encontrada que se torna um elemento determinante da rota crítica” (SAGOT, s/d, p. 57).

Meneghel e Vial (2008) também identificaram nos resultados de uma pesquisa realizada em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, que as mulheres enfrentam uma rota-crítica.

A rota crítica das mulheres que decidem romper com a violência é longa, atravessada por avanços e retrocessos, desprovida de apoio e, em muitas situações ocorre revitimização pelos serviços que deveriam acolhê-las. Mesmo com a recente criação de políticas públicas e centros de referência para atender as mulheres e suas famílias, muitos operadores ainda se conduzem com as mulheres de modo autoritário e machista (MENEGBEL; VIAL, 2008, p. 201).

O retorno que Olga recebeu quando procurou a Casa de Passagem, também pode ser compreendido como um processo de revitimização decorrente da violência institucional, que é aquela

exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional (BRASIL, 2001, p. 21).

Com relação ao atendimento recebido no CREAS, Olga disse ter ficado dois anos na instituição e que era bom porque lhe fazia bem conversar com o psicólogo e com a Assistente Social. No entanto, evidenciou que nenhuma decisão que havia tomado a partir do momento que passou a ser acompanhada pelo CREAS, teria sido resultado dos atendimentos. Ressaltou também que sua relação com a mãe em nada havia mudado.

Sobre encaminhamentos que o CREAS teria feito durante o seu atendimento e acompanhamento, afirmou ter sido encaminhada como louca para o CAPS em razão das suas inúmeras tentativas de fuga, bem como por sua brutalidade ao querer sair da Casa e não conseguir.

Para finalizar esta contextualização sobre a situação vivida por Olga, tenta se compreender seu ponto de vista em relação a sua própria vida e seu futuro, com sua certeza de que ainda a vida vai lhe reservar muito sofrimento e com sua surpreendente vontade de voltar a estudar, ser uma pessoa desceite e trabalhar.

Diante do exposto, considerando as diversas afirmações da adolescente, que expressam inúmeros de seus sentimentos em relação à família e a sua história, é possível observar e analisar os seguintes aspectos abaixo relacionados:

Rompimento de vínculos familiares e abandono: o rompimento de vínculos pode ser observado inicialmente em relação à mãe de Olga, que foi expulsa de casa e abandonada pela família em virtude de ter perdido a virgindade e por ter sido vítima de abuso sexual. O fato da família e mais especificamente a figura paterna ter expulsado a filha de casa pelo motivo anteriormente apresentado, evidencia novamente as relações de gênero, ou seja, do homem, pai que detém o poder e autoridade de decidir o futuro da filha. Além disso, perder a virgindade representou para o pai a perda do valor de sua filha.

A fragilização e rompimento de vínculos familiares se reproduzem com Olga e a maioria de seus irmãos. Todos são filhos de pais diferentes. Do total de seis filhos, três foram entregues para uma senhora cuidar; um está com o pai biológico que é o mesmo que registrou Olga como sendo sua filha e o bebê que está com a mãe de Olga e seu atual companheiro (pai da criança). O acolhimento de Olga também representou o rompimento de vínculos com sua família, já marcados por

grandes fragilidades, como pode ser observado nos relatos de Olga, que demonstram não haver afeto e carinho entre mãe e filha, nem mesmo a existência de algum vínculo com seus irmãos. Além disso, Olga teve seus vínculos rompidos com a figura paterna, tanto no que diz respeito ao pai biológico, que diz conhecer só pelo nome, como em relação ao pai que lhe registrou.

A prostituição como forma de sobrevivência: A situação de abandono da mãe de Olga, que a levou para as ruas quando tinha apenas 14 anos de idade foi determinante para o seu envolvimento com a prostituição. Os resultados da pesquisa “Prostituição: opção ou determinação social?” (AMARAL; FERREIRA; PEREIRA, 2013) evidenciam que “por detrás de uma aparente escolha existe uma determinação social, fruto das relações contraditórias estabelecidas nesta sociedade” (p. 6). As autoras sinalizam que “parte da sociedade brasileira analisa a prostituição como uma escolha feita por homens e mulheres para ganhar “dinheiro fácil” (p. 2). No entanto, é importante chamar atenção para o fato de que quando se opta ou escolhe por algo, faz-se diante de várias alternativas. Nesse sentido, quando não há alternativas, é perigoso justificar a situação de prostituição como sendo uma escolha ou uma opção. No caso da mãe de Olga, pode se analisar que a prostituição não foi uma escolha ou pelo menos uma escolha isenta de determinações, mas uma saída imediata que encontrou para sobreviver, tendo em vista que “a prostituição não oferece barreiras intelectuais, físicas e financeiras, ou seja, não é necessário nenhum pré-requisito para se prostituir. Tudo o que é preciso saber pode-se aprender na prática” (p. 2).

Libório (2005) também evidencia nos resultados de sua pesquisa com 14 adolescentes em situação de prostituição, que o abandono dos lares se dava em uma idade bastante precoce, entre os 10 e 11 anos.

Ao saírem de casa, as opções encontradas pelas adolescentes eram vincular-se às amigas que também haviam rompido com as famílias e escola e moravam com mulheres mais velhas ou perambulavam pelas ruas da cidade, pernoitando em construções abandonadas. Dessa forma, as adolescentes passavam a conviver no mundo da rua, que na maioria dos casos foi a porta de entrada na exploração sexual (LIBÓRIO, 2005, p. 418).

Abandono escolar e rompimento de vínculos comunitários: Pelo que se pode perceber nas colocações de Olga, o abandono escolar foi uma estratégia para não

ter que retornar à Casa de Passagem. Na entrevista também evidenciou que não gostava do colégio onde estava estudando, colégio este para o qual foi transferida quando foi encaminhada para a Casa de Passagem. Disse que sempre foi bem na escola, que nunca reprovou e que neste colégio novo havia reprovado duas vezes por infrequência, já que fugiu diversas vezes da Casa de Passagem.

Com base nesta situação percebe-se que além do rompimento dos vínculos familiares decorrente do abrigamento de Olga, a instituição acabou rompendo com os seus vínculos comunitários, ou seja, com a escola onde a mesma estudava e na qual possuía vínculos com colegas e professores. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária evidencia que se o adolescente, afastado da família, não encontrar “nas demais instituições sociais um contexto de cuidado e de referências seguras, o seu desenvolvimento poderá ser prejudicado. A responsabilidade, portanto, é dividida entre a família, o Estado e a sociedade” (BRASIL, 2006, p. 28).

Os espaços e as instituições sociais são, portanto, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar. Além de muito importante para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família (BRASIL, 2006c, p. 33).

Abuso sexual: Para além de todo este contexto de fragilização de vínculos, Olga também evidencia situações de abuso sexual das quais foi vítima. Uma que ocorreu quando era bem pequena, referindo-se aos tios como agressores e a outra situação que ocorreu em sua adolescência. Com relação à primeira situação, esta se caracteriza pelo abuso sexual intrafamiliar, que

[...] é efetivado pelo pai, padrasto, avô, tio, irmão mais velho, ou por uma pessoa de confiança sem laços de parentesco. Deste modo, o núcleo familiar passa a ser um dos focos condutores de situações traumáticas no momento em que passa a violar os direitos essenciais à criança e ao adolescente, enquanto sujeito em desenvolvimento, negando-lhes os valores humanos fundamentais (LIEDKE, 2008, p. 71).

Para além das informações trazidas por Olga durante a entrevista, as profissionais do CREAS evidenciaram que durante um atendimento, a adolescente teria dito que só estava esperando completar 18 anos para começar a trabalhar como prostituta. Até mesmo que já havia ido numa casa de prostituição, mas não pode ficar por ser menor de idade. A mesma informação foi trazida pela mãe de Olga durante uma visita domiciliar.

Diante do exposto, mesmo não sendo apresentada nenhuma informação mais objetiva que indicasse o envolvimento da adolescente com a exploração sexual, pode-se perceber uma trajetória marcada por inúmeras situações de violação de direitos. Libório (2005, p. 419) ao apresentar os resultados de sua pesquisa, reforça que

a exploração sexual comercial se caracteriza por uma dimensão processual, caracterizando-se como um fenômeno que se desenrola aos poucos, tornando-se parte da história de vida de adolescentes que viveram um processo contínuo de violência, violação de direitos e vulnerabilização desde tenra idade.

Após a caracterização das situações de exploração sexual de adolescentes, que resultaram da análise das informações obtidas através da pesquisa documental e da entrevista realizada com uma adolescente, o próximo item irá apresentar e problematizar as informações decorrentes das entrevistas realizadas com os profissionais dos CREAS dos municípios de São Borja e Itaqui.

5.4 A exploração sexual de adolescentes e sua compreensão por parte dos(as) profissionais

Como já sinalizado em discussões anteriores, as razões para a ocorrência da exploração sexual são diversas, assim como são diversas e particulares as formas de sua objetivação. No item anterior pode-se observar que a modalidade de exploração sexual que preponderou nos municípios pesquisados foi a prostituição. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser explorado nesse item diz respeito à

compreensão e/ou definição trazida pelos profissionais acerca da exploração sexual. Na sequência, os fatores condicionantes ou determinantes para a sua ocorrência.

Inicialmente é importante chamar a atenção para o fato de que a realização da pesquisa junto aos CREAS contribuiu para que os(as) profissionais ampliassem o seu conhecimento e entendimento em relação às situações que se caracterizam como exploração sexual. Quando o projeto de pesquisa foi apresentado aos profissionais fez-se necessário evidenciar as diferentes modalidades de exploração sexual para que pudessem separar os casos atendidos para a realização da pesquisa documental. Foi então que se observou que nem todos os(as) profissionais tinham a informação e/ou a compreensão de que a exploração sexual se materializa de diferentes formas, embora na maioria das vezes, relacionadas, o que pode dificultar sua caracterização. Uma mesma situação pode reunir mais de uma modalidade de exploração sexual, como por exemplo, o tráfico de crianças ou adolescentes para fins de abastecimento do turismo sexual, bem como para a produção de material pornográfico.

Esta primeira observação se evidencia na fala a seguir:

A minha ideia de exploração sexual, antes de iniciares teu trabalho e de realmente conversarmos, era de que ela sempre acontecia com adolescentes e que estes estavam vivenciando isso por que a família levou-as a esse caminho. Por exemplo, quando o pai oferece a menina, ou quando a menina sai com as amigas com homens mais velhos, era essa a minha noção de exploração. Depois que iniciaste o trabalho, com nossa conversa e minha leitura, que comecei a pensar na questão da pedofilia também como uma forma de exploração e lembrar então das crianças. Até então para mim a exploração sexual era só realmente voltada para adolescentes (PROFISSIONAL 2).

Além de evidenciar a contribuição da pesquisa, observa-se a partir da fala que a ideia de exploração sexual inicialmente se restringia a adolescência. Quando se refere à exploração sexual de adolescentes, a caracterização que faz está muito relacionada às informações obtidas a partir da pesquisa documental, ou seja, a participação ou envolvimento dos pais e o envolvimento das adolescentes com homens mais velhos. Percebe-se também que a pesquisa despertou o interesse pela leitura e a busca de maior compreensão acerca desta demanda, resultando na

ampliação de seu conhecimento, que se expressa ao reconhecer também o envolvimento de crianças associado à questão da pedofilia.

Com relação à pedofilia⁵³, ressalta-se que não compreende uma das modalidades de exploração sexual, no entanto, a exploração sexual e suas diferentes formas de objetivação abastecem o mercado da pedofilia, especialmente no que diz respeito, a venda e consumo de pornografia infantil.

Outra definição trazida pelos(as) profissionais acerca da exploração sexual compreendeu a pornografia infantil:

Ela caracteriza toda situação de utilização do corpo, ou de alguma forma de aproveitamento de uma pessoa que ainda é imatura, que não tem idade adequada para discernir, fazer a sua própria escolha. É aquela situação onde o uso, não é só no sentido sexual, carnal, mas no sentido de qualquer tipo de exploração que possa ocorrer. Por exemplo, a questão da exposição de uma fotografia de um adolescente ou qualquer situação que manifestar o uso indevido ou inadequado (PROFISSIONAL 5).

A partir desta definição, que identifica a pornografia infantil como uma forma de manifestação da exploração sexual, chama atenção o reconhecimento e o entendimento de que crianças e adolescentes, devido à sua condição peculiar de crescimento e desenvolvimento, não têm condições de discernir e/ou de fazer determinadas escolhas. Por isso, crianças e adolescentes que de uma forma ou de outra se envolveram com a exploração sexual, são vítimas, ou seja, não podem ser responsabilizadas, julgadas e/ou culpabilizadas.

Quatro respostas evidenciaram a questão do retorno financeiro ou material da exploração sexual:

⁵³ “A “pedofilia” é, originalmente, uma categoria clínica da psiquiatria, definida como uma modalidade de “perversão sexual”. De acordo com o DSM IV-TR, a “pedofilia” é hoje classificada como uma modalidade de “parafilia”, caracterizada pelo foco do interesse sexual em crianças pré-púberes (geralmente, com 13 anos ou menos) por parte de indivíduos com 16 anos ou mais e que sejam ao menos cinco anos mais velhos que a criança, ao longo de um período mínimo de seis meses. O diagnóstico de pedofilia pode ser feito, segundo o manual, se a pessoa realizou esses desejos ou se os desejos ou fantasias sexuais causaram acentuado sofrimentos ou dificuldades interpessoais” (LOWENKRON, 2010, p. 18).

Eu acredito ser quando o adulto usa uma criança ou um adolescente, oferecendo-o(a) para que outro se aproveite sexualmente dela, com fins ou retorno financeiros (PROFISSIONAL 1).

Exploração para mim é a venda ou comercialização do corpo em troca de algum bem ou dinheiro para o suprimento de alguma necessidade básica, como material (PROFISSIONAL 4).

[...] e sem contar a questão de quando os familiares ou alguém explora essa menina em troca de dinheiro, em troca de bens materiais e até ela mesma concorda por querer um celular, querer uma roupa nova, por ver as meninas no colégio com algo que ela não tem. Portanto, uma maneira fácil de ela ter esses recursos. Acho que é bem isso (PROFISSIONAL 3).

Exploração é quando tem alguém tirando proveito dessa coisificação do adolescente enquanto objeto sexual. Então é bem a venda mesmo do adolescente para algum fim econômico ou de beneficiamento próprio (PROFISSIONAL 7).

Ao evidenciar o retorno financeiro e material da exploração sexual, os(as) profissionais também estão se referindo às razões e/ou motivações destas relações. Além disso, observa-se nestas quatro respostas, o reconhecimento da existência de uma relação de coisificação estabelecida com crianças e adolescentes, quando expressam que estas são usadas, vendidas, comercializadas e exploradas.

A cultura machista e autoritária ainda vigente na sociedade brasileira cria desigualdades nas relações de gênero e promove uma imagem das mulheres como mero objeto sexual, sujeitas a serem compradas ou usadas. A cristalização desse ideário acaba por reforçar como natural a oferta do corpo feminino – tanto de adultas quanto de adolescentes e crianças (ANDI, 2007, p. 20).

Por fim, uma última definição e/ou caracterização que se aproxima de uma situação de abuso sexual. “O que a gente enxerga lá é essa coisa mesmo assim de que a criança e o adolescente não têm direitos, são objetos. Então se o padrasto está com vontade, vai lá, pega e passa a mão” (PROFISSIONAL 6).

Além de caracterizar ou definir o que é exploração sexual de crianças e adolescentes, os(as) profissionais também foram questionadas quanto às modalidades de exploração sexual mais atendidas pelo CREAS. Foi então que se percebeu de forma mais objetiva, certo desconhecimento em relação às modalidades de exploração sexual atualmente reconhecidas e referidas principalmente em relatórios de pesquisa, trabalhos acadêmicos, bem como no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra

Crianças e Adolescentes (2013)⁵⁴. A seguir uma fala que evidencia esse desconhecimento: “Eu não lembro das modalidades, mas eu lembro que a partir dali, da realização da pesquisa, nós começamos a pensar para identificar realmente, porque o que nós pensávamos que não era exploração sexual, como por exemplo aquele caso de pornografia, acabou se configurando como exploração sexual” (PROFISSIONAL 1).

Mais uma vez é possível observar a contribuição da pesquisa em relação às diretrizes conceituais da exploração sexual. Ao mesmo tempo percebe-se a necessidade da política a qual o CREAS está inserido (política de assistência social) oferecer e desenvolver cursos de formação e qualificação dos profissionais que trabalham com a demanda da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Recomenda-se que as ações de capacitação sejam disponibilizadas a toda equipe de trabalho do CREAS, com base no princípio da educação permanente. Estas ações devem abordar temáticas que contribuam para a melhoria da qualidade do trabalho social desenvolvido, relacionando-o às demandas específicas de cada serviço e às funções que cada profissional desempenha no CREAS (BRASIL, 2011c, p. 102).

Outro aspecto importante, diz respeito à necessidade de qualificação do modelo de Relatório Mensal de Atendimento do CREAS enviado para o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). O relatório, quando pede para quantificar o número de crianças em situações de violência ou violações atendidas no PAEFI, distingue as situações de violência intrafamiliar (física ou psicológica), abuso sexual, negligência ou abandono e exploração sexual. Acredita-se que a inclusão das diferentes modalidades de exploração sexual poderia contribuir para um diagnóstico mais qualificado da realidade. Além do Relatório Mensal de Atendimento do CREAS, destaca-se que o Censo SUAS CREAS, também considera a exploração sexual de um modo geral na sua caracterização e quantificação. No entanto, no Manual de preenchimento do referido Censo, é apresentado alguns conceitos para auxiliar na identificação das demandas atendidas. Abaixo seguem dois destes conceitos.

⁵⁴ A revisão e publicação do referido Plano em maio de 2013, manteve a mesma linha conceitual “adotada pelo III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por ser este o último momento sistematizado de conceituação da violência sexual contra crianças e adolescentes” (BRASIL, 2013b, p. 21).

A exploração sexual corresponde às situações que envolvem a prática de ato sexual mediante pagamento em dinheiro ou não (“favores”, bens materiais e alimentícios etc.). Diferentemente do abuso sexual, este tipo de violência sexual envolve interesses econômicos, além do interesse do agressor em sua satisfação sexual. Este tipo de violência pode envolver intermediários e aliciadores. Existem, também, casos em que o pagamento é feito diretamente à vítima sem a intermediação de terceiros. A exploração sexual de crianças e adolescentes pode envolver redes de crimes organizados. A exploração sexual de crianças e adolescentes constitui uma das piores formas de trabalho infantil (SUAS, 2013, p. 17).

A exploração sexual se refere a todo e qualquer uso de uma criança/adolescente para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o intermediário ou agenciador que se beneficiam do comércio de crianças para este propósito **podendo se manifestar por meio da prostituição de crianças e adolescentes, pornografia, turismo sexual, tráfico de criança e adolescentes para fins comerciais e sexuais** (CMESC, 1996). O tráfico de crianças e adolescentes para fins comerciais e sexuais é a transferência de uma criança/adolescente de uma parte a outra para qualquer propósito, em troca de compensação financeira ou de outra natureza. Para tanto é feito o transporte de crianças ou adolescentes com propósitos sexuais comerciais que ocorrem dentro do mesmo país ou fora dele (SUAS, 2013, p. 27).

Como se observa, o segundo conceito explora as diferentes modalidades de exploração sexual. Nesse sentido, mesmo que o formulário considere a exploração sexual de um modo geral, incluindo na sua quantificação estas diferentes formas de sua objetivação, acredita-se que a diferenciação destas modalidades no formulário poderá contribuir para a análise das particularidades assumidas pela exploração sexual nos diferentes municípios, regiões e estados.

Considerando que a maioria dos casos de exploração sexual apresentados no item anterior caracteriza-se como prostituição, ressalta-se que também os(as) profissionais fizeram referência a prostituição, como sendo o tipo de exploração sexual mais atendido. “Não reconheço o turismo sexual, a pornografia nem o tráfico. E aquele caso da menina que falei, ela quer ser prostituta quando tiver 18 anos, por que a mãe também era e ela sabe, ela quer ser igual à mãe. Essa menina fugiu com um time inteiro para um campo de futebol” (PROFISSIONAL 6).

Além disso, considerando esse tipo de exploração, percebem também a presença e/ou o envolvimento de algum familiar, como se observa na fala a seguir:

Eu não saberia dizer exatamente, mas, por exemplo, tem uma suspeita, agora você falando sobre isso eu me lembrei, acho que é mais uma exploração via familiar assim. Aqui tem uma suspeita de um caso de uma avó que receberia um dinheiro de um senhor para a neta ter algum tipo de relação com ele. Eu acho que aqui em XXXXX é assim, eu não vejo muito esse agenciamento de terceiros, mas sim de familiares, até porque a gente não tem conhecimento desse tipo de esquema e eu não sou daqui também, então não conheço, não ouço muito falar a respeito, mas pelo o que eu percebi, o que pode realmente acontecer é mais pela via familiar (PROFISSIONAL 7).

Com relação aos fatores condicionantes ou determinantes da exploração sexual de crianças e adolescentes, há que se destacar que os(as) profissionais entrevistados elencaram uma série de situações que repercutem na vida das vítimas de exploração sexual, bem como de seus familiares. A análise das respostas e seu agrupamento permitiram identificar quatro principais determinações. Estas são evidenciadas na figura abaixo e problematizadas nos itens que seguem.

Figura 01 - Fatores condicionantes ou determinantes da exploração sexual de crianças e adolescentes na visão dos/as profissionais:



Fonte: Pedersen (2013).

5.4.1 As situações de vulnerabilidade social presentes no cotidiano das famílias

Pobreza; analfabetismo e baixa escolaridade; desemprego e precarização do trabalho; precárias condições de moradia e drogadição, compreendem as principais situações de vulnerabilidade social identificadas pelos(as) profissionais dos CREAS. Estas não podem ser compreendidas separadamente, mas sim identificando as mediações presentes entre cada um desses elementos.

A pobreza, “um dos problemas mais sérios de demonstração da desigualdade social e da questão social no nosso país” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 73) constitui-se enquanto expressão “da exploração, da concentração de riqueza, da não distribuição da riqueza bruta ou relativa. [...] é manifestação de não distribuição ou de concentração/acumulação de riqueza” (SPOSATI, 2011, p. 42). Com base nisso a pobreza não pode ser atribuída a causas individuais, mas a aspectos estruturais do sistema social.

Para Silva (2010, p. 157), pobreza não pode “ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política”.

Além disso, é preciso considerar que a pobreza, na sociedade burguesa não resulta de um quadro geral de escassez, pelo contrário a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2001). Para exemplificar:

Produzimos três vezes mais comida do que o necessário para todos na face da Terra se alimentarem de modo a satisfazer todas as suas necessidades. A fome, hoje, não é mais uma dimensão insuperável da vida humana, é uma questão de opção histórica entre distintos modos de produção. Enquanto a produção for uma mediação para o lucro, colocar toda a produção à disposição da população significa ofertar a mais que a demanda, derrubando preços e travando a reprodução do capital (BEHRING; NETTO, 2007, p. 7).

Com base nas respostas dos(as) profissionais pode-se perceber que a pobreza aparece associada à baixa renda e conseqüentemente às dificuldades de

acesso ao mercado de consumo, como se observa na fala a seguir: “Acho que a vulnerabilidade social poderia ser um dos ou o principal fator, já que se observa baixa renda, habitação precária, falta de acesso ao mercado de consumo” (PROFISSIONAL 04).

Em relação ao analfabetismo e baixa escolaridade dos pais, estes também se articulam às demais situações de vulnerabilidade social evidenciadas pelos profissionais. Quando as condições de sobrevivência de uma família são limitadas, estudar nem sempre constitui-se numa estratégia imediata para a solução dos problemas, mas sim o trabalho. No entanto, este trabalho, carente de qualificação, conhecimento e profissionalização caracteriza-se muitas vezes, por um trabalho precarizado, informal, destituído de direitos.

Acredita-se que o analfabetismo é um dos fatores da vulnerabilidade social [...], haja vista que não ter educação compromete outras etapas da vida [...] já que a educação é a fonte de maior qualificação da força de trabalho, e, assim, determina a renda, a qualidade de vida e as taxas de crescimento econômico (SILVA, 2007, s/p).

Além disso, é preciso considerar que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a educação passou a ser assegurada como um direito social, ou seja, um direito de todos, dever do Estado e da Família. No entanto, cabe ao Estado um maior investimento na política de educação, visando sua qualificação e a ampliação do seu acesso. A fala a seguir evidencia a inserção precária no mercado de trabalho:

Precário também, eles não têm qualificação. Geralmente são diaristas, catadores de material reciclável (homens e mulheres), lenheiro, pescador, aquele que faz bicos ou serviços gerais. Dificilmente você vai encontrar que a mãe seja professora e o pai trabalhe numa empresa. Geralmente é uma profissão precária, de baixa renda (PROFISSIONAL 6).

Alves (2013, s/p.) ao se referir a precarização do trabalho, destaca que esta se constitui da precarização salarial, “tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais precários e frustração de expectativas de carreira profissional” e também da precarização existencial “que ocorre com a

precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida just-in-time”.

Condições de moradia precária também foi evidenciado pelos(as) profissionais:

Há sempre muita pobreza, falta de condições de higiene, condições de moradia, de estrutura, de não ter um quarto, de não ter um banheiro, e são muitas casas que não possuem as mínimas condições. E quando você chega para fazer a visita e começa a perguntar sobre quem mora na casa, alguns ficam sem jeito, com vergonha, por causa da situação em que vivem (PROFISSIONAL 6).

Diante do exposto, é importante destacar que

A baixa qualificação da mão de obra, o analfabetismo (total ou funcional), a suscetibilidade e a prevalência de doenças e outros acometimentos ligados à sobrevivência, somados à inconstância do trabalho, criam no cotidiano dessas famílias uma situação opressiva de penúria e precarização da capacidade de manter atingidos e protegidos os adultos e sua prole (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2010, p. 130).

Ou seja, situações como as evidenciadas pelos(as) profissionais e aqui contextualizadas, não são as únicas determinações da exploração sexual, no entanto, dificultam e desafiam as famílias para o exercício de suas funções primordiais de proteção, de educação, de socialização dos filhos, entre outras. À medida que a família encontra dificuldades para cumprir suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade (PETRINI, 2003). Quando a família está no seu limite, não conseguindo mais dar conta de suas responsabilidades e obrigações, entra em cena o Estado por meio de suas políticas sociais. Como refere Miotto (2011) a intervenção pública só acontece quando a família fracassou na provisão de bem-estar de seus membros, infelizmente.

Além disso, considerando os limites das políticas de proteção social, devido ao retraimento do Estado na área social, a família é chamada a responder por esta deficiência. No entanto, para acolher e criar seus filhos, as famílias precisam de

condições básicas e quando estas são precárias ou inadequadas “é obrigação do Estado apoiar a família em seu papel parental” (RIZZINI et al, 2006, p. 22).

A drogadição é outro fator que compreende o conjunto de situações de vulnerabilidade social e que contribui para produção e manutenção da exploração sexual. Como destaca Childhood (s/d, p. 8) na pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, a dependência química pode atuar como um dos fatores associados ao ingresso na exploração sexual. “Diante da “fissura” por consumir droga, o comportamento mais citado pelos participantes (36%) foi o de “transar” a fim de conseguirem dinheiro que lhe permitissem ter acesso à droga”.

5.4.2 A família e seus “problemas”: culpabilização e responsabilização

Além das situações evidenciadas anteriormente, s(as) profissionais entrevistados(as) também se referiram a várias questões que compreendem o grupo familiar, a saber: educação recebida pelos pais, falta de limites, falta de informação e orientação, rompimento de vínculos familiares, distorção dos papéis familiares, falta de diálogo, abandono e negligência da família. Como se observa questões que se limitam aos contornos da família, o que desafia cada profissional a considerá-la e compreendê-la como parte de uma totalidade. A mesma é “uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida” (MIOTO, 1997, p. 118).

Nesta perspectiva, como refere a autora citada anteriormente é preciso considerar que “a família tem se constituído de formas diferentes nas diversas classes ou grupos sociais, e por isso demandam abordagens diferenciadas para a sua compreensão” (MIOTO, 1997, p. 121).

Com relação à situação de abandono e negligência das famílias, esta pode ser observada na fala que segue:

Abandono e negligência. A questão do abandono é talvez uma questão que esteja ligada a uma dificuldade de cuidados básicos. Agora a negligência além de estar ligada a questões de cuidados maiores, ela tem também uma questão muito cultural, porque existe mais de um tipo, como a negligência de deixar faltar um alimento de direito, ou até mesmo a negligência do limite mesmo (PROFISSIONAL 5).

Ao analisar a fala percebe-se que abandono aparece associado à dificuldade de cuidados básicos. No entanto, chama atenção a palavra “dificuldade”, ou seja, de que a falta de cuidados pudesse decorrer de dificuldades vivenciadas pela família, e não algo assim, proposital. Já a negligência aparece com dois sentidos: o primeiro como sendo a falta de cuidado, possivelmente intencional e o segundo como sendo a falta de limites, da autoridade do pai e da mãe, ou seja, de pessoas adultas.

Buscando ampliar a discussão, é importante considerar que quando se fala ou se identifica uma situação de abandono ou negligência por parte da família, é preciso buscar saber se esta mesma família também já não foi abandonada ou negligenciada pelo Estado, pelas políticas públicas, que historicamente caracterizaram-se pela seletividade e fragmentação. Muitas vezes confunde-se a autoria da violação, ou seja, “o problema não é, em geral, entendido como violação de direitos por parte do Estado, mas sim da própria família. Conseqüentemente, tanto a família quanto a criança são punidas. A criança é retirada de casa e a família percebida (inclusive por ela mesma) como incapaz” (RIZZINI, et al, 2006, p. 20).

Assim como a família pode ter sido negligenciada pelo Estado, também pode ter sido negligenciada por gerações anteriores desta mesma família, constituindo-se num ciclo reprodutivo, especialmente quando não houve uma intervenção externa, ou seja, do Estado. A fala a seguir evidencia esta possibilidade: “Por que na verdade essas pessoas, além do fator econômico, elas têm todo um histórico de negligência porque elas já foram negligenciadas e assim esse problema vem se reeditando nas gerações” (PROFISSIONAL 2).

Como refere Mito (2001), mesmo que a família venha passando por transformações na sua estrutura e composição, as expectativas no que se refere as suas tarefas e obrigações permanecem. No entanto, “é importante pontuar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos” (MIOTO, 1997 p. 121).

No que diz respeito ao rompimento de vínculos familiares e distorção dos papéis familiares, tais situações aparecem nas duas falas abaixo:

“Geralmente os pais são separados, a mãe já tem outro companheiro, o pai já tem outra companheira, então é aquela coisa que os pais não têm um bom relacionamento” (PROFISSIONAL 6).

[...] também há distorção dos papéis familiares, que deveriam proteger e acabam violentando” (PROFISSIONAL 7).

As novas feições assumidas pela família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes, ao avanço da ciência e da tecnologia e aos novos valores que, por esta realidade dinâmica vão sendo construídos e se instaurando do contexto familiar.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implantada em 2004, a família, independentemente das configurações que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Entretanto, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que, nas sociedades capitalistas, a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Para Pereira,

a família não é um grupo natural, mas sim um grupo derivado de uma cultura específica. [...] ela não se constitui por apenas um homem, uma mulher e filhos. Ela é antes uma estruturação psíquica, onde cada um de seus membros ocupa um lugar, uma função (PEREIRA, 1997, p. 18).

Neste sentido, considerando as diferentes ideias e entendimentos sobre família, é possível atribuir a este grupo um conceito que leva em conta não somente seus aspectos naturais, como o número de indivíduos que a compõe e como se organizam, mas também fatores externos que estão relacionados a esta instituição. É necessário pensar que as novas formas de organização familiar, que para muitos dão um novo sentido para a palavra família, estão diretamente relacionadas às mudanças e transformações societárias, seja no aspecto social, cultural, religioso, político ou econômico, mas que acabam influenciando no cotidiano das famílias e nas formas de organização da mesma. Assim, pode-se dizer que as famílias expressam aquilo que a sociedade como um todo está vivenciando, ou seja, novos

valores, novas formas de relação social e de produção, decorrentes do sistema capitalista vigente na sociedade. “Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abalam de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a idéia de um modelo “adequado” (SARTI, 2010, p. 25)

As novas configurações familiares estão cada vez mais presentes na sociedade, necessitando serem debatidas e analisadas para verificar o que isso representa para os indivíduos e mesmo para a sociedade, pois com a crise no mundo do trabalho, as famílias ganham novos contornos e especificidades. Famílias inteiras acabam abaladas pelo desemprego estrutural; os pais perdem seus postos de trabalho; mulheres inserem-se ao mercado do trabalho, não para complementar a renda familiar, mas porque são as principais responsáveis pelo orçamento doméstico. Tudo isto cria, no cotidiano das famílias, uma situação de precarização da capacidade de manterem atendidos e protegidos os seus membros, principalmente crianças e adolescentes, favorecendo a ocorrência de violência contra estes sujeitos.

Nesse cenário, certas necessidades da economia capitalista provocaram mudanças na família. Entre estas, o fato de a família tornar-se uma unidade de consumo e uma nova ideologia de lazer encorajar a família a consumir cada vez mais. Os novos produtos que vão surgindo nas fábricas e indústrias, bem como rápidas mudanças de estilo, contribuem para fomentar uma ideologia de consumismo com efeitos profundos no lar. O movimento das mulheres, resistindo às formas tradicionais de diferenciação de papéis sexuais que restringiam a esposa ao lar e à subserviência aos homens, fazendo com que estas começassem a exigir uma oportunidade igual de trabalho e igualdade de salário, também é fator que contribui para com as mudanças da família, bem como aquelas introduzidas na Constituição Federal.

O crescimento dos divórcios, a diminuição dos índices de casamento formal, a redução do número de filhos e do desejo das mulheres de tê-los, aparecem como outros aspectos significativos da família contemporânea e, por sua vez, favorecem novas configurações e a torna mais complexa. As relações intergeracionais aparecem, hoje, como algo a ser decodificado e administrado pela família contemporânea, uma vez que a cultura dos jovens se expressa com conteúdos bem diferentes daqueles vividos por seus pais, provocando, assim, um embate entre eles (GUEIROS, 2002, p. 110).

Outros aspectos podem ser destacados para expressar o crescimento dos novos arranjos familiares, como: a função de provedor não é mais somente atribuída ao homem, pois a inserção feminina no mercado de trabalho cresce cada vez mais em virtude da própria crise do emprego; a chefia da família também não cabe mais só ao homem, basta verificar o crescimento das famílias monoparentais com chefia feminina; os vínculos de aliança e consanguinidade não são imprescindíveis dentro do processo de formação de uma família; as famílias não mais se constituem exclusivamente pela união de um homem e uma mulher, o que pode ser percebido com a formação de famílias de casais homossexuais (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994).

O debate sobre as situações de violação de direitos que permeiam o grupo familiar é pautado, muitas vezes de forma conservadora, limitando-se, por vezes a culpar a família, excluindo-se da leitura e interpretação da realidade, as necessidades de proteção social da mesma. Desloca-se o debate para o campo moral, o qual passa a vigorar como argumento central para explicar os processos de ameaça e/ou violação de direitos, sobretudo de mulheres, de idosos, de crianças e de adolescentes (PEDERSEN, 2010). Os argumentos moralizantes evidenciam a família, não como grupo social repleto de afetividades, de vínculos e relações de parentesco ou não, dotado de contradições e conflitos e tensões, em que a violência tem se apresentado historicamente nas mais variadas formas. Concebe-se a família, em especial aquela pertencente às classes populares, como a família desestruturada e desorganizada, numa compreensão antidialética da realidade que nega o processo histórico que permeia a vida dos sujeitos.

5.4.3 O Fetiche da mercadoria: consumo como forma de inserção social

Outra determinação da exploração sexual explicitada pelos(as) profissionais entrevistados(as) corresponde ao consumo como forma de inserção social. Nas falas que seguem logo abaixo, estas evidenciam a questão do status, da ambição e da afirmação.

1. Eu acho que é fruto da pobreza e também da ambição em ter alguma coisa dessas que eu pensei. Elas ganharam alguma coisa em troca. Uma como a XXXXX ganhou uma máquina fotográfica, por exemplo (PROFISSIONAL 1).
2. [...] ela fez carnaval e concorreu pra rainha do carnaval e tinha coisas que as outras não tinham. E essa que a gente acabou de falar também, comiam xis, andavam num carro bom. [...] Então para elas representava um status, ter e andar num carro, ter um tênis bom (PROFISSIONAL 1).
3. [...] acho que é bem o que eu disse anteriormente, de quererem buscar recurso para comprar uma roupa diferente, um celular, ou uma maquiagem, um sapato novo, não sabendo distinguir o quanto isso é uma forma de violência pra elas (PROFISSIONAL 3).
4. Eu acho que é aquela coisa do consumo mesmo, primeiro de ter as coisas (PROFISSIONAL 6).

Na primeira fala, percebe-se que o(a) profissional identifica a pobreza como sendo uma das determinações e também a ambição de ter alguma coisa, aspecto este que se repete nas outras respostas. A questão do status e da inserção social aparece na segunda fala, quando se refere a uma adolescente que participou do carnaval e a outra que andava num carro bom. Outro aspecto que chama atenção é quando diz “tinha coisas que as outras não tinham”, trazendo implícito a questão do individualismo e da concorrência, além da possibilidade de se afirmar socialmente diante de quem não tem.

Sobre a vontade e o desejo de “ter as coisas”, faz-se necessário entender como isso se processa na sociedade capitalista, ou seja, como e porque as mercadorias em geral passam a ser tão desejadas pelas pessoas.

Marx, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos problematiza como se constituem as necessidades no interior do sistema da propriedade privada.

Cada homem especula sobre a maneira como criar no outro uma nova necessidade para forçar a novo sacrifício, o colocar em nova dependência, para o atrair a uma nova espécie de prazer e, dessa forma, à destruição. [...] Todo o produto é uma isca por meio da qual o indivíduo pretende enganar a essência da outra pessoa, o seu dinheiro. Toda a necessidade real ou potencial é uma fraqueza que conduzirá a ave para o visco (MARX, 2006, p. 149-150).

Para a reprodução e desenvolvimento do capital, a sociedade em si precisa constantemente criar novas mercadorias e produtos, portanto, novas necessidades. Se a necessidade não for criada, a mercadoria não se realiza, ou seja, não é

consumida. Para a sua realização a propaganda e a publicidade constituem-se em estratégias fundamentais para que a nova mercadoria passe a ser desejada por todos. A publicidade⁵⁵ cumpre a função de atribuir sentido às mercadorias.

Na terceira fala, percebe-se também a influência da moda⁵⁶, que desperta o desejo de aquisição de uma roupa, de um calçado novo, ou algo do gênero, necessitando para isso “buscar recurso”. Nesse sentido, se o consumo é um meio de afirmação social, as estratégias para acessar as mercadorias são diversas, especialmente quando não se tem as condições para tal, ou seja, o dinheiro. Dentre as várias estratégias contestáveis, uma delas pode ser a prostituição, ou como algumas adolescentes se referiram “sair com homens mais velhos”, não necessariamente para ganhar um dinheiro em troca, mas presentes que poderão corresponder ao seu desejo. Nesse mesmo contexto, destaca-se a fala do(a) profissional que evidencia o fato das adolescentes não reconhecerem isso como uma violência para elas. Para Hazeu e Fonseca (1998) a exploração sexual pode ser vivenciada na fase da adolescência como um exercício da autonomia, liberdade e conquista. Diferentemente do que pensam os autores acima, Meneghel et al (2009, p. 425) entende que “a prostituição não é uma expressão da liberdade sexual, mas está intimamente relacionada à violência, exclusão social, dificuldade econômica e cultura sexista e patriarcal”.

O Dossiê Violência de Gênero contra meninas (2005, p. 18) ressalta que “conviver com a violência imposta pela socialização desigual e sexista de gênero desde tenra idade faz com que as práticas abusivas sejam naturalizadas e banalizadas”. Também destaca que a naturalização e a institucionalização das relações violentas facilitam a passividade e a submissão das mulheres, das crianças e adolescentes às situações de violência sofridas, que sequer são identificadas como tal.

⁵⁵ Por meio da publicidade, pretende-se que o consumidor vislumbre uma similaridade entre o produto e o significado cultural que transporta, de modo que se passa a atribuir ao bem de consumo um sentido que existe no mundo culturalmente instituído. Por meio dos bens que cercam as pessoas, inferimos seu status social e as distâncias hierárquicas que nos aproximam ou afastam (GUERRA, 2010, p. 49).

⁵⁶ Guerra (2010, p. 53) refere que a moda é outra importante estratégia de transferência de significados as mercadorias. “A moda tem uma relação imbricada com esta nova configuração social baseada no consumo.

Além disso, Serpa (2010) chama atenção para o fato de que pode haver um distanciamento da realidade das adolescentes com o que tem sido discutido pelas instâncias governamentais, não governamentais e pela sociedade.

[...] avanços com a conquista de novas leis e novas concepções sobre essa realidade ainda não conseguem atingir a adolescente que está diretamente vivenciando essa realidade. A forma como elas entendem o que fazem está coerente com a relação de troca estabelecida pelo capitalismo. Isso, de fato, pode dificultar o entendimento do estar explorada, pois o ganho financeiro adquirido com essa experiência permite sustentar o desejo de consumo, tão mantido e defendido pelo capitalismo (SERPA, 2010, p. 35).

Se o acesso a determinadas mercadorias, serviços e lugares representa status,

os pobres, do mesmo modo que as elites e a classe média descobriram que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade. A identidade na Modernidade é um meio manipulável de realização da pessoa. Cada um é o que parece ser e não o que é “de fato” (MARTINS, 2002, p. 37).

Leal (2013a, p. 5) também corrobora que há uma expansão da ideia do consumo como meio de inserção social, estilo de vida e status⁵⁷. Os meios de comunicação e informação veiculam “valores e princípios de uma sociedade de marcas”, de uma sociedade que se afirma pelas coisas que tem e consome, verificando-se assim uma relação coisificada entre as pessoas. O fato do acesso as mercadorias e serviços se dar de uma forma desigual fortalece “relações de discriminação de classe, de estilos urbanos e comportamentos socioculturais, capazes de despolitizar as diferenças e recriar respostas violentas e bárbaras para os conflitos”.

⁵⁷ “Transformam a prática do consumo numa espécie de afirmação de identidade burguesa, de “liberdade” e de “inclusão social” do cidadão, despolitizando a crítica de algo absolutamente desigual, híbrido e contraditório, que são as relações de consumo na sociedade capitalista contemporânea” (LEAL, 2013a, s/p.).

Novos referenciais são construídos pelos apelos de marketing, de consumo, de expressão da libido e do prazer, do indivíduo, da competitividade, da solução do conflito pela força do “herói”, principalmente através da TV. [...] Essas referências apelam a um agir massificado, substituindo a imagem de si, a construção de sua identidade de sujeito, pela imagem de marca. Ao invés de se colocar como sujeito de relações sociais significativas afetivas, familiar ou socialmente, as pessoas se colocam como portadoras de uma marca, seja Nike, Benetton, Mercedes, Coca-Cola ou outra qualquer (FALEIROS, 1998, p. 13-14).

Serpa (2010, p. 35), ao analisar o processo de aproximação de adolescentes à prática da exploração sexual, abordando como elas percebem essa prática e quais elementos fizeram parte desse processo, também evidencia que a exploração sexual está atrelada a possibilidade de ter acesso ao consumo, não só em relação aos bens materiais, mas também a locais que lhe proporcionassem lazer: “Aí eu fui de carro com ele e com a minha irmã. Fomos para um bar para tomar cerveja e nos divertimos bastante (Participante A, 17 anos)”.

A autora ainda refere que “ao relacionar a prática a uma possibilidade de aquisição financeira, relatam sentimentos de contentamento por favorecer o acesso ao que desejam como roupas, diversão, drogas, etc.” (SERPA, 2010, p. 35).

O Relatório da CPMI (2004) destaca que não somente crianças e adolescentes pobres percebem na exploração sexual a possibilidade de acesso ao consumo. “A necessidade desenfreada do consumo de bens e serviços de alto custo financeiro e o impulso de responder a isso pode levar à exploração sexual das próprias adolescentes das camadas médias que buscam realizar o desejo de consumo” (ROSÁRIO, 2004, p. 28-29).

5.4.4 As relações de coisificação

Na sociedade de mercado, onde tudo vira negócio e possível de ser consumido, as relações sociais assumem características de relações entre coisas (coisificação). “O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2008, p. 125).

A violência cometida contra as crianças e adolescentes abrange várias situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos, sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos, na qual a pessoa (no caso a criança e / ou o adolescente), que é um dos polos da relação, passa por um processo de desumanização, perde suas características humanas e passa a ser objeto dos desejos do outro, daquele que tem mais poder sobre ela / ele, relações assimétricas de poder são instituídas (LIBÓRIO, et al, 2007, p. 148).

Esta coisificação e banalização também são evidenciadas pelos(as) profissionais como determinações da exploração sexual, ou seja, crianças e adolescentes passam a ser um bem mercantilizado, ou seja, uma mercadoria com valor de uso e valor de troca. “[...] a questão cultural, que a mulher tem, assim pensando nas meninas, a banalização, essa coisificação do corpo da mulher como mercadoria” (PROFISSIONAL 7). Quando uma pessoa consome serviços sexuais de crianças e adolescentes, o faz alheio às implicações sociais e humanas que essa prática envolve, ou seja, coisifica o social” (LEAL, 2013b, s/p).

A lógica da exploração sexual é a da total desconsideração com os sentimentos, necessidades e a própria existência com a natureza humana da vítima, processo pelo qual se desumaniza quem é atingido, destruindo sua identidade pela transformação desta pessoa em mercadoria, em objeto. Não apenas o seu corpo é instrumentalizado, subjugado, mas todo o ser o é a partir da violação do seu corpo (ROSÁRIO, 2004, p. 01).

Esta relação de coisificação em relação à mulher também precisa ser compreendida pela perspectiva de gênero. Como refere Mackinnon (apud SCOTT, (s/d, p. 9) “a reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto”.

Muitos são os mecanismos que reforçam a condição de objeto sexual das mulheres, condição esta que vai sendo apreendida e assimilada por meninas ainda crianças ou adolescentes. Como exemplo desses mecanismos pode ser citado as campanhas de cervejas que “com um grau de liberdade sem limites oferecem mulheres e cervejas geladas como uma única mercadoria para homens que buscam o prazer” (MELO, 2010, p. 19).

A mesma autora refere que tais campanhas têm um efeito bastante negativo sobre meninas e meninos que são facilmente seduzidos pelos apelos dessas

propagandas. “A explícita “coisificação” da mulher nesse tipo de propaganda produz perversa influência na construção do imaginário das novas gerações” (MELO, 2010, p. 19). Rosa Fischer (2001, p.16) argumenta que a televisão e, de modo mais abrangente, a mídia, apresenta-se como "um lugar privilegiado de aprendizagens diversas; aprendemos com ela desde formas de olhar e tratar nosso próprio corpo até modos de estabelecer e de compreender diferenças de gênero".

A imagem de uma mulher, que segue determinados padrões de beleza e que se apresenta seminua numa capa de revista, na televisão ou no site da internet, constitui-se numa importante estratégia do mercado para atrair os consumidores. O forte apelo da mídia em relação ao corpo da mulher faz com que a própria mulher, sem perceber reproduza essa ideia vendida pelos meios de comunicação. Como referem Lopes e Maia (1993), o corpo e a sexualidade têm sido usados exaustivamente para divulgar e vender “desde sabão em pó até toalhas de banho”, tornando-se produto consumível.

Ainda sobre os padrões de beleza é importante destacar que a construção social de uma identidade feminina está calcada, nos dias atuais, "quase que exclusivamente na montagem e escultura desse novo corpo [...] um corpo cirúrgico, esculpido, fabricado e produzido, corpo que é o centro das atenções e fetiche de consumo" (DEL PRIORE, 2000, p. 96). A preocupação com a beleza e com a aparência também é percebida em relação às meninas. “Elas frequentam cada vez mais cedo as academias de ginástica, se submetem a cirurgias plásticas, fazem dietas, [...] tudo em nome da beleza (FELIPE; GUIZZO, 2003, p. 127)

Imagens de crianças e adolescentes veiculadas pela mídia, que antes eram representadas pela pureza e pela ingenuidade, também se transformam. São substituídas por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas. [...] “as crianças têm sido alvo de um forte apelo comercial, sendo descobertas como consumidoras e, ao mesmo tempo, como objetos a serem consumidos” (FELIPE; GUIZZO, 2003, p. 120). Landini (2000, p. 29) ressalta que "não é difícil encontrar propagandas e anúncios onde a criança é mostrada em pose sensual ou em um contexto de sedução".

Nesse sentido, percebe-se o quanto a sociabilidade capitalista⁵⁸ reforça a desigualdade de gênero, a condição de objeto da mulher, seja ela adulta, criança ou adolescente. Tal condição, enraizada historicamente, nas relações interpessoais, sociais e culturais, são fortalecidas pelo mercado.

Na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Considerando que o modo de pensar e agir é determinado na dinâmica complexa e contraditória entre sociabilidade e individualidade, podemos verificar a prevalência de indivíduos despotencializados em sua criatividade, em sua capacidade reflexiva, reproduzindo práticas que reiteram processos de alienação e de subalternidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Com base no exposto percebem-se os limites e desafios existentes para a proteção de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo em que leis são criadas e aprimoradas; programas, projetos e serviços são implementados e campanhas são realizadas condenando qualquer tipo de relação sexual envolvendo um adulto e uma criança, convive-se, contraditoriamente, com a produção de imagens erotizadas das crianças (FELIPE; GUIZZI, 2003). Principalmente na internet, não é difícil encontrar sites de pornografia em que fotos e vídeos de adolescentes são expostos. Estes são facilmente encontrados e identificados pela categoria “teen”, ou seja, adolescente.

5.5 O trabalho realizado pelo PAEFI

Sobre as modalidades de atendimento disponibilizadas pelo PAEFI nos casos de exploração sexual de adolescentes, pode-se observar que estas se organizam em ações ou atividades de acolhimento, denúncia como medida protetiva, atendimento psicológico para as vítimas, acompanhamento social e familiar e encaminhamentos para a rede de atendimento. Abaixo um quadro com falas dos(as) profissionais que evidenciam estas modalidades:

⁵⁸ “Em cada conjuntura sócio-histórica é preciso, portanto, analisar os elementos de determinação do ponto de vista econômico, político e cultural que incidem na vida cotidiana dos indivíduos e estruturam valores, modos de pensar, de ser e agir. Ou seja, trata-se não apenas de reconhecer quem tem poder e visibilidade, mas em quais condições materiais foram alicerçados e são efetivados” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Quadro 09 – Modalidades de atendimento disponibilizadas pelo PAEFI

Modalidades de atendimento	Respostas dos(as) profissionais
Ações ou atividades de acolhimento	<p>“De imediato um acolhimento” (PROFISSIONAL 7).</p> <p>“Por primeiro acontece a visita domiciliar, e quem realiza é a assistente social e a psicóloga com o intuito de preencher o prontuário social (condições da casa, renda familiar e para marcar o primeiro atendimento, por exemplo). Depois incide a entrevista com o responsável aqui no CREAS, e quem realiza a entrevista é a psicóloga da instituição” (PROFISSIONAL 4).</p>
Denúncia como medida protetiva	<p>“Primeiramente a questão da proteção, desde a questão da segurança, há toda uma denúncia daquela situação, nós precisamos da segurança porque é algo importante pra evitar que o abusador ou o explorador fique mais violento, explore mais” (PROFISSIONAL 5).</p>
Atendimento psicológico para as vítimas	<p>“O atendimento individual às vítimas. O atendimento psicológico individual (PROFISSIONAL 2)”.</p> <p>“Participam das oficinas quando elas vêm para o atendimento psicológico. [...] Elas vêm para as oficinas, ficam nas oficinas, são atendidas pela psicóloga e depois voltam para as oficinas” (PROFISSIONAL 1).</p>
Acompanhamento social e familiar	<p>“[...] fazemos o acompanhamento familiar, que são as visitas do assistente social, tendo também o grupo de cuidadores que também é assistente social que faz. [...] É o grupo que se reúne semanalmente no CREAS com os familiares que estão com as vítimas, mas como a gente não estava tendo muito adesão, pois eles não compareciam, muito por conta da distância, agora é a Assistente Social que está fazendo nos CRAS. Convidamos e então usamos o espaço do CRAS, mas é um grupo do CREAS” (PROFISSIONAL 2).</p> <p>“[...] o CREAS tem o grupo de Pais e Responsáveis que aborda todos os casos que chegam até a instituição, entretanto não convidou as vítimas de exploração sexual para participar. O CREAS não tem um grupo específico para atender os casos de exploração sexual” (PROFISSIONAL 4).</p>
Encaminhamentos para a rede de atendimento	<p>“Vê inicialmente se é adolescente, se participa de algum projeto como curso profissionalizante no turno inverso, o Pro Jovem, encaminha pra cursos, para o CAPS, se suspeitar de uso de drogas. Vai para a saúde quando for um caso clínico depressivo. É encaminhado então pra rede” (PROFISSIONAL 6).</p> <p>“Depois os encaminhamentos de proteção mesmo, delegacia, CT, juiz, pareceres técnicos, tudo isso a gente faz” (PROFISSIONAL 5).</p>

Fonte: Pedersen (2013)

No que se refere às atividades de acolhimento é importante destacar que “o uso sistematizado do conceito e a produção científica a ele vinculada foram utilizados a partir da Saúde Coletiva e mais especificamente em Atenção Primária à

Saúde (APS) e datam do início da década de 1990” (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 241). Para Silva Júnior e Mascarenhas (2006) o acolhimento pode ser pensado a partir de três dimensões: como postura, como técnica e como princípio de orientação de serviços⁵⁹. Para as Assistentes Sociais Lewgoy e Silveira (2007, p. 242-243), o acolhimento, no contexto de uma entrevista, por exemplo, desencadeia

[...] um espaço de mediação no qual há responsabilização e criação de vínculos entre o usuário e a instituição, ali representada pelo profissional. Assim, o acolhimento não se limita ao ato de receber, ouvir, mas a uma sequência de atos que buscam a intervenção resolutiva. A resolutividade diz respeito ao uso de toda tecnologia disponível para atender à demanda ligada à integralidade do usuário, tanto na dimensão individual como na coletiva. [...] O acolhimento, muito embora aqui esteja sendo tratado como uma técnica, também é processo, é transversal às demais técnicas, compondo a tecnologia de construção de sujeitos que se reconheçam como portadores de direito.

A escuta e o acolhimento auxiliam no processo de desvendamento e clarificação da demanda. “Acolher implica escutar, aceitar a verdade subjetiva para o sujeito, sem crítica ou julgamento” (CRUZ, 2009, p. 240).

Em relação ao PAEFI, a segurança de acolhida aos usuários significa

Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; Ser estimulado a expressar necessidades e interesses; Ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violações e riscos sociais; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Ser orientado e ter garantida efetividade nos encaminhamentos (BRASIL, 2009, p. 20-21).

Sobre a denúncia evidenciada pelos(as) profissionais, é importante evidenciar alguns dos principais mecanismos criados e implementados para este fim. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, começaram a ser criados e implementados nos municípios brasileiros os Conselhos Tutelares, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Como refere o artigo 13 do ECA, “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados

⁵⁹ Ver texto “Avaliação da Atenção Básica em Saúde sob a ótica da Integralidade: aspectos conceituais e metodológicos” de Aluísio Gomes Silva Júnior e Monica Tereza Machado Mascarenhas.

ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990).

Além do Conselho Tutelar, as denúncias também podem ser realizadas no Disque Direitos Humanos – Disque 100⁶⁰, em funcionamento desde maio de 2013. O serviço é coordenado pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) que recebe e encaminha denúncias de violação de direitos humanos recebidas de todos os estados brasileiros.

As denúncias de violações de Direitos Humanos contra Crianças e Adolescentes registradas no Disque Direitos Humanos são examinadas e encaminhadas para os serviços de atendimento, proteção e responsabilização do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Adolescência presentes nos estados e municípios. Os principais parceiros são os Conselhos Tutelares, os órgãos da segurança pública (Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal) e Ministério Público (BRASIL, 2011d, s/p).

No que se refere à exploração sexual, o Relatório do Disque 100 do ano de 2011, apresenta um gráfico que apresenta a distribuição das vítimas em porcentagem, por sexo e por tipo específico de violência sexual ocorrida. Em todas as modalidades de violência sexual apresentadas, as vítimas de sexo feminino são a grande maioria chegando a 80% nas situações de exploração sexual (maior porcentagem). Além disso, a exploração sexual é o segundo tipo de violência sexual com maior número de registros (BRASIL, 2011).

Quanto ao atendimento psicológico, destaca-se que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ao contextualizar o trabalho social essencial a ser desenvolvido pelo PAEFI apresenta, dentre as várias atividades, a necessidade do atendimento psicossocial.

⁶⁰ “O Disque 100 funciona 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias podem ser anônimas, o sigilo é garantido. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100; ou pelo site www.disque100.gov.br. No exterior, as denúncias as denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes podem ser feitas pelo número telefônico pago 55 61 3212.8400 ou no endereço eletrônico: disquedenuncia@sdh.gov.br” (BRASIL, 2011d, p. 3).

O atendimento psicológico deve compor a atenção psicossocial, que tem por objetivo efetuar e garantir o atendimento especializado e em rede a crianças e adolescentes em situação de violência e a suas famílias. Esse atendimento tem por princípio a prioridade absoluta, em razão da condição peculiar de desenvolvimento dos sujeitos. Visa também o fortalecimento da autoestima, além do restabelecimento de direito da criança/adolescente à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida. Deve possibilitar a superação da situação de violação de direitos, além da reparação da violência sofrida. As ações devem estar voltadas para a interrupção do ciclo da violência, para a redução de danos sofridos e para a construção de condições de proteção e de autonomia das pessoas em situação de violência (NEVES et al, 2010, p. 102).

Quanto ao atendimento social e familiar os(as) profissionais evidenciam a existência de um grupo para pais e responsáveis, no entanto, este não contempla a demanda da exploração sexual. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevê em relação ao PAEFI um trabalho de orientação sociofamiliar, apoio à família na sua função protetiva, estímulo ao convívio familiar, grupal e social. Nesse sentido, a intervenção grupal constitui-se como possibilidade de realização desse trabalho.

O trabalho de grupo pode ocorrer a partir de diferentes perspectivas, como por exemplo, grupo terapêutico, grupo operativo, grupo sócio-educativo⁶¹, entre outros.

Pensar o grupo na perspectiva sócio-educativa desenvolvida em instituições é valorizar uma prática que sempre foi realizada pelo assistente social, porém hoje, com foco não somente na participação e organização para defesa de direitos, mas também no fortalecimento dos vínculos afetivos da família e de seus membros. [...] No trabalho com a família e/ou com seus representantes é fundamental o fortalecimento de vínculos entre seus membros e entre o protagonismo de cada um (SIQUEIRA, 2008, p. 5-6).

Ainda com relação ao grupo sócio-educativo, Mito (2004, p. 10) evidencia as ações de caráter sócio-educativo. Estas “estão relacionadas àquelas que, através da informação, da reflexão, ou mesmo, da relação, visam provocar mudanças (valores, modos de vida)”. No Serviço Social a ênfase nas ações sócio-educativas é

⁶¹ O Ministério do Desenvolvimento Social, em seu guia de orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, afirma que: “O grupo sócio-educativo para as famílias é um excelente espaço para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades. Contribui para oferecer aos cidadãos a oportunidade de melhor viver os seus direitos dentro de um contexto de proteção mútua, afeto, desenvolvimento pessoal e solidariedade (BRASIL, 2006a, p. 39).

prioritária, visto que a profissão “se institucionaliza e desenvolve na sociedade capitalista, como ação de cunho socioeducativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas” (CARDOSO E MACIEL, 2000, p. 142).

Enquanto interage, o indivíduo se revela e se descobre como outro, vive sua singularidade, se diferencia dos demais. O contexto intersubjetivo traz consigo o lugar social do indivíduo, a cultura, os conflitos, a ideologia, as histórias e as relações de poder. No contexto de grupo, o sujeito se vê como semelhante e, ao mesmo tempo, como singular, como diferente. Ao reconhecer o outro como humano, ele mesmo se reconhecerá como tal. A referência para pensar a ação, a situação individual e coletiva, as necessidades, passa a ser o grupo (PETERS; PEREIRA; SOARES, s/d, p. 8).

Além de um grupo para os pais e responsáveis das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, é importante que seja criado e desenvolvido um grupo para as próprias vítimas desta forma de violência. Gatti e Andréa (2012, s/p) apresentam uma experiência de trabalho em grupo com mães adolescentes em risco de exploração sexual. Referem que o atendimento em grupo “tem proporcionado efeitos promissores, pois é nesse momento que as adolescentes conseguem lidar com os sentimentos de impotência, frustração, amor e ódio, hostilidade, vergonha, preconceitos, entre outros”.

O grupo realiza a escuta, a reflexão dialoga e troca experiências. Possibilita-se, assim, a criação de um espaço de comunicação e aprendizagem em que é possível, para cada membro, enxergar a si, sua família e seus pares em seus diferentes ciclos de vida e diante das questões sociais que os afligem (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2010, p. 132).

As autoras também destacam a importância de, nesses momentos, estimular a discussão sobre direitos sociais, capacitação e formação para o trabalho, direito à assistência, direito ao acesso e à participação nos bens culturais e de lazer na cidade, entre outros que permitam a reflexão sobre a busca do exercício da cidadania.

Por fim são evidenciados alguns encaminhamentos realizados pelos(as) profissionais do PAEFI para a rede de atendimento. Com base na Tipificação

Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAEFI deve se articular com os Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Serviços das políticas públicas setoriais; Sociedade civil organizada; Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Sistema de Segurança Pública; Instituições de Ensino e Pesquisa; Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias (BRASIL, 2009).

Considerando as modalidades de atendimento prestadas aos usuários em situação de exploração sexual e seus respectivos familiares, os(as) profissionais também evidenciaram os resultados decorrentes do trabalho realizado. Com base na análise das respostas dos(as) profissionais, pode-se observar que estes se referem a resultados mais gerais, que decorrem da existência do serviço, bem como a resultados obtidos a partir do atendimento e acompanhamento disponibilizado especialmente às vítimas. Além disso, é possível observar nas respostas, alguns dos limites encontrados a partir do trabalho realizado com as famílias, bem como o apontamento de alguns desafios para a ampliação desses resultados.

No que se refere aos resultados mais gerais foi evidenciado a importância da existência do CREAS e mais especificamente do PAEFI, já que por muito tempo, crianças e adolescentes ficaram desassistidas pelo Estado no que diz respeito a políticas públicas de atendimento e enfrentamento às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como de outras situações de violação de direitos. Este aspecto se evidencia na seguinte fala:

Um dado positivo é a abertura desse espaço, isso é realmente inevitável. Até então você não tinha esse espaço de proteção, passar a ter, é um dado positivo por si próprio. [...] Em minha opinião, nós criamos uma ferramenta social indispensável, ou seja, tem o CREAS, tem o atendimento e a proteção que as pessoas podem utilizar, que até então não tinha e isso é fundamental, é o mais importante (PROFISSIONAL 5).

A existência do serviço também é reconhecida enquanto possibilidade de dar visibilidade à demanda da violência sexual contra crianças e adolescentes, o que tem repercutido inclusive não na redução dos casos de violência sexual, mas no aumento da demanda.

Agora por exemplo, considerando as estatísticas, a gente não tem diminuído o abuso, ele tem aumentado. Porém isso para nós não é o mais importante, pode aumentar o quanto for, enquanto a gente possa atender. Além do mais entra aquela coisa do segredo social e se tu podes furar esse segredo, não interessa a estatística, interessa o furo. Furar essa questão (PROFISSIONAL 5).

Outros resultados indicam a contribuição do atendimento e acompanhamento disponibilizados especialmente às vítimas da violência sexual. Observa-se que estes resultados aparecem como sendo decorrentes do atendimento psicológico, que contribuem para o fortalecimento das vítimas e a consequente revelação da violência sofrida; para amenizar as consequências emocionais da violência, bem como o sentimento de culpa por parte das vítimas; para que a vítima possa compreender seus sentimentos e emoções e também a contribuição do atendimento no que se refere a mudanças de comportamento. Abaixo algumas falas que evidenciam esses resultados:

1. Porque no atendimento psicológico a gente percebe que as meninas ficam bem fortalecidas (PROFISSIONAL 2).
2. Ela ficou mais fortalecida no momento em que ela teve coragem de contar tudo, por que antes ela vinha e negava (PROFISSIONAL 2).
3. Alguns profissionais como no caso da XXXXXX conseguiram que ela falasse, mas ela devia dar continuidade, pois depois ela voltou atrás no seu depoimento (PROFISSIONAL 1).
4. Nós trabalhamos pra diminuir o impacto da violência na subjetividade das pessoas (PROFISSIONAL 2).
5. Então nós atendemos as adolescentes para mostrar a elas que estavam vulneráveis e que os adultos é que tinham que ter a capacidade de discernir entre o certo e o errado, sendo elas as vítimas. Tentamos assim, amenizar esse sentimento de culpa que elas têm (PROFISSIONAL 7).
6. Sim, porque no atendimento é só uma mudança comportamental (PROFISSIONAL 1).
7. A XXXXXX teve um avanço muito bom. Porque ela brigava com todo mundo, ela batia em todo mundo, mas ela conseguiu evoluir daquela vulgaridade que ela tinha (PROFISSIONAL 1).

Também foi possível observar na fala dos(as) profissionais alguns limites encontrados a partir do trabalho realizado com as famílias, mais especificamente o trabalho de grupo realizado com estas. “Com relação às famílias dependemos da presença dessas pessoas nos grupos, o que tem sido complicado” (PROFISSIONAL 2). Na fala do(a) profissional é possível perceber que este(a) atribui importância ao

grupo, de que os resultados em relação à família dependem de sua participação, no entanto evidencia as dificuldades e/ou limites dessa participação. Ao mesmo tempo reconhece que quando há a participação da família, as dificuldades em obter mudanças permanecem.

Até essa mãe dessa menina sempre participou dos grupos. [...] e assim eu fico pensando, até que ponto a gente consegue realmente efetivar a mudança na vida das pessoas quando as pessoas não querem, [...] se o sujeito não está disposto. Por mais que ela frequentasse os grupos, ela não conseguiu ser protetora da filha (PROFISSIONAL 2).

Nesta fala é possível perceber novamente a grande importância atribuída ao grupo. Em relação à mãe a qual o(a) profissional se refere, esta não teria conseguido desempenhar o seu papel de proteção devido à falta de interesse. No entanto ressalta: “mas penso que ela não consegue proteger essa filha, porque ela não consegue nem se proteger desse homem ” (PROFISSIONAL 2).

Com base nesta última fala, observa-se que mesmo atribuindo importância ao grupo, o(a) profissional reconhece a situação de vulnerabilidade da mãe para proteger e proteger-se, sinalizando assim os limites do trabalho realizado, ou seja, as mudanças e resultados, não dependem unicamente de um serviço ou de uma atividade. Podem existir demandas mais complexas, que imediatamente não são desvendadas e mesmo quando identificadas precisam do suporte e de respostas das várias políticas sociais.

Ao analisar a atenção destinada à família nos espaços institucionais, Miotto (1997, p. 123) destaca que “é a família como um todo e não apenas um membro dela que necessita de atenção”. A autora ainda complementa: “[...] à medida que a ação profissional se volta para o problema individual, a tendência é exigir das famílias determinadas mudanças. Dado o comprometimento da estrutura familiar, o grupo não tem condições de efetuar as mudanças” (MIOTTO, 1997, p. 125). Quando o(a) profissional refere que é difícil efetuar mudanças na vida das pessoas quando estas não querem, é preciso considerar que “muitas vezes, dada a sua problemática, o grupo familiar não consegue usufruir do atendimento que lhe é oferecido” (MIOTTO, 1997, p. 125), o que exige dos serviços e dos profissionais o planejamento de

diferentes estratégias de intervenção junto à família bem como do suporte da rede de atendimento.

Outro(a) profissional também destaca os limites presentes no trabalho, especialmente no que diz respeito ao seu alcance, às suas possibilidades: “Não tem psicólogo, por exemplo, que vai curar do abandono, a gente pode facilitar, agilizar a ida para a família” (PROFISSIONAL 5). Percebe-se na fala o entendimento de que os serviços e os profissionais que neles atuam contribuem para viabilizar, garantir o direito, e em relação ao exemplo apresentado, contribuir para minimizar o sofrimento causado pelo abandono.

Ainda com relação às dificuldades, destaca-se que durante a entrevista com os(as) profissionais foi aplicada uma pergunta direcionada objetivamente a esta questão, emergindo assim outros aspectos, para além dos que já foram indicados até aqui. A negação da situação de exploração sexual por parte das vítimas e dos familiares, acompanhado da infrequência aos atendimentos seria um dos entraves. Tal negação é justificada pelos(as) profissionais pelos seguintes motivos: “muitas vezes a vítima nega, com medo da família, não assume. Porque dentro dessa negação tem o medo das consequências, medo de perder o meio de sobrevivência ou o prazer, não se sabe ao certo” (PROFISSIONAL 1).

Além da negação, foi evidenciada a dificuldade de chegar até os casos de exploração sexual: “O principal empecilho é dificuldade em chegar até os casos e quando se chega até eles, verifica-se que vem à tona maquiados como abusos e não como exploração sexual, sendo que as meninas ainda escondem informações” (PROFISSIONAL 7). Questionou-se para o(a) profissional porque os casos chegavam “maquiados” e este(a) referiu que “é para a família não se responsabilizar. Essa semana eu atendi um caso onde a menina queria falar e não podia porque a avó estava presente. [...] Então o caso chega assim: o vizinho passou a mão, etc.” (PROFISSIONAL 7).

Outro aspecto que na visão dos(as) profissionais pode contribuir para essa negação e também para a infrequência dos usuários aos atendimentos é a percepção destes em relação aos serviços, ou seja, de que estes ao invés de proteger, controlam, se objetivam numa perspectiva polícial, fiscalizatória.

Eu penso que por ser um encaminhamento judicial, eles nos veem também como mais um lugar onde a lei vai estar se impondo na vida deles, então fica bem complicado assim o vínculo. [...] É mais um órgão, ela vai na delegacia conta a situação dela, vai no conselho tutelar, conta, vai às vezes na promotora, vai no juiz, vem aqui, faz aquele exame de corpo delito que é um horror e aqui é só mais um lugar, até que a gente consiga estabelecer o vínculo com esses pacientes, com essas meninas, é bem difícil. É mais um lugar que elas têm que esconder quando a exploração é no caso no sentido da escolha delas (PROFISSIONAL 2).

A última frase da fala sinaliza que a negação, especialmente quando é da vítima, não é motivada só pela pressão da família, como verificado anteriormente, mas por uma aparente “escolha” da adolescente. A fala também evidencia a possibilidade de ocorrer um processo de revitimização, já que as vítimas precisam relatar o ocorrido para diferentes profissionais e instituições. Silva (2007) destaca que os mecanismos burocráticos, ao fazerem a criança narrar repetidas vezes o ocorrido, muitas vezes para pessoas não qualificadas, tira o foco da intervenção e pode atuar como outro fator de revitimização da criança.

O tempo de trabalho necessário para se obter resultados também foi apontado como uma dificuldade. “Até conseguirmos fortalecer o vínculo e fazê-las se darem conta de que isso não é bom pra elas, às vezes vão anos, ou até mesmo certas vezes não conseguimos porque elas conseguem escapar antes” (PROFISSIONAL 2). Também ressalta que há dificuldades de perceber os resultados a partir do trabalho realizado. Já outro(a) profissional compreende que os resultados não são imediatos: “Eu acho que a gente ainda está operacionalizando esses resultados” (PROFISSIONAL 5).

A negligência da família apareceu novamente:

Uma das maiores dificuldades são mesmo os pais. Eles geralmente são muito permissivos. [...] Mesmo sendo intimados não vêm, pode até pedir um apoio para o juiz e mesmo assim eles não comparecem, não basta nem a lei por exemplo. É uma negligência muito grande e isso é um problema sério. Essa dificuldade da família apoiar o jovem é o entrave mais grave (PROFISSIONAL 5).

O/a profissional se refere, especialmente, a falta de presença e participação das famílias junto ao serviço, principalmente quando são chamados e/ou intimados para comparecer na instituição. Volic e Baptista (2005, p. 4) salientam que a

negligência pode ser percebida em todos os aspectos da relação entre os sujeitos, “principalmente quando existe uma dependência de cuidados e de proteção de uns em relação a outros”, quando “necessidades específicas de uns só podem ser supridas por seus cuidadores”. Nesse sentido, uma pessoa, a família, o Estado, a sociedade e as instituições, podem ser os sujeitos da negligência, “a quem é atribuída a responsabilidade dos cuidados”.

Neste caso, faz-se necessário desvendar os motivos que explicam a falta de participação e/ou ausência da família. Reside aí, a aparência que envolve por vezes, um conjunto de situações sociais de vulnerabilidade que atingem as famílias. No atendimento das situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, estes não são os demandantes exclusivos da atenção e intervenção do Estado. Apesar da proteção às crianças e adolescentes ser de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família, esta última também demanda atenção por parte das políticas públicas, manifestando essa necessidade de várias formas, inclusive não acompanhando o trabalho realizado pela rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

As lacunas existentes nos documentos de caracterização da violência, assim como observado durante a realização da pesquisa, também foi sinalizado por um dos(as) profissionais, como um dificultador.

[...] aquilo que nós estávamos comentando, dos nossos dispositivos de caracterização. Geralmente o que permanece é o mais genérico assim, a negligência, o abandono, e como consequência, a exploração também. Talvez haja a necessidade de uma discriminação mais técnica mesmo (PROFISSIONAL 5).

Outro aspecto preocupante, diz respeito às precárias condições de trabalho, presentes no dia-a-dia da instituição e que se evidenciam nas falas a seguir:

Essa questão do transporte também dificulta, pois nós não temos carro próprio, só o temos um dia e meio na semana, na terça de manhã e na quarta-feira o dia todo. Se surge um caso na quinta-feira, temos que esperar até a terça-feira da semana seguinte para verificarmos. Claro que às vezes o pessoal do Conselho liga e nos levam junto (PROFISSIONAL 6).

Outra dificuldade também é a falta de profissionais e de material. Nós só temos um computador, uma impressora que não está limpa, ainda há falta de papel higiênico, que fazia três (3) semanas que pedíamos e não mandavam, falta copo descartável para as crianças tomarem água, lanche para as crianças que chegam e talvez nem tenham o que comer em casa. Você deveria ter um lanche ou alguma coisa para oferecer, até como aquela forma de acolhida. A realidade é assim e demora até um (1) mês para vir o que é solicitado (PROFISSIONAL 6).

[...] a gente não tem muita estrutura pra fazer um atendimento adequado, não tem muito material, não tem oficineiro, nem material adequado para atender as crianças pequenas, não tem carro pra fazer visita, às vezes tem às vezes não tem. Esse público necessita de busca ativa e constante, pois eles não vêm de forma espontânea para o serviço (PROFISSIONAL 7).

Com base nestas falas, percebe-se que os principais elementos que precarizam as condições de trabalho dos(as) profissionais do PAEFI, referem-se a falta de infraestrutura material e humana. Para uma instituição que atende cotidianamente indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, com seus direitos violados, o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários deve se colocar como prioridade estratégica todos os dias. Uma intervenção de qualidade não depende apenas de profissionais competentes e qualificados, mas de adequadas condições de trabalho. Para isso há necessidade, de que no mínimo, os recursos direcionados para as políticas públicas sejam utilizados, na sua máxima capacidade, para estruturar os serviços de atendimento à população. Além disso, é necessária uma gestão comprometida com a política, com os usuários e com os profissionais, já que isto também foi apontado como uma dificuldade.

Você viu como é lá, é bem precário. Porque se nós tivéssemos acesso à verba que vem, acredito que seja em torno de sete (7) mil reais por mês, nós faríamos muita coisa. É descaso total. [...] Vem dinheiro para o CREAS, para as medidas, para comprarmos material de expediente, para contratarmos pessoas, mas não temos acesso a esse dinheiro (PROFISSIONAL 6).

A fala indica a possibilidade de que os recursos previstos para o CREAS sejam utilizados e/ou redirecionados para outras finalidades, ou seja, não são aplicados de forma correta e transparente. Diante disso, ressalta-se a importância das instâncias de controle social, nesse caso em específico, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estes precisam estar qualificados

para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultados políticos (RAICHELIS, 2006, p.11).

Para a ampliação dos resultados, considerando o trabalho realizado pelo PAEFI, foi possível observar também que os(as) profissionais evidenciaram pelo menos três desafios. O primeiro deles perpassa pela questão da intersectorialidade das políticas e a necessidade de realização de um trabalho preventivo, considerando os jovens em situação de risco.

Quando o trabalho vem associado com outras políticas, certamente o resultado é melhor. Por exemplo, o próprio CRAS do qual você tem o mapeamento, a gente pretende fazer, principalmente com os jovens em situação de risco um trabalho de inclusão social, profissionalizante, várias atividades que tenham um início, um meio e um conseqüente fim. Então é fundamental essa interdependência com outros setores. [...] quando a gente chega a esse patamar, certamente reduz bastante essa questão da exploração sexual (PROFISSIONAL 5).

O(a) profissional refere que os resultados serão maiores quando o CREAS realizar um trabalho em conjunto com outras políticas sociais, bem como com a própria política de assistência social, no seu nível de proteção social básica, especialmente no que se refere a um trabalho preventivo e que implicará na redução da demanda de exploração sexual. Pode-se dizer que para o(a) profissional, o resultado depende de respostas mais concretas para as causas da violência.

Schutz e Mioto (2010, p. 60) referem que a política pública brasileira possui uma configuração fragmentada e desarticulada, o que “impossibilita o atendimento das necessidades da população em sua integralidade”. Junqueira (2004, p.27) também acrescenta que “cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais [...]”. No entanto, há que se destacar que as diversas necessidades sociais

vivenciadas pela população, não se apresentam de forma fragmentada, mas sim inter-relacionadas.

Nesse sentido, faz-se necessário que as políticas sociais realizem um trabalho intersetorial⁶², sendo este compreendido como a “construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um só setor de governo ou área de política pública” (MONNERAT; SOUZA, 2011, p. 42).

O Segundo desafio consiste em tornar o PAEFI uma referência de proteção social para as pessoas que dele possam necessitar. Compreendem que isso também é processual, uma questão de tempo e de trabalho, visto que ainda é algo recente para a população. “Um segundo momento é a inclusão do nosso serviço na vida dessas pessoas que necessitam, é um segundo passo que devemos dar, fazendo com que elas identifiquem a real importância desse espaço como um espaço de proteção” (PROFISSIONAL 5).

O terceiro desafio diz respeito à necessidade de qualificação da equipe e do serviço.

Ter uma equipe mais qualificada, oficinas que atraem o público juvenil é imprescindível, não adianta trazer aqui e só conversar com eles. A gente pensou aqui questões ligadas à arte, grupo de dança, que tenha a ver com o jovem e ao mesmo tempo a gente possa ali conversar sobre alguma coisa a mais. [...] a questão da capacitação do grupo, de terem um instrumental de leitura, de leitura técnica (PROFISSIONAL 5).

No que diz respeito às políticas públicas mais acionadas pelo PAEFI, considerando as demandas identificadas a partir do atendimento dos casos de exploração sexual, destacaram-se as políticas de assistência social, saúde, educação e habitação. Quanto à assistência social, as demandas perpassam pela necessidade de cesta básica, documentação, benefício eventual, bolsa família, atualização de informações no cadastro único, participação em grupos, cursos de qualificação profissional, inserção de crianças e adolescentes em programa de

⁶² Schutz e Mito (2010) realizaram um levantamento acerca dos diferentes conceitos atribuídos a categoria intersetorialidade e a partir disso identificaram três perspectivas de abordagem, a saber: intersetorialidade como complementaridade de setores; intersetorialidade como prática e intersetorialidade como princípio do trabalho com redes.

erradicação do trabalho infantil, encaminhamento de adolescentes para o Projovem Adolescente e de crianças e adolescentes para instituições que desenvolvem um trabalho social e ASEMAS.

Em relação à política de saúde, a maioria das demandas requerem encaminhamentos para os ESFs e para o CAPS. Foi destacado também a importância do trabalho dos(as) agentes de saúde, que por terem bastante contato com as famílias, acabam obtendo informações importantes para os(as) profissionais do PAEFI. No que se refere à educação, destacaram a necessidade de vagas nas escolas e a importância do diálogo com professores e demais profissionais, já que há casos de suspeita de exploração sexual que foram denunciados pela escola.

Quanto à habitação ressalta-se a importância atribuída pelo(a) profissional a esta política: “Dentro da pobreza a questão da habitação é bem importante e deveria ser melhor cuidada, porque às vezes todos da família dormem no mesmo local e então a criança fica exposta a certas situações de relacionamento dos pais, que também influencia seu comportamento e atitudes” (PROFISSIONAL 7).

Questionou-se aos profissionais se há limites e/ou dificuldades para a efetividade destes encaminhamentos e atendimentos e alguns/algumas se manifestaram, principalmente em relação ao tempo que os usuários precisam esperar para receber algum atendimento, especialmente na saúde. Dois/duas profissionais referiram que faltam profissionais para atender as demandas:

A maior dificuldade foi à espera, porque tem duas psicólogas na saúde e as demandas são de todo o município, então quem precisa vai para uma fila de espera (PROFISSIONAL 4).

A dificuldade é você conseguir marcar um psiquiatra, porque o município tem um único que atende, e ele vem duas vezes no mês. Em cada consulta, porém, deve atender cinco (5) ou seis (6) pacientes só, então é bem complicado você conseguir atendimento (PROFISSIONAL 6).

Outra dificuldade diz respeito à falta de benefícios para atendimento das demandas encaminhadas para o CRAS. “Encaminhamos para o CRAS para o recebimento de cesta básica, mas dizem que não tem no momento só no próximo mês”. Em relação à habitação, um(a) profissional manifesta: “por enquanto não há nada de resolutivo, mas os encaminhamentos são feitos”.

Por fim, uma dificuldade que perpassa pela desarticulação das políticas públicas e também pela distorção existente no que diz respeito às atribuições profissionais.

As secretarias não têm nenhum planejamento de trabalhar em conjunto, não existe uma ideia de integração. Eu até várias vezes solicitei para fazermos um trabalho de integração, integração no sentido de se saber o que cada um está fazendo, saber dos serviços realizados. Isso também entre nós e o Conselho Tutelar. Também há a questão do atrito dos papéis de cada um, por exemplo, qual é o papel dos conselheiros e qual o papel dos profissionais aqui, principalmente na área do Serviço Social (PROFISSIONAL 5).

Com base nos resultados da pesquisa até aqui apresentados e problematizados e retomando também a finalidade da pesquisa (oferecer subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes) o próximo e último item deste capítulo apresenta alguns desafios a serem considerados pelo PAEFI e pelas demais políticas públicas que contribuem no atendimento e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

5.6 Desafios para a qualificação das políticas públicas de enfrentamento a exploração sexual e a vulnerabilidade social das famílias

A problematização dos resultados da pesquisa anteriormente apresentados apontam para a existência de alguns desafios a serem considerados pelas políticas públicas, com o objetivo de qualificá-las para o enfrentamento da exploração sexual e das diversas situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias. Estes desafios, muito provavelmente se aplicam a realidade de outros municípios, embora cada um desses possua as suas particularidades.

No que se refere ao PAEFI, sua estrutura, equipe de profissionais e rotina de trabalho, é importante que os Municípios estejam atentos à localização dos CREAS, ou seja, numa área central para facilitar o acesso da população aos serviços. Dividir sua unidade com outras instituições pode contribuir para a exposição das famílias e

indivíduos e estes poderão não se sentir à vontade para buscar e/ou permanecer no atendimento.

Com relação à equipe de profissionais é preciso maior atenção às orientações da NOB-RH, pois esta prevê a constituição de uma equipe mínima de profissionais, bem como a realização de concurso público para a contratação dos mesmos. Na pesquisa, percebeu-se que há profissionais acumulando funções devido à falta de um quadro de profissionais completo. Tal situação acaba incidindo na qualidade do serviço e nas possibilidades de ampliação de suas atividades e ações. Além disso, tendo em vista a inserção recente de alguns profissionais junto ao serviço, faz-se necessário a implementação de uma política de capacitação e formação continuada da equipe.

A necessidade de qualificação da equipe também pode ser percebida quando da problematização dos casos de exploração sexual com os(as) profissionais. Estes(as) demonstraram certo desconhecimento em relação às diferentes modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes. Ressalta-se que a qualificação por meio de capacitações não pode restringir-se aos profissionais do PAEFI. Deve ser realizada também para os conselheiros tutelares; profissionais da política de saúde, especialmente dos ESFs e CAPS, que são instituições bastante acionados pelo PAEFI; profissionais dos CRAS, instituições de acolhimento; profissionais das escolas, entre outros que poderão contribuir na identificação de situações suspeitas ou confirmadas de exploração sexual e encaminhar para os órgãos competentes.

Em relação às escolas, responsáveis pelo preenchimento e encaminhamento da FICAI (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente), é preciso que estejam atentas à possibilidade das situações de infrequência e evasão escolar relacionar-se com o envolvimento de crianças e adolescentes com o abuso e a exploração sexual, o que demanda profissionais qualificados para o diagnóstico. A capacitação dos profissionais é importante também para evitar a possibilidade existente de revitimização quando a vítima é encaminhada e ouvida por diferentes instituições. Como destaca Faleiros

Desmontar a violência [...] acarreta, não apenas, contar o número de vítimas e encaminhar vitimizados, numa circulação “pingue-pongue” de um lugar para outro, de um profissional para outro. A mudança de paradigma do tratamento para o paradigma de redes tem como consequência a construção da integração estratégica de atores na implementação da garantia de direitos” (FALEIROS, 1998, p. 14-15).

Tendo em vista as dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa documental, ressalta-se a importância e a necessidade de organização e arquivamento dos documentos relacionados aos usuários atendidos pela instituição. Além do arquivamento, destaca-se também a importância quanto à sistematização dos atendimentos realizados, o registro das informações e observações obtidas a partir do atendimento e acompanhamento prestado aos usuários. Como já foi ressaltado, a documentação subsidia a análise e intervenção na realidade, além de ser necessária para novos profissionais que possam entrar na instituição. Estes precisam de subsídios para dar continuidade ao trabalho.

Considerando a fragilização e rompimento de vínculos familiares percebidos em relação a vários casos de exploração sexual, outro desafio para os profissionais do PAEFI é a criação de grupos e/ou de metodologias de trabalho que possam contemplar essa demanda. Uma proposta de trabalho poderia ser planejada visando a participação e o envolvimento dos pais, com o objetivo de realizar um trabalho de orientação sociofamiliar e apoio à família na sua função protetiva. Outra proposta, no formato de grupo, poderia ser pensada para os(as) adolescentes em situação de exploração sexual. Dentre os vários aspectos que poderiam ser trabalhados, ressaltam-se alguns que foram identificados e/ou observados com a realização da pesquisa, como por exemplo, o fato das adolescentes não se reconhecerem como vítimas da exploração sexual e também sobre o início da vida sexual, já que como problematizado anteriormente, esta iniciação tem ocorrido de forma cada vez mais precoce. Além disso, o grupo poderá constituir-se numa possibilidade de reduzir a infrequência das vítimas ao atendimento, algo que os profissionais apontaram como sendo uma dificuldade no trabalho realizado com as vítimas de exploração sexual.

Quanto à documentação utilizada pelos profissionais do PAEFI para caracterizar as demandas atendidas, sugere-se, na descrição dos tipos de violência, a incorporação das diferentes modalidades de exploração sexual (prostituição infantil, turismo sexual, pornografia infantil, tráfico para fins de exploração sexual). O

mesmo deve ocorrer com o Relatório Mensal de Atendimento do CREAS enviado para o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), que precisa ser adequado, visando com isso a realização de um diagnóstico mais qualificado da realidade.

Com base na problematização desenvolvida a partir da situação vivida pela adolescente Olga, pode-se perceber os limites da medida de proteção aplicada a mesma, ou seja, do acolhimento institucional. O fato de a instituição ter transferido a adolescente de colégio, representou o rompimento dos vínculos comunitários, ou seja, com a escola onde estudava anteriormente, e que até então se constituía como referência no atendimento desta adolescente. Além disso, contribuiu para o abandono escolar.

Como destaca o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFA, 2006), em relação às várias adequações que as entidades de acolhimento devem implementar, uma delas diz respeito a sua localização em áreas residenciais e não afastadas da comunidade e da realidade de origem das crianças e adolescentes. Não estando próxima da realidade da criança ou adolescente acolhido, é preciso que alternativas sejam planejadas, evitando assim que a criança tenha que se adequar às condições da instituição. No que diz respeito à omissão da Casa de Passagem em não querer acolher Olga quando esta procurou pela instituição, é importante destacar que por compreender a Proteção Social Especial (PSE) de alta complexidade, o serviço requer “especialização na atenção e maior flexibilidade nas soluções protetivas” (ADRIÃO, 2013, s/p). Além disso, o fato da adolescente não querer retornar para a casa da mãe deve ser considerado pelos profissionais, pois indica a necessidade de retomar o trabalho de fortalecimento de vínculos com a família.

Nesse sentido faz-se necessário a atualização dos profissionais em relação ao conjunto de legislações e diretrizes técnicas que foram construídas nas últimas décadas com o intuito de regulamentar e qualificar o trabalho realizado pelos serviços de acolhimento institucional, a destacar a Lei nº 12.010, de 2009, o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente (2008) e o PNCFA (2006).

Ainda em relação a Olga, tendo em vista que esta manifestou para os profissionais o desejo de se prostituir ao completar 18 anos, urge a necessidade de

um trabalho intersetorial das políticas públicas que possam garantir o retorno da adolescente à escola, a inserção em cursos profissionalizantes, a continuidade do atendimento junto ao PAEFI, entre outras ações que possam representar e se constituir para a adolescente em outras possibilidades de vida.

O desmonte da violência é um processo complexo que envolve pessoal formado, equipes articuladas, redes construídas, cultura autoritária modificada, crianças e jovens realizados e felizes, sexualidade responsável, famílias responsáveis no cumprimento de suas funções de formação da identidade, de proteção e socialização (FALEIROS, 1998, p. 17).

Olga também evidenciou durante a entrevista que nenhuma decisão que havia tomado a partir do momento que passou a ser acompanhada pelo CREAS teria sido resultado dos atendimentos. Ressaltou também que sua relação com a mãe em nada havia mudado. Para não ficar no plano da especulação é possível entender que a adolescente sinaliza que de forma efetiva, os seus vínculos familiares e comunitários permanecem fragilizados. Sendo assim, percebe-se que o comentário da adolescente não tem a intenção de apontar, necessariamente, a total ineficiência das ações desenvolvidas pelo PAEFI. A sinalização é outra: a realidade social na qual o PAEFI intervém é extremamente complexa, com enraizamentos históricos, culturais e estruturais, que fazem com que as políticas sociais não alcancem os seus objetivos de forma imediata.

Como destacam Volic e Baptista (2005, p. 2),

[...] os motivos que levam meninos e meninas aos abrigos se perpetuam, bem como dificuldades para a sua reinserção familiar. Isso indica que as políticas de atenção a crianças e adolescentes não estão devidamente articuladas com ações de atenção a suas famílias, o que poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abreviá-la, quando se mostrar excepcionalmente necessária.

Considerando as principais características da exploração sexual evidenciadas com a realização da pesquisa, ou seja, o fato de ser a prostituição a principal modalidade de exploração sexual; a totalidade das vítimas serem do sexo feminino; o envolvimento destas com homens mais velhos para ganhar algo em troca; o não reconhecimento da situação de violência e dos riscos aos quais estão

expostas, demanda a realização de um trabalho preventivo, não só por parte do PAEFI, mas de todas as instituições que atendem crianças e adolescentes, especialmente escolas, ASEMAS (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto), CRAS, Universidade e demais instituições que desenvolvem algum trabalho social com este público.

Para tal poderia ser realizado um planejamento que envolvesse estas instituições, coordenado pelo CREAS, prevendo a alocação de recursos e a realização sistemática de ações. Neste processo, a Universidade que também atende adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que por vezes também são vítimas de exploração sexual, tem a responsabilidade de constituir parcerias em que o saber acadêmico possa contribuir na qualificação das políticas públicas. Na mesma medida, entende-se que isto a qualifica como instituição que integra a rede de proteção a crianças e adolescentes.

Dentre os vários aspectos que podem ser considerados na realização de um trabalho preventivo com crianças e adolescentes, destaca-se a discussão sobre as diferentes formas de exploração sexual, em especial a prostituição e a pornografia infantil; os cuidados necessários com a exposição de imagens, especialmente na internet; as formas de aproximação dos exploradores sexuais; as formas de denúncia; locais onde podem buscar informações, atendimento e proteção, entre outros assuntos que possam contribuir para a proteção de crianças e adolescentes. Se não houver um trabalho preventivo, especialmente o CREAS irá se constituir num “pronto-socorro social” (SILVA, 2007, p. 29), intervindo aqui e ali, buscando limitadamente reduzir os efeitos causados pela violência.

A existência de uma certa culpabilização e responsabilização da família, quando situações de violação de direitos ocorrem com os seus membros, demanda “romper com a ideia de família sonhada e ter a família real como alvo” (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 362). Como foi possível perceber são diversas as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pela família: pobreza; analfabetismo e baixa escolaridade; desemprego e precarização do trabalho; precárias condições de moradia e drogadição.

Para responder a todas estas situações é urgente o trabalho intersetorial entre os diferentes serviços e políticas públicas que compõem a rede de proteção social. É importante que haja sentido e objetivos comuns na atuação das diferentes

políticas bem como complementaridade e interface nas intervenções. “Essa orientação é imprescindível, se queremos construir uma prática [...] capaz de superar a naturalização e a moralização das expressões da questão social” (ORTIZ, 2011, p. 199).

No entanto, como os próprios profissionais evidenciaram, há uma carência nas políticas públicas, especialmente no âmbito do CREAS e naquelas que se articulam com o trabalho realizado na instituição, de recursos humanos e materiais. Se por um lado, se observa que diferentes situações de vulnerabilidade social contribuem para que a exploração sexual ocorra, por outro é necessário que as respostas dadas pelo Estado às expressões da questão social contem com maior investimento nas políticas sociais. É preciso qualificar as políticas de proteção social para que estas possam contribuir no enfrentamento da exploração sexual. Como diz Rizzotti (2009, p. 255): “a vulnerabilidade social associa-se à insuficiência de uma rede de proteção social que garanta a estas famílias a supressão de carências e o acesso aos demais direitos”.

Além de um trabalho intersetorial, o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes

[...] implica responsabilização legal dos envolvidos, a denúncia, a declaração formal, a instauração do devido processo e o julgamento. Os aparelhos policial e judiciário precisam atuar, pois, na construção de uma cultura cívica da punição legal em oposição à cultura da impunidade, da chacota e desmoralização das denunciantes, do descrédito dos depoimentos de crianças e adolescentes e das pessoas pobres (FALEIROS, 1998, p. 13).

No entanto, como sublinha Faleiros (2000, p. 62), algo que parece dificultar o combate à exploração sexual no mercado do sexo é o fato do mesmo constituir-se em indústria (produção) pornográfica e comércio (comercialização) do sexo, atividades que apesar de articuladas são distintas e exigem ações de enfrentamento completamente diferenciadas.

Por fim, cabe ressaltar que a punição apenas pela ideia de punir é insuficiente para elevar o patamar de qualidade das políticas de enfrentamento da exploração sexual, ou outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Um dos principais desafios a essas políticas e que, por vezes, é negligenciado, diz respeito

ao atendimento direcionado aos autores da exploração sexual. Na medida em que a política é estruturada para atender apenas as vítimas, parte da demanda social que originou a situação de violência permanece latente, podendo a mesma violência ser cometida contra outras crianças e adolescentes. Entendemos que os autores da exploração sexual também estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social e acabam reproduzindo violências vivenciadas pelos mesmos em suas trajetórias pessoais. Isto foi evidenciado nos familiares que sofreram abuso sexual na infância e depois se tornaram aliciadores de filhas e/ou netas. Apesar da literatura evidenciar o predomínio de homens como autores de exploração sexual, mulheres também participam desse processo, como o caso da avó de X. Torna-se necessário a criação de espaços de reflexão para os agentes dessa violência, a fim de desnaturalizar a violência, refletir sobre papéis de gênero, adultocentrismo, patriarcado e os fatores socioculturais, econômicos e familiares que incidem no fenômeno em tela para possibilitar a formação de novas sociabilidades pautadas pelo respeito à dignidade humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras e discussões até então realizadas e considerando principalmente os resultados da pesquisa realizada nos CREAS de São Borja e Itaqui, é possível apresentar algumas considerações. Primeiramente, é preciso considerar que a exploração sexual, enquanto manifestação particular da violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema complexo e resultado de várias determinações, articuladas entre si. Por isso não pode ser compreendida na imediaticidade das situações.

Para identificar as principais determinações da exploração sexual e suas mediações foi necessário analisar como se constituem as relações sociais na sociabilidade capitalista. Para tanto, problematizou-se inicialmente como se constituem as relações de produção, evidenciando que estas se caracterizam em sua essência, pela exploração do trabalho e pelas desigualdades sociais, tendo em vista que a produção é coletiva e a apropriação da riqueza produzida é privada.

Nesse sentido, pobreza, desemprego, fome, violência entre outros problemas vivenciados pela população têm relação direta com o processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. Processo esse que é agravado com a reestruturação produtiva do capital iniciada na década de 1970, tendo em vista a crise estrutural do capital. Com a introdução do regime de acumulação flexível, mudanças significativas ocorreram e ocorrem no mundo do trabalho, dificultando ainda mais a vida dos trabalhadores que se deparam com diferentes formas de precarização do trabalho.

Além disso, problematizou-se o quanto a política de recorte neoliberal, representou um retrocesso para as políticas sociais, para os direitos sociais da população, especialmente para a classe trabalhadora. Privatizações e a mercantilização de direitos sociais foram processos que caracterizaram e ainda caracterizam a forma como o Estado intervém nas demandas e necessidades sociais da população.

Considerando o modo de produção capitalista, e, portanto a existência de uma sociedade de mercado, de mercadorias, destacou-se o quanto as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres são mediadas pela posse de

mercadorias. O poder exercido pelas mercadorias foi desvendado ao evidenciar o fetiche da mercadoria, que faz com que a “coisa” domine o ser que a criou.

Como resultado de todo esse processo, pode-se perceber que há um tipo de violência, nem sempre reconhecida pela sociedade, porém sentida e vivida, que resulta dessa sociedade marcada historicamente pelas desigualdades sociais, ou seja, a violência estrutural. Esta se materializa na vida das pessoas das mais diversas formas, sendo importante destacar a desigualdade no acesso aos direitos sociais, como por exemplo, o trabalho, saúde, educação e assistência social. Destaca-se também que a violência estrutural se articula as formas particulares de violência, como por exemplo, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Analisar como se constituem as relações de gênero na sociedade foi de fundamental importância para compreender uma das razões da violência de gênero, ou seja, da violência cometida contra as mulheres, sejam elas crianças, adolescentes ou mulheres adultas. Estas relações também são permeadas pelas desigualdades, visto que historicamente atribuiu-se ao homem o domínio e o poder de determinar a conduta dos demais, restando à mulher a subordinação e opressão.

Desigualdade de gênero, comportamento machista, valores patriarcais, relações desiguais de poder são características que historicamente marcaram e ainda marcam a família e as relações sociais da sociedade como um todo. Estas características adquirem extrema relevância não só na análise da exploração sexual contra crianças e adolescentes, como de outras formas de violência.

Nesse sentido, as diversas expressões da desigualdade social vividas pelos sujeitos, as diferentes formas de manifestação da violência estrutural bem como a desigualdade de gênero, constituem algumas das determinações da vulnerabilidade social que contribuem para a produção e reprodução das relações de exploração sexual de adolescentes. Os resultados da pesquisa realizada nos CREAS de São Borja e Itaqui também evidenciam situações que se articulam a estas determinações da vulnerabilidade social. Além destas, outras determinações foram percebidas a partir da análise dos dados.

Com relação à pesquisa desenvolvida nos CREAS de São Borja e Itaqui, pode-se perceber que a modalidade de exploração sexual mais atendida pelos PAEFI é a prostituição. Esta modalidade se evidenciou tanto na pesquisa

documental, como na entrevista realizada com os(as) profissionais e também com a adolescente atendida pelo PAEFI de Itaqui. Mesmo que em relação a esta adolescente não tenha sido identificado objetivamente o envolvimento com a exploração sexual, há na família histórico de prostituição e também a manifestação da adolescente em querer prostituir-se quando adulta.

Ao falar em modalidades de exploração sexual, destaca-se que a pesquisa realizada, revelou certo desconhecimento destas modalidades por parte dos(as) profissionais. Ao mesmo tempo, acabou contribuindo para que os(as) profissionais entrevistados ampliassem seu conhecimento, motivando-os para a busca de maiores informações em relação ao tema da exploração sexual.

A totalidade das vítimas de exploração sexual compreende o sexo feminino, o que remete a pensar na determinação das relações de gênero. Também chamou atenção, especialmente no que se refere aos doze (12) casos que se caracterizaram como prostituição no município de São Borja, que em cinco (05) situações houve a participação de um membro da família como o explorador.

A análise das características familiares, considerando a pesquisa documental dos casos atendidos pelo CREAS de São Borja, as entrevistas realizadas com os/as profissionais e com a adolescente atendida pelo CREAS de Itaqui possibilitaram a identificação das diversas situações que indicam a vulnerabilidade social que permeia o cotidiano das famílias e das adolescentes.

Nesse sentido, pode-se perceber o analfabetismo e baixa escolaridade dos pais, desemprego e inserção precária no mercado de trabalho, baixa remuneração, pobreza, precárias condições de moradia, rompimento de vínculos familiares, abandono por parte dos pais decorrente das relações de gênero, abandono escolar, rompimento de vínculos comunitários, histórico de abuso sexual, e drogadição. Todas estas situações, articuladas, contribuem para a produção e reprodução das relações de exploração sexual, bem como de outras formas de violência.

Outro aspecto que se destacou na análise dos dados é o consumo como forma de inserção social. Os/as profissionais entrevistados/as evidenciaram que uma das principais motivações para o envolvimento de adolescentes com a exploração sexual, é o desejo de consumo. Nesse sentido, percebe-se o quanto a sociedade de mercado torna os sujeitos vulneráveis ao fetiche da mercadoria, ao desejo de

consumo como possibilidade de reconhecimento e inserção social, o que não atinge apenas as famílias pobres.

Por fim, os/as profissionais também destacaram outro aspecto que contribui para a ocorrência da exploração sexual e que está relacionado à questão de gênero, ou seja, a coisificação e banalização da mulher e do corpo feminino. Como já foi mencionado anteriormente, a luta pela ampliação e afirmação dos direitos da mulher concorre com as velhas e novas formas de exploração na sociedade do capital. No mercado de consumo de massas, em que abertamente a figura da mulher é estrategicamente utilizada para vender, produtos que vão da cerveja ao vestuário, ou na organização crescente do mercado do sexo que oferta diversos serviços e produtos sexuais, o corpo da mulher é usado exaustivamente para divulgar e vender mercadorias. Como referem alguns empresários da pornografia, por exemplo, “os homens são meros coadjuvantes. Quem vende o produto é a mulher”.

Na calada da noite ou em outro horário, longe ou com a participação da própria família, adolescentes em situação de vulnerabilidade social se utilizam da venda do corpo para a satisfação de desejos sexuais de terceiros, ao mesmo tempo em que satisfazem algumas se duas necessidades materiais e desejos de consumo. Tal realidade demonstra que a mercantilização das relações sociais, que também se expressa por meio da exploração sexual, aproveita-se das próprias necessidades sociais das famílias para a violação de direitos. Diante da inserção das famílias no precário mundo do trabalho, do apelo ao consumo e da insuficiência da ação das políticas sociais, a exploração sexual tem sido uma das formas pela qual adolescentes e até mesmo suas famílias têm buscado a satisfação de necessidades sociais que lhes são imediatas.

Diante dos aspectos aqui evidenciados, o CREAS, através do PAEFI e dos seus profissionais é desafiado, a dar e/ou buscar respostas que atendam as necessidades sociais da população. Com relação à exploração sexual e as diversas situações de vulnerabilidade social às quais as famílias e adolescentes estão expostas, o PAEFI tem contribuído nos seguintes aspectos: no acolhimento das vítimas de exploração sexual e seus respectivos familiares; na denúncia dos casos de exploração sexual; no atendimento psicológico as vítimas; no acompanhamento sociofamiliar; no encaminhamento das demandas sociais para a rede de atendimento, destacando-se as políticas de educação, saúde, habitação e

assistência social e também para dar visibilidade a demanda de violência sexual contra crianças e adolescentes.

No item anterior foram apresentados vários desafios a serem considerados pelo PAEFI e pelas demais políticas públicas no se refere ao enfrentamento da exploração sexual e das situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias. Dentre estes desafios, ressalta-se a necessidade de qualificação dos profissionais por meio de capacitações; a inclusão das diferentes modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes nos documentos institucionais; a ampliação das ações e atividades oferecidas no âmbito do PAEFI e principalmente, há que se avançar na articulação com as demais políticas públicas, para que possam ser planejadas e implementadas ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes. Faz-se necessário o diálogo com a rede para evidenciar as políticas públicas quem são os usuários atendidos pelo PAEFI e quais são as suas necessidades sociais.

O estudo demonstrou que as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias contribuem para a produção e reprodução das relações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, o enfrentamento destas situações por parte do PAEFI e das demais políticas públicas, deve considerar as seguintes expressões da questão social: a desigualdade de gênero e de classe, consumo como forma de inserção social, as diferentes formas de manifestação da pobreza, a precarização no mundo do trabalho e a desagregação familiar em face da reprodução das relações sociais.

Há também a necessidade de maiores investimentos no PAEFI e nas demais políticas sociais com as quais o serviço se articula. Do contrário, a intervenção do Estado no atendimento as demandas e necessidades sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual não passarão de ações paliativas, sem que se possa avançar no combate a esta forma de violação dos direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes**: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social. Artigo apresentado para o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas da Escola de Administração Pública de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; TEJADAS, Silvia da Silva; FERNANDES, Idilia. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público alvo da política de assistência social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ALBUQUERQUE, Simone. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

ALMEIDA, Laura M. P. **Vulnerabilidade social, conceito**: desenvolvimento humano no Recife. Recife: Atlas Municipal, 2005.

ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller Vitale (Orgs.) **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. Giovanni. **O que é o precariado?** Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>. Acesso em 10 de dez. de 2013a.

_____. Giovanni. **Os limites do neodesenvolvimentismo**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>. Acesso em 10 de dez. de 2013b.

_____. Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

AMARAL, Suelí Gião Pacheco do; FERREIRA, Isabel Bernardes; PEREIRA, Mayra Cardoso. **Prostituição: opção ou determinação social?** Pesquisa de Iniciação Científica executada no período de março/2009 a fevereiro/2010. Biblioteca da PUC-SP, Campus Monte Alegre. Disponível em:<http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/20encontro/downloads/artigos/ISABEL_BERNARDES_FERREIRA_e_MAYRA_CARDOSO_PEREIRA.pdf>. Acesso em 10 de dez. de 2013.

AMFRO. **Associação dos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. Disponível em: < <http://www.amfro.org.br/> >. Acesso em 09 de jan. de 2013.

ANDI. Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Guia de referência para a cobertura jornalística**. Brasília, 2007.

ARAÚJO, Marlene de Melo Barboza. **Abuso e Exploração Sexual Infanto-juvenil Feminina e as Respostas do Poder Público e da Sociedade Civil em João Pessoa**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Organização das Ações de Atenção à Saúde: modelos e práticas**. In: Saúde e Sociedade, v.18, supl.2, 2009.

_____. José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA-JÚNIOR, I; CALAZANS, GJ; SALETTI-FILHO, HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D; FREITAS, CM (Organizadores). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. José Ricardo de Carvalho Mesquita; MELLO, Débora Falleiros de; MEYER, Dagmar E. Estermann; VALADÃO, Marina Marcos. **“Você aprende. A gente ensina?”** Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6):1335-1342, jun, 2006.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

_____. Maria Regina Fay. **Violência sexual intrafamiliar:** é possível proteger a criança? Revista Virtual Textos & contextos, nº 5, Nov. 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Crianças vitimizadas:** a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social:** da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. **Ontologia da violência:** o enigma da crueldade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BEHRING, Elaine; NETTO, José Paulo. **A Emancipação Política e a defesa de direitos.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, junho de 2007.

BELLINI, Maria Isabel. **Desenvolvimento do sujeito contemporâneo e saúde:** algumas respostas possíveis. S/d. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/M%C2%AA%20Isabel%20Bellini.pdf>>. Acesso em 11 de jan. de 2014.

BONAMIGO, Irme Salete. **Violências e contemporaneidade.** In: Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213 jul./dez. 2008.

BRAGA, R. **A restauração do capital:** Um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>. Acesso em 02 de mai. de 2011a.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 15 de mai. de 2012.

_____. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de Fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em 13 de jan. de 2014.

_____. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.

_____. **Lei nº 11.829**, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social**: guia de orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS, jun. 2006a. p. 33-61 . Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>>. Acesso em 18 de abr. de 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. **Guia de Orientação nº 1**. Disponível em: <http://observatorio03.files.wordpress.com/2009/12/guia_creas11.pdf> . Acesso em 10 de dez. de 2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 26 de dezembro de 2006. Brasília, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. **Relatório com análise descritiva dos dados do Censo SUAS**, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: O serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2012b.

_____. Ministério do Trabalho em Emprego. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. 2007.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. 2013b.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em 05 de mai. de 2012.

_____. **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>>. Acesso em 02 de Mai. de 2011b.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF, 2006c.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório Disque Direitos Humanos - Módulo Criança e Adolescente**, 2011d.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas**: questões e polêmicas. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

_____. Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. **Família: a crise de um modelo hegemônico**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 46, Ano XV, Dezembro 1994, Ed. Cortez, São Paulo.

CAMPELO, Eliane Monteiro Bispo; CARVALHO, Fernando Luz; SOUZA, Leila Regina Paiva de. **Anais do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/Anais-III-CM.pdf>>. Acesso em 12 de jun. de 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas**. Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04. Brasília: CEAD, 2000. pp.139-149.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília/DF, 2011.

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Tradução: Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHILDHOOD. **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. S/D.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **A Assistência Social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS**, cap. 3. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____. Berenice Rojas. Assistência Social em debate: direito ou assistencialização? In: **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

CRUZ, Lílian Rodrigues da. Entre as legislações e a práxis do acolhimento para crianças e adolescentes. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1996. Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/images/cmec/i-congresso-estocolmo.pdf>>. Acesso em 01 de jun. de 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Ed. SENEC São Paulo, 2000.

DIAS, Aretuzza de Fátima; RIBEIRO, Moneda Oliveira. **Prostituição infanto-juvenil**: revisão sistemática da literatura. Rev. Esc. Enferm. USP, 2009; 43(2): 465-71. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a29v43n2.pdf>>. Acesso em 12 de jan. de 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.

DOSSIÊ – **Violência de gênero contra meninas**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EA/Dossi%EA%20Viol%EAncia%20de%20G%EAnero%20Contra%20Meninas.pdf>>. Acesso em 22 de jan. 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Traduzido por de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder da desigualdade e do imaginário, cap. I. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

_____. Vicente de Paula. O Fetiche da Mercadoria na Exploração Sexual, parte I. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (organizadoras). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. SP: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FARINHA, M. G.; BRUNS, M. A. T. **Adolescentes profissionais do sexo**. São Paulo: Átomo, 2006.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** In: cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.201-223.

_____. Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo**. In: Pro-Posições, v. /4, n. 3 (42) - set./dez. 2003.

_____. Jane; PRESTES, Liliane Madruga. **Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade**. In: IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6ª ed. Revista atual – Curitiba: Positivo, 2006.

FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádia Pinheiro; FERREIRA, Sinésio Pires. **Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 5-17, jan./mar. 2006.

FIGUEIREDO, Krina; BOCHI, Shirley B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo**. S/d. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em 09 de jan. de 2014.

FISCHER, Rosa M. B. **Televisão e educação: fruir e pensar a Tv**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FRAGA, Vivian. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. Brasília: CFESS, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

GATTI, Maria Carolina; ANDRÉA, Maria Amélia. **Acolhendo e ressignificando experiências de vida em grupo com mães adolescentes em risco de exploração sexual**. In: Rev. SPAGESP vol.13 no.1 Ribeirão Preto, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. In: Ciência e Saúde Coletiva, 10 (2): 357 – 363, 2005.

GROSSI, Patrícia; PEDERSEN, Jaina Raqueli. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante (Orgs.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 71, ano XIII. Ed. Cortez, São Paulo, 2002.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 71, ano XIII. Ed. Cortez, São Paulo, 2002.

GUERRA, Renata de Souza. **Dimensões do consumo na vida social**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HAZEU, Marcel; FONSECA, Simone. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: <<http://www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto2-2.pdf>>. Acesso em 10 de dez. de 2013.

_____. Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília, CFESS, 2012.

_____. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf> . Acesso em 12 de jan. de 2014.

JUNQUEIRA, L. A. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. Saúde e Sociedade v.13, n.1, jan-abr. 2004, p.25-36.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.

LANDINI, Tatiana Savóia. **Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade**. 2000. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP - São Paulo.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe**. Relatório Final. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

_____. Maria Lúcia Pinto. **Crianças e adolescentes no mercado do sexo: fetichismo e precarização**. Disponível em:

<<https://www.violes.unb.br/site2/phocadownload/Artigos/criancaeadolescentenomecio.PDF>> . Acesso em 10 de dez. de 2013b.

_____. Maria Lúcia Pinto. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**: uma análise do ponto de vista do mercado e consumo. Disponível em:
<<https://www.violes.unb.br/site2/phocadownload/Artigos/exploracaosexualcomercial.PDF>>. Acesso em 10 de dez. de 2013a.

_____. Maria Lúcia Pinto. **Globalização e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Disponível em:
<<https://www.violes.unb.br/site2/phocadownload/Artigos/globalizacaoexploracao.PDF>>. Acesso em 10 de dez. de 2013c.

_____. Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF**: Relatório Nacional – Brasil. Brasília : CECRIA, 2002.

_____. Maria Lúcia Pinto; MOREIRA, Marcelo Rasga; SILVA, Mario Ângelo. **Avaliação de metodologias de intervenção social no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. In: Ser Social, Brasília, nº 14, p. 121-175, jan./jun. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

LEVISKY, David Léo. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (organizadoras). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. SP: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

_____. Renata Maria Coimbra; et al. Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual – contribuições para políticas educacionais. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes - VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

_____. Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (organizadoras). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. SP: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

_____. Renata Maria Coimbra. **Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005, 18(3), PP. 413-420.

LIEDKE, Mônica Souza. A reafirmação dos direitos da criança e do adolescente a partir da valoração do depoimento sem dano nos processos judiciais que se referam à violência intrafamiliar. In: BRAUNER, Maria Cláudia Crespo (org). **Violência sexual intrafamiliar - uma visão interdisciplinar: contribuições do Direito, da Antropologia, da Psicologia e Medicina**. Pelotas: Delfos, 2008.

LOPES, G.; MAIA, M. **Desinformação sexual entre gestantes adolescentes de baixa renda**. Rev. Sexol., v. 2, n. 1, p. 30-33, jan./julho 1993.

LOWENKRON, Laura. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?**In: Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, ISSN 1984-6487 / n.5 - 2010 - pp.9-29 / www.sexualidadsaludysociedad.org.

MACEDO. Taise Teles Santana de. **Da espera à transgressão: figurações do espaço em A Casa das Sete Mulheres**. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2013.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os Construtores da Paz: Caminhos para a Prevenção da Violência**. São Paulo: Moderna, 1997.

MALVASI, Paulo Artur; TRASSI, Maria de Lourdes. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: GUERRA, Yolanda; FORTI, Valeria (Orgs.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

_____. Karl. **O capital:** Crítica da Economia Política. Volume I, Livro Primeiro, O Processo de produção do capital, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e pobreza no Brasil.** Relatório final do projeto Governabilidade Democrática de gênero em América Latina y en el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MELO Jacira Vieira de. **A “coisificação” da mulher.** In: Revista do Idec, março, 2010.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo; FRANCISCHINI, Rosângela. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes:** um ensaio conceitual. In: Temas em Psicologia - 2010, Vol. 18, no 1, 153 – 165.

MENEGUEL, Stela Nazareth. O que precisamos fazer para enfrentar as violências contra as mulheres? In: MENEGUEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas II:** Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

_____. Stela Nazareth; SILVA, Paula Camboim da; PEIXOTO, Juliana Lopes; TARTER, Fernando; FORTUNA, Tiago. **Exploração sexual de jovens:** uma situação socialmente produzida. In: Saúde em Debate, rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 420-428, set./dez. 2009

_____. Stela Nazareth; Vial, Sandra Regina Martini. **Rotas críticas:** mulheres enfrentando as violências. In: Athenea Digital - núm. 14: 199-213 (otoño 2008) - CARPETA-.

MINAYO, Maria Cecília de S. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública.** In: Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994a.

_____. Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994b.

_____. Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis.** In: CFESS; ABEPSS; CEAD/UnB, 2000, v. 4.

_____. Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social:** contribuições para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55, ano XVIII, São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Regina Célia Tamasso. Família, Gênero e Assistência Social. In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas:** seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Regina Célia Tamasso. **Novas Propostas e Velhos Princípios:** subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. Revista Fronteras, Montevideo, n. 4, p. 93-102, 2001.

_____. Regina Célia Tamasso. **Trabalho com famílias:** um desafio para os assistentes sociais. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, dez. 2004.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à intersectorialidade:** reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. In: R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

MORAES, A. F. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.).

Horizontes plurais: Novos estudos de gênero no Brasil (pp. 17-47). São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora 34, 1998.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, M.C ; MEDEIROS, M.F. (Orgs). **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 111-130.

MOTTI, Antonio José Angelo; FARIA, Thais Dumêt. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. **Capacitação das redes locais**: caderno de textos. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), s/d.

NEVES, Anamaria Silva; CASTRO Gabriela Brito de; HAYECK, Cynara Marques; CURY, Daniel Gonçalves. **Abuso sexual contra a criança e o adolescente**: reflexões interdisciplinares. In: Temas em Psicologia - 2010, Vol. 18, no 1, 99 – 111.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis. Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

OLIVEIRA, Leidiane; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital**: limites, contradições e avanços. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

PAIVA, Leila. Violência Sexual: conceitos. In: MOTTI, Ângelo; BISPO, Eliane; LUZ, Fernando; GADELHA, Graça; PAIVA, Leila. **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil no Território Brasileiro – PAIR**: Conteúdos para Capacitação, s/d. Disponível em: <<http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1108>>. Acesso em 11 de Jan. de 2014.

PALUDO, Simone dos Santos. **Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo dos Municípios Fronteiriços do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**. Rio Grande, 2010.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família Contemporânea.** Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

PEREZ, Fabíola. **Dois casos de adolescentes que se mataram após terem sua intimidade exposta na rede mostram o quanto os jovens são suscetíveis a esse tipo de crime virtual e como a legislação brasileira ainda é falha.** In: Revista Isto É, Edição 2297, 22 de nov. de 2013. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/336016_VINGANCA+MORTAL?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em 10 de dez. de 2013.

PETERS, Salete; PEREIRA, Fernando César Paulino; SOARES, Sandra Regina. **Intervenção em processos grupais e a questão da identidade de adolescentes em situação de pobreza. s/d.** In: Travessias número 01: Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/2785/2183>>. Acesso em 12 de jan. de 2014.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família.** Ed. Edusc, Bauru, 2003.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social.** Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em 10 de dez. de 2013.

_____. Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRATES, Jane. **O Planejamento da Pesquisa Social.** Revista Temporalis, nº 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 85, 2006.

RAPPAPORT, Clara. **Encarando a adolescência.** São Paulo: Ática, 1995.

RIZZINI, Irene; et al. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): a proposição de garantir atenção à situação de risco e vulnerabilidade. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **O Sistema Único de Assistência Social**: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão**: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII. Recife: UFPE, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Família, Gênero e Assistência Social. In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

ROSÁRIO, Maria do. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

_____. Heleieth Lara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. In: cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136.

_____. SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth. **Violência intrafamiliar e de gênero**: a rota crítica das mulheres no enfrentamento da violência. Disponível em: < <http://www.ibsaude.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Viol%C3%Aancia-Intrafamiliar-e-de-G%C3%AAnero-A-Rota-Cr%C3%ADtica-das-Mulheres-no-Enfrentamento-da-Viol%C3%Aancia.pdf> >. Acesso em 10 de dez. de 2013.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital**: limites, contradições e avanços. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Bioética, violência e desigualdade: as biociências e a constituição do biopoder.** RevistaKatálysis, vol.11, nº.2 Florianópolis July/Dec. 2008.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria AmaliaFallerVitale (Orgs.) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Intersectorialidade e política social: subsídios para o debate.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. S/d.

SEGNINI, Liliana. **Diferenças entre homens e mulheres traduzidas em desigualdades nas relações de gênero.** In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 09-10 jan./jun. 2010.

SERPA, Monise Gomes. **Primeiras experiências de exploração sexual: um estudo sobre o processo de aproximação de adolescentes a essa realidade.** In: Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 1, pp. 32-39, jan./mar. 2010.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. **Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes.** Revista São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

SILVA, Algéria V. **Vulnerabilidade Social e suas Conseqüências: o Contexto Educacional da Juventude na região metropolitana de Natal - GT8, Juventudes Contemporâneas - 13º. Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2007.** Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>>. Acesso em 13 de jan. de 2014.

SILVA, Eduardo Chaves da. O agressor em pauta: fortalecendo medidas de prevenção à violência sexual. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual.** VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural.** s/d.

_____. José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social**: notas críticas. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.

SILVA JÚNIOR, Aluísio Gomes; MASCARENHAS, Monica Tereza Machado. Avaliação da Atenção Básica em Saúde sob a ótica da Integralidade: aspectos conceituais e metodológicos. In: PINHEIRO R.; MATTOS, R. A. de (org). **Cuidado**: as fronteiras da Integralidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2006. p. 241-258.

SILVA, Lídia Maria Monteiro da. **Serviço Social e Família**: a legitimação de uma ideologia. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Mário Ângelo. A questão social, vulnerabilidades e fragilidade dos sistemas de proteção social no Brasil. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes - VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

_____. Maria Ozanirada Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade. **Famílias**: uma experiência de trabalho com grupo. In: Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – Vol. 1, N. 2, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? In: **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Aldaíza. **Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, ano 25, n. 77, mar.2004.

_____. Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** In: ENAP. Curso de formação de Multiplicadores e Gerentes Sociais. 2007. Disponível em: <WWW.enap.gov.br>

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007.

SUAS. **Manual Centro de Referência Especializado de Assistência Social.** Censo SUAS 2013.

TAVARES, Carla Rosane da Silva. **Ana Terra:** símbolo da mulher gaúcha, expressão maior de o Tempo e o Vento. In: XVII Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e Extensão, XV Mostra de Iniciação Científica, X Mostra de Extensão. Unicruz, 2012.

TONET, Ivo. **Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade.** Disponível em: <www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso em 17 de Nov. de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional,** 2009.

VALLA, Victor Vicent. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, Victor Vicent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto; Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da Práxis.** 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VELHO, Gilberto. **O desafio da violência.** In: Estud. av. vol.14 no. 39 São Paulo May/Aug. 2000.

VOLIC, Catarina; BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximações ao conceito de negligência. 2005. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nca/producao/negligencia.pdf>>. Acesso em 12 de Jane. De 2014.

World Health Organization (Organização Mundial de Saúde) (1999). **Child abuse & neglect.** Retirado em de Disponível em:

http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/neglect/en/>. Acesso em: 18 de mai. de 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM VIOLÊNCIA, ÉTICA E
DIREITOS HUMANOS – NEPEVEDH**

TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO PARA ADOLESCENTE

Nome da/do Adolescente _____

Este formulário de assentimento informado é para adolescentes a partir de 14 anos que participam da pesquisa intitulada “*A vitimização de adolescentes nas relações de exploração sexual nos municípios de São Borja e Itaqui/RS*” sob a orientação da Professora Dra. Patrícia Krieger Grossi, PhD.

Meu nome é **JAINA RAQUELI PEDERSEN**, sou pesquisadora e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao NEPEVEDH – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos. Estou convidando-o(a) a participar desta pesquisa. Você pode escolher se quer participar ou não. Apresentamos esta pesquisa a seus pais/responsáveis e eles sabem que também estamos pedindo seu acordo. Se você vai participar na pesquisa, seus pais ou responsáveis também terão que concordar. Mas se você não desejar fazer parte na pesquisa, não é obrigado, até mesmo se seus pais concordarem. Você pode decidir se quer participar ou não depois de ter conversado sobre a pesquisa e não é preciso decidir imediatamente. Pode haver algumas palavras que não entenda ou coisas que você quer que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que pare a qualquer momento e eu explicarei.

Objetivos – A pesquisa pretende identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias e de que forma o serviço que vocês estão frequentando, o PAEFI contribui para o enfrentamento deste fenômeno, a fim de oferecer subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a esta forma de violência. Para tanto estamos entrevistando, além de pessoas adultas, adolescentes a partir de 14 anos.

Escolha dos participantes – Estamos entrevistando adolescentes a partir dos 14 anos de idade para conhecer melhor suas vivências na família, expectativas e experiências em relação ao serviço que frequentam e também sugestões para a melhoria dos serviços e ações para o enfrentamento desse tipo de violência.

Voluntariedade de Participação – A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. É você quem decide. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará no seu atendimento. A pesquisadora Jaina Raqueli Pedersen e a orientadora Prof. Patricia Grossi estarão disponíveis para você tirar dúvidas. Até mesmo se disser “sim” agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

Riscos e Desconfortos – Não existe nenhum risco na sua participação e seu nome não será identificado bem como as informações que você prestar. O sigilo será garantido e as informações não serão identificadas.

Benefícios– Você não terá nenhum benefício direto nem remuneração por participar da pesquisa, mas sua opinião é importante para contribuir para a produção de conhecimento

sobre este tema e também para a qualificação da rede de serviços voltada ao enfrentamento da violência.

Confidencialidade – Não falaremos para outras pessoas que você está nesta pesquisa e também não compartilharemos informação sobre você, as informações coletadas na pesquisa somente os investigadores poderão ter acesso a elas. Qualquer informação sobre você terá um nome fictício ao invés de seu nome verdadeiro e os dados não serão identificados.

Direito de recusa ou retirada do assentimento informado – A participação é voluntária.

Certificado do Assentimento - Eu entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar.

Caso tiver novas perguntas sobre este estudo e para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante desta pesquisa posso contatar a pesquisadora Jaina Raqueli Pedersen pelo email jainaraqueli@bol.com.br ou no telefone (55) 3430-4323, e sua orientadora a Profª. Drª. PatriciaKrieger Grossi da PUCRS pelo telefone (51) 3320-3546 email PkGrossi@pucrs.br, e ainda, o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS através do email cep@pucrs.br e pelo telefone (51) 3320-3345. Declaro que recebi uma cópia desse termo de assentimento.

Assinatura da/do Adolescente:

Assinatura dos pais ou responsáveis

Pesquisadora Doutoranda – CRESS 6989

Pesquisadora responsável Profª Drª Patrícia Krieger Grossi: orientadora - CRESS 3308

Dia/mês/ano: _____

APÊNDICE 2

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM VIOLÊNCIA, ÉTICA E
DIREITOS HUMANOS – NEPEVEDH**

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO
PARA PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**

Venho por meio deste convidá-lo(a) para participar da pesquisa “A vitimização de adolescentes nas relações de exploração sexual nos municípios de São Borja e Itaqui/RS”, desenvolvida pela doutoranda Jaina Raqueli Pedersen, sob orientação da prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi. O objetivo da pesquisa consiste em "identificar a relação da exploração sexual de adolescentes com a vulnerabilidade social das famílias e de que forma o PAEFI contribui para o enfrentamento deste fenômeno, a fim de dar subsídios para potencializar as políticas públicas de enfrentamento a esta forma de violência". Sua participação consiste em uma entrevista que será gravada cujo tema será centrado na vitimização de adolescentes nas relações de exploração sexual. As entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora retirando quaisquer informações que o (a) identifiquem. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e meia e poderão ser interrompidas a qualquer momento que assim o desejar.

Eu, _____ estou plenamente ciente da minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato e que não serei obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo. Os dados coletados poderão ser utilizados para elaboração da Tese de Doutorado, publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido para mim e recebi uma cópia, sendo o mesmo devidamente assinado por mim.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelas Pesquisadoras Jaina Raqueli Pedersen pelo fone (55) 3430-4323 e Patrícia Krieger Grossi pelo fone (51) 3320-3546 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 33.20.33.45, e-mail cep@puers.br.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

Entrevistado(a)

Pesquisadora Doutoranda – CRESS 6989

Pesquisadora responsável Prof^aDr^a Patrícia Krieger Grossi: orientadora - CRESS 3308

APÊNDICE 3

Formulário de entrevista para os(as) profissionais do CREAS (Coordenador(a), Assistente social e Psicóloga)

1. Informações sobre o CREAS

- 1.1 Endereço/localização;
- 2.1 Tempo de existência/ Data de criação;
- 3.1 Serviços disponibilizados pelo CREAS, considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais?
- () Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- () Serviço Especializado em Abordagem Social;
- () Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- () Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- () Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
- 4.1 Abrangência do CREAS (municipal ou regional);
- 5.1 Estrutura do CREAS (ambiente físico, recursos materiais e socioeducativos).

2. Informações sobre a equipe de profissionais do CREAS

- 2.1 Qual a composição da equipe do CREAS (comparar com orientações da NOB/RH, considerando o nível de gestão dos municípios – inicial e básica ou plena)?
- 2.2 Qual a Formação dos profissionais da equipe e tempo de formação?
- 2.3 Qual o vínculo empregatício dos profissionais da equipe (contratado ou concursado)?
- 2.4 Tempo de trabalho junto ao CREAS;
- 2.5 Possuem experiências anteriores de trabalho com usuários em situação de violência sexual?
- 2.6 Experiências de qualificação, capacitações, formação continuada da equipe;

3. Informações sobre o PAEFI

- 3.1 Tempo de existência do PAEFI e seu histórico (serviços anteriores, como por exemplo, Serviço Sentinela);
- 3.2 Quais os profissionais que atuam junto ao PAEFI?
- 3.3 Formas de acesso ao serviço, mais especificamente os casos de exploração sexual:

- () Denúncias ao CT e conseqüente encaminhamento ao CREAS/PAEFI;
- () Denúncias realizadas diretamente ao CREAS;
- () Encaminhamentos da Delegacia de Polícia;
- () Identificação por parte de algum outro serviço do CREAS (exemplo: serviço especializado em abordagem social);
- () Encaminhamentos de outras instituições e políticas públicas (escolas, Unidades básicas de saúde, hospitais, etc.);

3.4 Total de casos de exploração sexual de adolescentes atendidos no ano de 2012 (aqui considerar o número de casos encaminhados e aqueles que de fato estão recebendo atendimento);

3.5 No que diz respeito às situações de exploração sexual de adolescentes, quais as modalidades de atendimento disponibilizadas aos usuários (vítimas e familiares/responsáveis)?

4. Informações sobre as situações de exploração sexual e sua relação com a vulnerabilidade social

4.1 Como você define e/ou caracteriza a exploração sexual de crianças e adolescentes?

4.2 Quais as modalidades de exploração sexual mais atendidas pelo PAEFI?

4.3 A partir das situações de exploração sexual de adolescentes atendidas no PAEFI, quais os principais fatores condicionantes ou determinantes para a sua ocorrência?

5 Informações sobre as formas de enfrentamento da vulnerabilidade social e da exploração sexual:

5.1 Com relação ao atendimento e acompanhamento prestado pela equipe do PAEFI às vítimas de exploração sexual e aos familiares/responsáveis, quais são os resultados obtidos?

5.2 Quais são as principais dificuldades e/ou limites encontrados no atendimento e acompanhamento realizado a estes usuários?

5.3 Diante das situações de vulnerabilidade social apresentadas pelas vítimas e familiares/responsáveis, quais são os serviços e políticas públicas mais acionados pelo PAEFI visando o enfrentamento destas situações?

5.4 Existem limites e/ou dificuldades para a efetividade destes encaminhamentos e atendimentos? Se sim, quais? Quais são as estratégias adotadas?

- 5.5 Existe algum(s) fator(s) ou alguma(s) característica(s) do município que você acha que contribui para a exploração sexual? Se sim, qual(s)?
- 5.6 Com relação a estes fatores e/ou características, o PAEFI já realizou ou vem realizando algum trabalho visando o enfrentamento?
- 5.7 Existem casos de exploração sexual de adolescentes brasileiras (do município pesquisado) que ocorrem no país vizinho atendidos no PAEFI. Se sim, quantos? Como são identificados e encaminhados para o CREAS?
- 5.8 Existem casos de exploração sexual de adolescentes estrangeiras (país vizinho) que ocorrem no Brasil (no município pesquisado) identificados pelo CREAS? Quais são as medidas de proteção adotadas?

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Informações do (a) adolescente:

- Sexo da vítima;
- Idade da vítima;
- Escolaridade/situação de abandono escolar;
- Raça/etnia;
- Data de início do atendimento junto ao PAEFI/Tempo que está em atendimento;
- Pessoas com as quais reside sob o mesmo teto e situação dos mesmos (informações importantes caso não reside mais com a família):

NOME	IDADE	PARENTESCO COM A VÍTIMA	ESCOLARIDA DE	TRABALHO/ OCUPAÇÃO	RENDA
OBSERVAÇÕES:					

- Condições habitacionais (Própria, Alugada, Cedida, Financiada);
- Nº Cômodos da casa;
- Gastos em relação a aluguel ou financiamento da casa;
- Gastos mensais do (a) adolescente em relação à água, luz, comida, remédio, telefone, entre outros;

Informações da família

- Composição e situação familiar;
- Condições de trabalho e renda das famílias;
- Condições habitacionais das famílias e/ou das vítimas de exploração sexual

- Doenças na família;
- Situações de drogadição;
- Antecedente criminal;
- Histórico de violência sexual na família ou pessoas próximas da vítima, mais precisamente de exploração sexual ou prostituição (em caso de pessoas adultas);

Informações sobre a situação de exploração sexual

- Idade/período/contexto em que se envolveu com a exploração sexual;
- Principais motivações para a exploração sexual;
- Caracterização da situação de exploração sexual;
- Consequências da exploração sexual para a vítima e famílias/responsáveis;
- Encaminhamentos e atendimentos realizados pelo PAEFI;
- Modificações na situação de exploração sexual após inserção no serviço.

APÊNDICE 5

Formulário de entrevista para adolescentes em situação de exploração sexual

1. Informações sobre o/a adolescente:

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade/Data de nascimento:
- 1.3 Escolaridade: (explorar - Como é o aproveitamento escolar? Houve abandono? Se sim, quando? Qual o motivo do abandono? Está relacionado à situação de exploração sexual?)
- 1.4 Naturalidade:
- 1.5 Raça/etnia:

2. Informações sobre a família:

- 2.1 Nome do Pai:
- 2.2 Idade:
- 2.3 Atividade profissional atual:
- 2.4 Renda mensal:
- a) () Menos de 1 salário mínimo b) () 1 salário mínimo
- c) () De 1 a 2 salários mínimos d) () De 2 a 3 salários mínimos
- e) () De 3 a 4 salários mínimos f) () Mais de 4 salários mínimos
- g) () Não possui renda
- 2.5 Se está desempregado qual o motivo? Há quanto tempo está desempregado?
- 2.6 Recebe o Bolsa Família? () Sim () Não Quanto recebe?
- 2.7 É alfabetizado (a)? a) () Sim b) Não ()
- Anos de estudo: _____
- 2.8 Raça/etnia referida:
- a) () Branca b) () Negra c) () Parda d) () Não sabe
- e) () Outra. Especificar: _____
- 2.9 Naturalidade: _____
- 2.10 Tem alguma doença que demanda tratamento e acompanhamento?
- 2.11 Faz uso de álcool e/ou drogas? Quais?
- 2.12 Possui antecedente criminal? Se sim, qual foi a pena?
- 2.13 Observações:
-

2.14 Nome da mãe:

2.15 Idade:

2.16 Atividade profissional atual:

2.17 Renda mensal:

a) Menos de 1 salário mínimo b) 1 salário mínimo

c) De 1 a 2 salários mínimos d) De 2 a 3 salários mínimos

e) De 3 a 4 salários mínimos f) Mais de 4 salários mínimos

g) Não possui renda

2.18 Se está desempregado qual o motivo? Há quanto tempo está desempregado?

Recebe o Bolsa Família? Sim Não Quanto recebe?

2.19 É alfabetizado (a)? a) Sim b) Não

Anos de estudo: _____

2.20 Raça/etnia referida:

a) Branca b) Negra c) Parda d) Não sabe

e) Outra. Especificar: _____

2.21 Naturalidade: _____

2.22 Tem algum alguma doença que demanda tratamento e acompanhamento?

2.23 Faz uso de álcool e/ou drogas? Quais?

2.24 Possui antecedente criminal? Se sim, qual foi a pena?

2.25 Observações:

2.26 Com quem conviveu durante a infância e início da adolescência (principais responsáveis)?

Pai Mãe Pai e Mãe Pai, Mãe e irmãos

Avós paternos Avós maternos Tios

Outros: _____

2.27 Como foi esse convívio?

2.28 Passaram dificuldades, necessidades e/ou problemas? Se sim, quais?

2.29 Essas dificuldades, necessidades tiveram e/ou tem relação com a exploração sexual?

2.30 Atualmente seus pais estão casados ou separados? Em caso de separação, há quanto tempo? Constituíram nova família?

Possui irmãos(as)? Se sim, quantos? São irmãos(as) por parte de pai e mãe?

Como é a convivência com eles?

O que eles fazem: estudam, trabalham ou outro?

Algum (a) deles(as) têm alguma doença? Faz uso de álcool e/ou drogas? Quais?

2.28 Observações:

3. Informações sobre a situação de exploração sexual:

3.1 Há quanto tempo encontra-se em situação de exploração sexual?

3.2 Em que contexto (local e condições) ocorre a exploração sexual e com que frequência?

3.3 Como se dá a relação com os clientes? (tempo da relação, valor cobrado ou favores recebidos,)

3.4 Quais foram os principais motivos (fatores condicionantes ou determinantes) para o envolvimento com a exploração sexual?

3.5 O que mudou em sua vida a partir do envolvimento com a exploração sexual? Quais foram as conseqüências para a sua vida (positivas e negativas)?

4. Informações sobre o atendimento recebido junto ao PAEFI:

- 4.1 Quem encaminhou você para atendimento junto ao CREAS/PAEFI?
- 4.2 Como foi acolhida pelos profissionais da instituição?
- 4.3 Você está aqui por vontade própria ou por alguma obrigação?
- 4.4 Quais os serviços e/ou atendimentos que este Serviço disponibilizou/disponibiliza para você e sua família/responsáveis?
- 4.5 Mudou algo em sua vida depois que começou a ser atendida pelo serviço? Se sim, fale a respeito.
- 4.6 O que mudou na vida de sua família/responsáveis depois que passou a ser assistida pelo serviço?
- 4.7 O CREAS/PAEFI encaminhou você e/ou sua família/responsáveis para outros serviços disponibilizados no município? Se sim, quais? Por quê?
- 4.8 Você tem alguma crítica ou sugestão para o atendimento realizado pelos profissionais?
- 4.9 O que você quer ou pretende fazer no futuro?

P371c Pedersen , Jaina Raqueli

O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias / Jaina Raqueli Pedersen. – 2014. 202 p.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014. “Orientação: Patrícia Krieger Grossi”.

1. Exploração sexual. 2. Crianças e adolescentes. 3. Vulnerabilidade social. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU: 364.633-053.2/.6

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583